ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

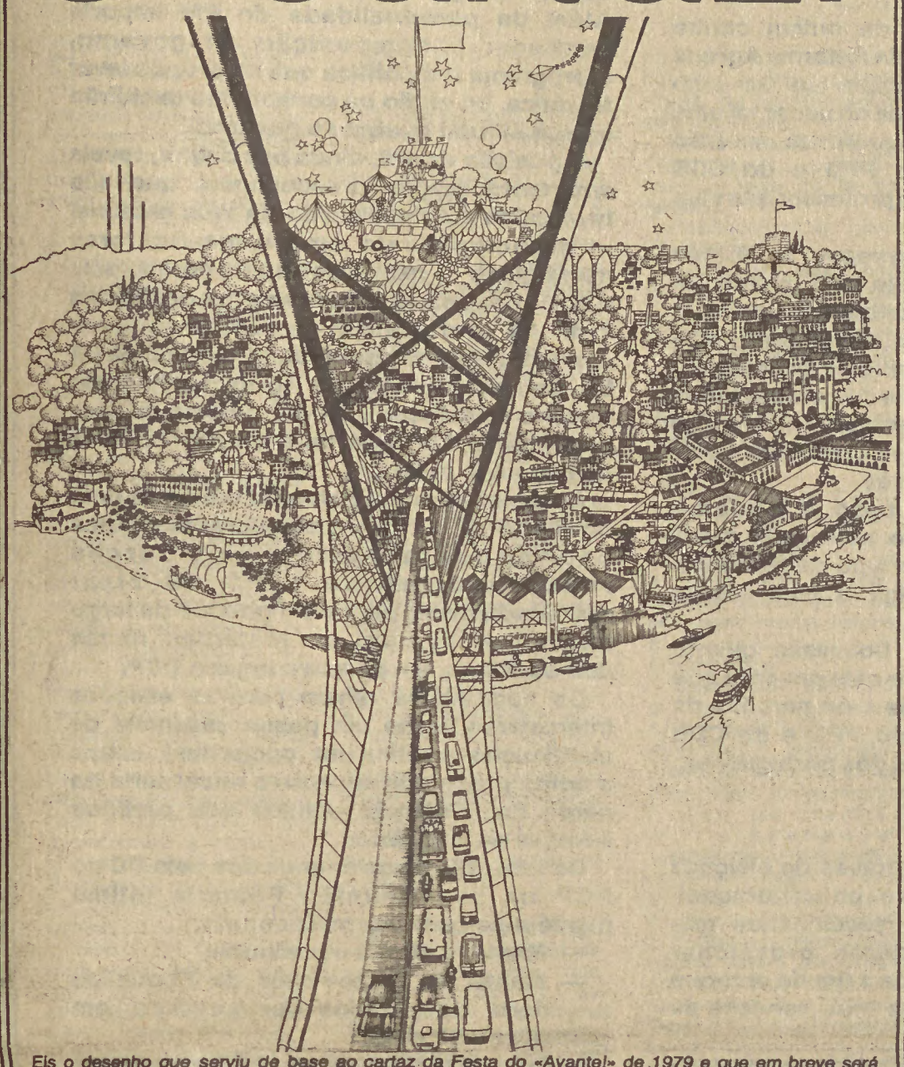
Ano 49 — Série VII — N.º 288
26 de Julho de 1979

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX — Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

O cartaz!



Eis o desenho que serviu de base ao cartaz da Festa do «Avante!» de 1979 e que em breve será distribuído

REFORMA AGRÁRIA EM LUTA

Os trabalhadores da Reforma Agrária paralisaram ontem em todo o Alentejo e Ribatejo exigindo o fim da criminosa ofensiva do MAP. Em comunicado, a União dos Sindicatos de Évora divulgou a sua tomada de posição face ao governo de gestão — Pág.9

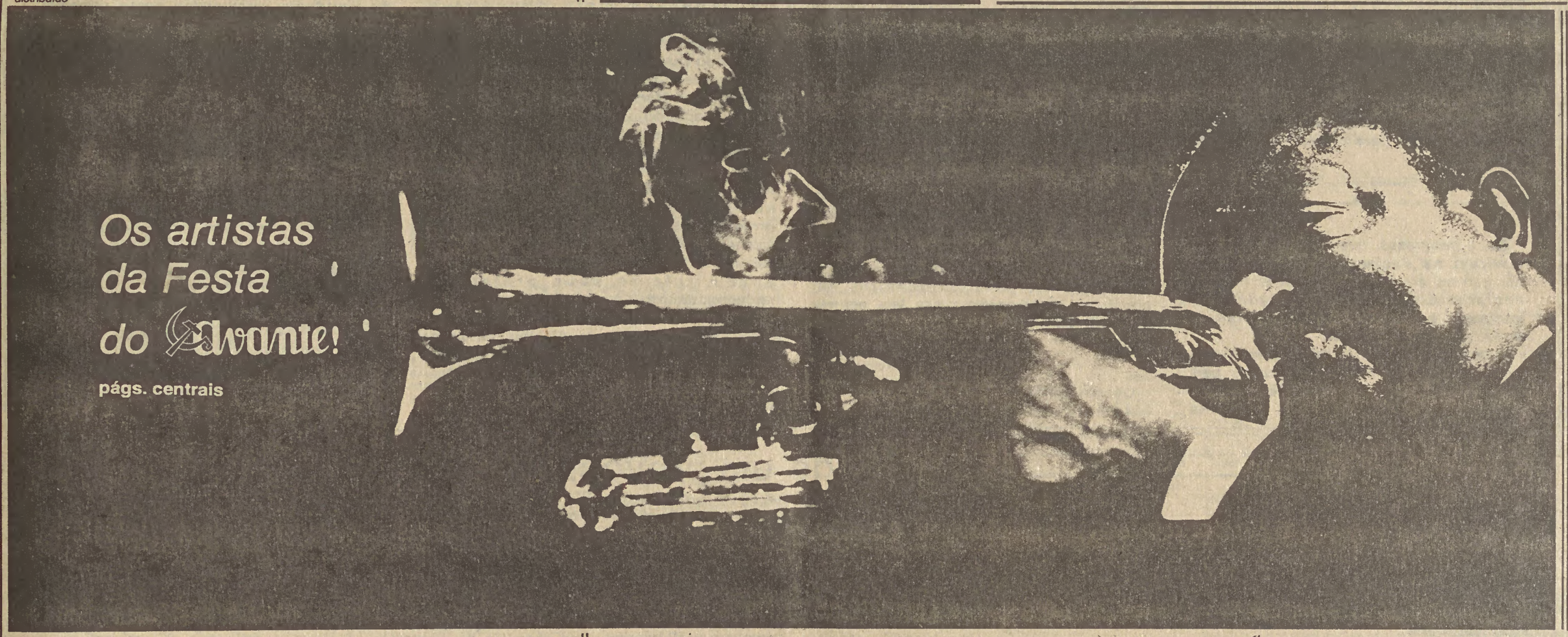
Um aspecto do comício realizado em Viana do Castelo

Álvaro Cunhal na RTP-2

Na próxima terça-feira, **às** 22 horas, **o camarada Álvaro Cunhal estará nos estúdios do** 2.º canal da RTP **entrevistado por diversos jornalistas.**

LEVAR ÀS MASSAS A POSIÇÃO DO PCP

Em dezenas de comícios e assembleias, de Norte a Sul do país, dirigentes do Partido expõem a orientação do PCP face à actual situação política — Págs. 8 e 9



Os artistas da Festa do Avante!

págs. centrais

Álvaro Cunhal na Ajuda, no Domingo

No próximo domingo, o camarada Álvaro Cunhal visitará, no Alto da Ajuda, os trabalhos da Festa do «Avante!». Pelas 19 horas haverá no recinto um encontro com os trabalhadores no decurso do qual o secretário-geral do PCP fará uma intervenção sobre o momento político.

Pág.3

Isto foi a direita no poder!

O balanço da política do Governo Mota Pinto indica o que seria Portugal se PPD e CDS pudessem de novo impor a sua política — Pág. 12

Avante!

A partir do próximo número o «Avante!» passa a custar 10$00. Para bolsos magros um aumento sempre conta. Procurámos, no entanto, hoje como sempre, reduzir ao mínimo mais este pequeno sacrifício para todos nós. O «Avante!» não é feito para dar dinheiro. Escusado seria dizê-lo, sobretudo nesta época de custos elevadíssimos e de aumento galopante do preço dos materiais utilizados por um jornal.

Cremos que a necessidade inadiável de aumentar o preço do «Avante!» será facilmente entendida por todos os camaradas e amigos, por todos os que nos lêem. Temos mantido um preço único em semanários portugueses. Custámos até agora metade do que custam esses jornais. Mas não podemos manter esta situação por mais tempo.

Ainda que o aumento se justifique plenamente pela subida constante dos custos, haverá ainda assim uma contrapartida que ficará a cargo do esforço para melhorar a qualidade do «Avante!», para corresponder ainda melhor às necessidades do nosso Partido e das massas trabalhadoras que nos lêem.

Editorial **A CHICANA ELEITORALISTA DA DIREITA**

Editorial — A CHICANA ELEITORALISTA DA DIREITA

Portugal democrático está de novo numa encruzilhada.

Não está cego. Mais uma vez saberá vencer, escolher o rumo certo com os olhos bem abertos, o sentido de orientação à prova.

A encruzilhada chama-se crise governamental aguda, expressão da crise governamental latente; a saída imediata para ela «eleições intercalares». Um passo decisivo nessa direcção foi dado com a indigitação de um novo primeiro-ministro pelo Presidente da República. Mota Pinto, o primeiro-ministro demitido e mais detestado depois do 25 de Abril, meteu as chaves no carro para se pôr a andar e já tem o motor em marcha.

Os passos seguintes — formação do novo governo, apresentação do respectivo programa à Assembleia da República, comportamento dos partidos — permitirão nos próximos dias formular um juízo mais exacto acerca da correcção da solução concreta encontrada, aceitá-la ou reprová-la.

Para já a primeira constatação feita deve ser reafirmada: os projectos inconstitucionais da reacção foram derrotados. É uma coisa que qualquer português pode concluir hoje ouvindo as descabeladas declarações dos chefes de fila da direita, de uma confrangedora vacuidade e sectarismo.

A desesperada e súbita campanha de mistificação e de diversão dos partidos da direita, logo após a indigitação do novo primeiro-ministro, denotam o seu desespero de causa e a raiva da derrota.

Iniludivelmente, o caminho aberto para a solução da crise governativa provocou a desorientação entre as hotes da direita.

Como os bandidos do *Far-West* na fita, a reacção esbraceja, levanta nuvens de poeira, faz disparos de pólvora seca em todas as direcções, solta uma gritaria selvagem para tentar dispersar e amedrontar a manada. Desestabiliza.

Simplesmente, o Povo português não é nenhum rebanho apascentado por Sá Carneiro, Lucas Pires ou Freitas do Amaral. Aprendeu muito, politicamente, tem uma rica experiência acumulada, amassada em dezenas de anos de duras lutas contra a opressão e pela liberdade, e uma tradição democrática e progressista de fundas raízes históricas que o ajudaram nos momentos críticos a discernir correctamente o caminho do futuro e a retemperar a vontade.

E neste momento o Povo português está fazendo a prova da hipocrisia e da demagogia da direita, está submetendo à crítica o comportamento dos partidos e preparando-se para o dizer por meio do voto.

* * *

Os portugueses que nos últimos dias ouviram as declarações públicas dos dirigentes do PPD e do CDS ficaram esclarecidos sobre os métodos, os interesses, e os objectivos antidemocráticos dos expoentes da reacção.

À escandalosa manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados pela direita, facultada pelo ministro demitido Proença de Carvalho, toda a furiosa campanha orquestrada na imprensa reaccionária e fascizante controlada pelos partidos da direita, contra a solução democrática escolhida para resolver a crise e impedir o impasse constitucional, trouxeram com nitidez ao de cima a directa responsabilidade daqueles partidos e de outros na situação criada.

Sá Carneiro disse com toda a desfaçatez, numa entrevista televisiva, que o seu partido era o único que nunca havia participado no governo e endossou para todos os outros, e principalmente para o PS a responsabilidade da situação de crise e do agravamento das condições de vida do Povo português depois de 1976. Ângelo Correia, por sua vez, fez uma hipócrita declaração de amor aos «provincianos» a iludir o autêntico «desamor» com que o PPD tem tratado esses sectores sociais da nossa população.

Sá Carneiro quis ocultar a sua responsabilidade e do seu partido na política de recuperação capitalista praticada por todos os governos desde aquela data, na aprovação, na autoria ou no apoio a todas as medidas, legislativas e administrativas através dos seus deputados e homens no governo, contrárias aos trabalhadores, aos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, à independência nacional. Dezenas de milhar dos chamados «provincianos» — pequenos e médios rendeiros, principalmente do Norte e do Centro do País — têm sido judicialmente expulsos das explorações arrendadas, graças à lei do arrendamento rural dos senhorios ricos proposta na Assembleia da República pelo PPD e apoiada pelo CDS e pelo PS cuja revisão os partidos da direita combateram ferozmente nos últimos dias da Assembleia. Muitas dezenas de milhares de pequenos e médios empresários viram reduzidas as suas possibilidades de obtenção de créditos, de empréstimos bancários em condições favoráveis para o andamento dos seus negócios ou obtiveram-nos em condições leoninas e ruinosas em resultado das exigências do FMI apoiadas e votadas pelos partidos da direita e também o PS e da aprovação da lei das indemnizações que dá aos antigos monopolistas e latifundiários mais de 100 milhões de contos de mão-beijada.

Sá Carneiro, Ângelo Correia, Lucas Pires, Basílio Horta e outros dirigentes do PPD, do CDS e do PPM associados no «bloco reaccionário» a três, pretendem agora enjeitar, por interesses eleitoralistas, a sua paternidade directa ou indirecta na política que conduziu à ruína as actividades de milhões de portugueses e sacudir a água do capote quanto às suas responsabilidades concretas nessa situação ruinosa para a própria economia nacional.

Os partidos da direita têm com razão medo dos votos dos portugueses em eleições intercalares, sérias e livres dentro das leis vigentes e por isso mentem com todos os dentes e combatem com todos os meios a decisão do Presidente da República de convocar eleições intercalares em condições de respeito pelas leis actuais e pela Constituição.

* * *

Os dirigentes dos partidos da reacção foram obrigados a mostrar a sua responsabilidade directa na política anticonstitucional, antidemocrática e antipopular do governo demitido e usurpador Mota Pinto/PPD/CDS ao defendem com calor a sua continuação como governo de gestão depois da dissolução da Assembleia.

Os partidos do «bloco reaccionário» sustentaram activamente, de dentro para fora, toda a política de arbítrio, violências e ilegalidade do odiado governo demitido Mota Pinto contra os trabalhadores, contra e Reforma Agrária — de que a operação punitiva de há poucos dias contra a heróica população de Pias é um gritante exemplo — contra as conquistas da Revolução portuguesa.

A grandiosa jornada de ontem contra a ofensiva de destruição da Reforma Agrária e pela substituição imediata do Governo demitido e usurpador ainda no poder foi uma significativa mostra da profunda aversão popular ao governo do PPD e do CDS dirigido pelo reaccionário professor que veio de Coimbra.

Este governo que entregou às forças reaccionárias o controlo dos meios de comunicação social estatizados, que tem dado sobejas provas da sua inimizade ao 25 de Abril, era o governo que os partidos da direita queriam ver à frente do país para lhes garantir todas as manigâncias, manipulações e falcatruas com as quais contavam obter a vitória eleitoral da reacção.

Sá Carneiro com todo o cinismo e desrespeito pelo Povo português disse mesmo na TV que o governo demitido era o mais isento para dirigir o país até às eleições.

Se algumas dúvidas houvesse quanto à estreita identidade entre este governo que vai terminar os seus dias e os partidos da reacção, os dirigentes do PPD e do CDS dissiparam-nas aos olhos dos portugueses.

* * *

A saída para a crise através de eleições intercalares, no quadro constitucional, enraiveceu as forças reaccionárias que tentaram descaradamente pressionar o Presidente da República a fim de obterem da sua parte o jogo que lhes servisse as ambições de poder.

A chantagem contra o Presidente assumiu os aspectos mais chocantes e desrespeitosos.

A campanha contra o primeiro-ministro indigitado assumiu ela também os aspectos mais soezes. Toda a direita nega isenção à engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, só porque segundo parece não se integra nos partidos da direita e nos seus postulados.

Para a reacção só seria «isento» um PM saído da sua área política. Aspectos dos mais humanísticos da carreira e da actividade do PM indigitado são grotescamente postos em rídiculo por Sá Carneiro, Ângelo Correia, Lucas Pires, Basílio Horta e toda a sua gente, furiosos por verem ruir os seus projectos anticonstitucionais.

Nesta fase da crise governativa a direita tirou a máscara e surgiu aos olhos do povo tal como é: profundamente inimiga da democracia, da liberdade, do 25 de Abril. No próximo acto eleitoral a direita colherá os frutos do seu reaccionarismo, uma nova e mais sensível derrota à boca das urnas esperará as forças reaccionárias.

* * *

O PCP de há muito definiu com clareza a sua posição quanto à alternativa posta agora em execução pelo Presidente da República.

A saída constitucional das eleições intercalares tornou-se a única alternativa para uma situação intrincada para a qual os partidos da reacção e o próprio PS foram fechando sucessivamente outras soluções no quadro das instituições e do regime democrático expresso na Constituição.

O PCP não definiu ainda a sua posição quanto ao governo de Lurdes Pintasilgo. Além da personalidade do PM importa conhecer a composição do governo, o programa e a política que se propõe levar à prática. Só então os comunistas decidirão da sua atitude quanto ao governo.

A posição do PS, ainda por definir, revela entretanto rasgos preocupantes que não favorecem a estabilização da vida nacional — principalmente em certos sectores nevrálgicos — nem a defesa da democracia e do 25 de Abril. O PS alia as suas cedências à direita com atitudes de conciliação com o aventureirismo esquerdista. A chicana de Sá Carneiro quanto ao «presidencialismo terceiro mundista» e ao «socialismo militar» não obteve até hoje da parte do PS uma demarcação clara.

As eleições intercalares constituirão uma nova vitória das forças democráticas e uma consequente derrota das forças reaccionárias, se o PS se virar deliberadamente para uma política de largo entendimento com as restantes forças democráticas, em primeiro lugar o PCP.

Os comunistas olham para as eleições intercalares como um passo essencial de clarificação política na conjuntura actual e como prova convincente e necessária da perda de influência política dos partidos e forças da reacção.

Os três objectivos enunciados pelo CC do PCP na sua Reunião Plenária última mantêm-se cada vez mais actuais:

— Manter a direita em minoria;

— Manter na Assembleia da República a maioria de partidos democráticos, em particular PCP e PS;

— Aumentar a votação no PCP e o número de deputados comunistas como principal garantia de vitória democrática.

A classe operária e todos os trabalhadores olham para o seu Partido como a força principal e determinante da defesa da democracia e das conquistas da Revolução de Abril.

Por isso o reforço das posições do PCP na Assembleia da República, mesmo no curto período que se estenderá até às eleições de 1980, o aumento substancial dos seus votos e do número dos seus deputados, é uma necessidade imperiosa, compreendida por amplos sectores do Povo português, de assegurar no plano parlamentar um sólido baluarte de defesa das instituições, do regime democrático, da Constituição presentemente sob o fogo dos inimigos de Abril.

Os resultados exprimirão seguramente a grande confiança e compreensão das massas populares no papel e na política do PCP.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 79 970

Avante!

ASSINATURAS
(NOVA TABELA DE PREÇOS)

Continente e ilhas:
50 números ..... 500$00 (via normal) ☐
50 números ..... 625$00 (via aérea) ☐

Angola, Cabo Verde, Guiné, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Brasil.
50 números ..... 525$00 (via normal) ☐
50 números ..... 950$00 (via aérea) ☐

Espanha:
50 números ..... 525$00 (via normal) ☐
50 números ..... 625$00 (via aérea) ☐

Europa:
50 números ..... 800$00 (via normal) ☐
50 números ..... 950$00 (via aérea) ☐

Outros países:
50 números ..... 800$00 (via normal) ☐
50 números ..... 1200$00 (via aérea) ☐

NOME .....
MORADA .....
LOCALIDADE ..... Profissão .....

assinalar a modalidade de assinaturas, enviar cheque ou vale de correio para Departamento de assinaturas, Av. Santos Dumont, n.º50 – 1000 Lisboa-1.

Retrato de um provocador de 3.ª categoria

Na nossa edição de 28 de Junho passado denunciámos uma das muitas atitudes da cacicagem madeirense comandada pelo sr. Alberto João Jardim, presidente do governo regional. Como certamente os nossos leitores se lembram tratava-se de uma situação escandalosa de ilegalidade, arbítrio e perseguição a um jovem de Ribeira Brava, que foi levada ao conhecimento da Assembleia da República através do Grupo Parlamentar do nosso Partido, que em 3 de Abril apresentou ao plenário um requerimento dirigido ao governo regional, câmara municipal e junta de freguesia da Ribeira Brava.

O documento, assinado pelos deputados comunistas Vital Moreira e Aboim Inglês, continha uma descrição objectiva com factos concretos, afirmando a dada altura:

«Ao admitir ilegalmente uma funcionária, recusando do mesmo passo e de forma discriminatória a atribuição desse posto de trabalho a um cidadão que para tal se candidatara, reunindo os necessários requisitos legais, a Junta de Freguesia de Ribeira Brava violou gravemente regras e princípios constitucionais de importância fundamental no domínio da protecção dos direiros, liberdades e garantias dos cidadãos. Reeditou, assim, métodos e processos de compadrio e nepotismo que importa afastar definitivamente da nossa administração pública».

A situação referida pelos deputados comunistas já tinha sido anteriormente exposta ao Provedor de Justiça, que deu o seu queixoso parecer favorável.

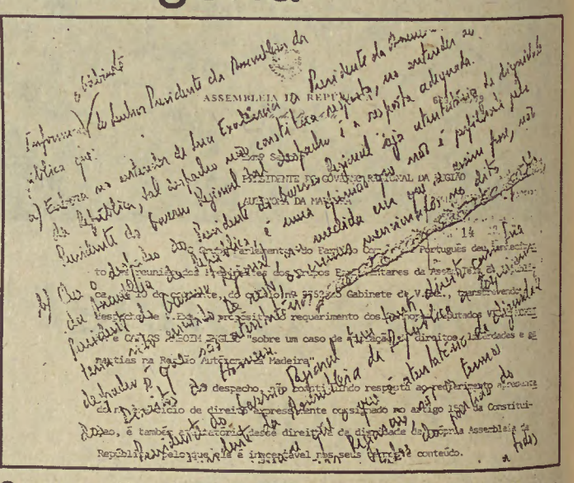
O requerimento apresentado na AR terminava perguntando: «Quando e através de que meios tencionam pôr cobro às situações de ilegalidade, arbítrio e perseguição (...), garantindo o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos da Região Autónoma da Madeira?».

A pergunta dirigia-se ao governo regional, município e junta de freguesia de Ribeira Brava. A 18 de Abril, o sr. Jardim enviou à Assembleia da República um «despacho» em que uma vez mais o dirigente número 1 do sá carneirismo na Madeira evidenciava os seus profundos dotes de provocador e de «político» da asneira. O requerimento assinado por Vital Moreira e Aboim Inglês referia-se a uma situação específica que deveria ter uma resposta ao menos relacionada com a questão levantada. O sr. Jardim preferiu, dando uma vez mais mostras da sua pequenez e da sua infalível queda para o ridículo, copiar (ainda por cima...) e transcrever uma extensa lista de números ligados aos «crimes dos regimes comunistas sob a tutela de Moscovo»...

Entretanto, assinado pelo Presidente da Assembleia da República, este órgão de soberania enviou em 21 de Maio último ao presidente do governo regional da Madeira um documento em que se afirma que o despacho do sr. Jardim não constituía resposta ao requerimento apresentado «no exercício do direito expressamente consignado no artigo 150.º da Constiutição» sendo, aliás, «atentatória desse direito e da dignidade da própria Assembleia da República, pelo que ele é inaceitável nos seus termos e conteúdo». O documento da AR solicitava «a resposta a que nos termos constitucionais os requerentes têm direito».

A 29 de Junho, o sr. Jardim enviou à Assembleia outro despacho que passa a constituir uma das mais elucidativas demonstrações de total desrespeito pelas instituições democráticas e pelo órgão de soberania que é a Assembleia da República.

Diz (na íntegra) a «resposta» do presidente do GR da Madeira: «**1. Informe-se o Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República que: *a*) Embora no entender de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, tal despacho** (refere-se ao primeiro) **não constitua resposta, no entender do Presidente do Governo Regional tal despacho é a resposta adequada. *b*) Que o despacho do Presidente do Governo Regional seja atentório da dignidade da Assembleia da República, é uma opinião que não é perfilhada pelo Presidente do Governo Regional, na medida em que se assim fosse, não teria sido enviado. De resto, os crimes mencionados no dito despacho é que são atentórios dos Direitos do Homem. *c*) Porque o Presidente do Governo Regional tem tanto direito como Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República a exprimir uma opinião, considera-se que o que é atentório da dignidade das Instituições Autonómicas Regionais, são os termos do requerimento dos Senhores Deputados do partido do Senhor Dr. Álvaro Cunhal. 2. Envie-se fotocópia deste ofício e transcreva-se o meu Despacho a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República».**



Estas palavras do sr. Jardim, candidato a «caudilho» do Atlântico, revelam a estatura moral e política de um dos homens que dirigem o PPD de Sá Carneiro. São palavras que bem representam as infames provocações praticadas pela direita contra o regime democrático e constitucional. São palavras que, tal como afirmámos na edição de 28 do mês passado, são esclarecedoras do que é o PPD no poder.

● Ver intervenção do camarada Vital Moreira na AR na pág. 4

EM conversa há alguns tempos com Luís Vilas-Boas acerca da presença do *jazz* na Festa do «Avante!», o organizador do festival de Cascais contou um episódio enternecedor de que se apercebera durante a nossa primeira festa, na FIL, durante a actuação de Archie Shepp.

Conforme nos recordamos, na nossa primeira Festa participou um conjunto de artistas soviéticos dirigido por Josif Kobzon e de que fazia parte uma orquestra com diversos músicos de nomeada, especialmente um trompetista, um pianista e um bateria. Ao tomar conhecimento do programa da Festa e da presença de Shepp, todo o grupo manifestou interesse em assistir ao espectáculo e, durante a actuação do quarteto americano, instalou-se no fundo do palco da nave central.

Alturas tantas e devido à necessária inclinação do estrado, o prato de choque do bateria de Shepp soltou-se dos pregos que o prendiam e começou a deslizar para a frente. Surpreendido no meio de um curto solo, o bateria tentou ainda segurar o prato, com dificuldade; atento à actuação, o bateria do conjunto soviético apercebeu-se do problema e nem pensou duas vezes: gatinhou palco fora até à frente e fixou novamente o prato, de choque, sem que o acompanhante de Shepp tivesse de interromper! Salvo para, com a mão esquerda, dar uma amigável e afectuosa palmadinha no seu companheiro de tão longe, que gatinhava novamente para o seu lugar, para continuar a escutar a fraterna e calorosa linguagem que ecoava em toda a sala.

O ano passado, a Cidade Internacional contou com uma inovação: diversos *stands* de jornais de Partidos irmãos alargaram as suas instalações com restaurantes onde se serviam especialidades dos respectivos países. O êxito foi grande e este ano a iniciativa vai repetir-se.

É claro que se levantam alguns problemas e, entre as muitas outras coisas de que andam a tratar, dos hotéis aos intérpretes, das exposições aos colóquios, os camaradas responsáveis da Cidade Internacional já andam às voltas para corresponder a pedidos mais ou menos estranhos: como arranjar todos os dias uma quantidade *x* de massa para as *pizza* italianas, como assegurar umas ervas essenciais aos cozinhados húngaros, como evitar precalços como aquele do ano passado em que o camarada cozinheiro italiano pedira tomate pelado para a *pizza* e apareceu... concentrado de tomate!!!

HÁ uns dias, uma amiga de uma agência de viagens portuguesa que costuma assegurar serviços para a Festa *telefonou* para a redacção do «Avante!» com ar intrigado:

— Ouçam lá, tenho aqui um telex da Dinamarca para reservar vinte e cinco quartos duplos num hotel barato em Lisboa no período da Festa do «Avante!». Isto é alguma coisa convosco?

Averiguações, tanta gente a vir da Dinamarca não estava previsto, chegou-se à conclusão que não, não se tratava de convites ou de qualquer coisa da organização central da Festa.

— 'Tá bem, vou ver se vejo o que é isto, – concluiu-se do lado de lá do telefone.

Passados dias, novo telefonema:

— Já está averiguada aquela história da Dinamarca: é um grupo de dinamarqueses que quer vir à Festa e fez as marcações, é lá uma iniciativa deles!

Ora aqui está onde já chega o nome da nossa Festa!

OS campos do Casalinho da Ajuda têm exigido muito trabalho cujos resultados são já bem visíveis: mas exigiram também outros que, nem por serem menos visíveis, deixam de ser fundamentais.

Sabe, por exemplo, o leitor que, vai para um mês, uma equipa de camaradas topógrafos efectuou durante vários dias, logo às primeiras horas da manhã, o indispensável levantamento topográfico do terreno, metro a metro, elevação a elevação, acidente a acidente? E é sobre a pormenorizada planta assim elaborada que, com todo o rigor, os camaradas do Gabinete Técnico vieram a implantar os arruamentos, os pavilhões, os palcos – sem correr o risco de ao começar-se a construção se encontrar um buraco no sítio onde devia estar um monte...

ENTRE as diversas exposições que estarão patentes na Ajuda conta-se uma que promete vir a ter muito interesse: trata-se do resultado de uma recolha, feita pela Secção de Informação e Propaganda do CC, de cartazes do Partido editados desde 1974. O material de que já se dispõe permite fazer uma ideia da riqueza política e artística do conjunto de materiais deste tipo editados por todas as organizações do Partido.

Os camaradas responsáveis pela exposição são de opinião que o já compilado é uma pálida amostra do muito que se fez: a realidade, porém, é que só com o apoio de todas as organizações – e mesmo de militantes que tenham guardado um ou outro exemplar – se poderá completar tanto quanto possível este património. Acrescente-se, aliás, que os cartazes que figurarão na Festa irão ser tratados em moldes de conservação segura (um sistema de moldura e preservação pensado para o efeito), uma vez que há a ideia de todos eles transitarem depois para a Comissão que prepara o Museu do Partido.

NO seguimento da moção aprovada no IX Congresso sobre o aniversário de Camões, o programa cultural da Festa inclui uma série de iniciativas sobre o poeta. Numa contribuição para ultrapassar a estreita visão dada pela cultura fascista, que restringiu Camões à autoria de «Os Lusíadas» (e mesmo assim, com a obra devidamente expurgada...), actores, encenadores, cantores, declamadores apresentarão poemas, canções sobre versos de Camões e ainda uma sessão com música do século XVI.

Perguntar pela EP

«Já compraste a tua EP?»

Esta é uma pergunta já clássica, faz parte da tradição de todos os anos, nos meses que antecedem a Festa do «Avante!». É uma pergunta que os militantes fazem uns aos outros, uma pergunta que põem ainda aos seus camaradas de trabalho, aos seus amigos e conhecidos, aos seus vizinhos, a toda a gente e mesmo a si próprios, pois também muitos camaradas se lembram de si próprios em último lugar...

Há quem pense que Setembro ainda vem longe, que o esforço necessário agora é mais virado para os trabalhos de implantação, de organização das actividades ligadas à Festa, à preparação de materiais, à construção de *stands*, à decoração de painéis.

Setembro não vem longe e o tempo, sobrecarregado de tarefas políticas, é curto. Poucas semanas nos separam dos dias em que muitos e muitos milhares de pessoas vão confraternizar connosco nos terrenos já nessa altura brilhantemente decorados do Casalinho da Ajuda. Muitos e muitos milhares de pessoas que visitarão a cidade de fraternidade e de alegria que agora se constrói, muitos milhares de pessoas que, à entrada, exibirão a sua EP.

Razões para comprar já a Entrada Permanente

Nas escassas semanas que faltam para a Festa, é verdade, em qualquer dia se pode adquirir uma EP. E todos sabemos as vantagens que a EP oferece: a entrada permanente no recinto da Festa durante os seus três dias de duração, sem ter de comprar um bilhete de acesso sempre que se quer entrar de novo; oferece ainda a possibilidade de assistir a todos os variados espectáculos que agora começamos a desvendar; a visitar as centenas de pavilhões onde Portugal e o mundo vão estar representados pelas mãos dos trabalhadores.

Mas adquirir já uma EP oferece outras vantagens. É que como todos sabem, o comprador da EP fica automáticamente habilitado a participar nos sorteios! Um valioso brinde pode estar à espera de qualquer de nós. Ora um sorteio já lá vai e foi realizado no princípio deste mês, na Amadora. Por que não habilitarmo-nos ao próximo se o único passo a dar é comprar a Entrada Permanente? E lembramos aqui que a EP é válida para todos os sorteios!

Outra vantagem:

Ir à Festa do «Avante!», representa, para os trabalhadores que somos, com o custo de vida a aumentar vertiginosamente, uma despesa. Uma despesa de festa, é certo, daquelas que muitos não poderiam fazer todos os dias. E não é verdade que gostamos sempre de petiscar num pavilhão, beber mais adiante um copo de vinho regional, comprar, ainda, um livro ou um disco, adquirir um artigo de artesanato? Comprar agora a EP é uma despeza que fazemos agora e de que ficamos livres mais tarde.

Mais perguntas

Comprar a EP com antecedência é também – e isto é muito importante – um investimento para as despesas da Festa. E que são muitas, como se compreende. Implantar uma festa à escala de uma cidade, para mais tendo de partir do zero como é de novo o caso no terreno que conseguimos, comprar materiais, apetrechar *stands*, organizar tecnicamente espectáculos, requer muito dinheiro. E que se está já a gastar. Uma EP vendida é mais uma pedra nesta construção gigantesca e bela que vai ser a Festa do «Avante!» deste ano!

Por isso, à pergunta «já compraste a tua EP?» junta-se outra, ainda mais importante para cada militante do Partido: «Quantas EP's já vendeste?»

Exemplos chegam que permitem afirmar que o entusiasmo ganha muitas organizações e membros do Partido. As metas estabelecidas vão-se aproximando. Mas ainda há muito mais a fazer.

Da Organização Regional de Lisboa recebemos algumas notícias encorajadoras sobretudo no que diz respeito à actividade individual de alguns camaradas. Por exemplo, a camarada França Oliveira, da Ajuda, que já vendeu mais de 120 EP's, estabeleceu nova meta que se situa agora nas 150. Também da Ajuda, a camarada Ornelas vendeu mais de meia centena de EP's, enquanto que o camarada João Ferreira Jerónimo, da Autocoop, vendeu 36. Percentagens: a 2.ª Zona atingiu os 26 por cento da meta estabelecida; a 7.ª Zona, 22,6 por cento; as PME's já vão nos 42,1 por cento; e no CLL alcançaram-se 15,4 por cento da meta.

Aproveitar o tempo

Não é só aproveitar o tempo que passa, mas o tempo que faz, propício às várias festas de carácter popular que o Partido organiza, agora que é Verão. Com iniciativas originais, é necessário dinamizar ainda mais a venda da EP junto das massas. E assim passar a linha de todas as metas que previmos para cada organismo, dedicar maior esforço lá onde as percentagens verificadas ainda são baixas, criar uma saudável emulação entre organizações e camaradas.

Da Organização Regional de Setúbal soubemos que já se destacam três concelhos que, até 11 do corrente mês de Julho, tinham ultrapassado os 15 por cento: são eles Sines, com 15,2; Palmela, com 18,7 e Sesimbra, com 21,8 por cento. De Palmela soubemos que a Célula Local de Lagoa do Calvo vai à frente com 63,3 por cento, seguida da célula do Lar de São Pedro, com 60 por cento, e da Comissão de Freguesia de Palmela, com 57,5 por cento.

Outros exemplos iremos publicando do que tem sido a tarefa tão importante como as outras, na preparação da Festa do «Avante!», que é vender a EP. Para fazer da Festa dos dias 7, 8 e 9 de Setembro, uma festa maior ainda que a que esperamos!

Breves ● Breves

● Setúbal

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP leva a efeito vários torneios desportivos, «dentro dos objectivos de divulgação da Festa do "Avante!" 79». As inscrições estão abertas no Centro de Trabalho do Partido naquela cidade (Rua 5 de Outubro, n.º 35. Telef. 22273).

No acto de inscrição é necessário o nome dos jogadores, Bilhete de Identidade e a quantia de 250$00 por equipa (futebol); 150$00 por equipa (6 elementos – chinquilho); 60$00 por equipa (6 elementos – atletismo, damas e xadrez) ou então 10$00 por participante nas mesmas modalidades.

Entretanto, a nível distrital estão já inscritas para o Torneio de Futebol mais de 30 equipas.

● Lisboa

Até ao dia 13 de Agosto vai disputar-se a fase local do Torneio de Futebol no âmbito da DORL. Até 26 do mesmo mês será a fase distrital. Sem contar com o torneio promovido pelo Comité Local de Lisboa (ver, a propósito, o «Avante!» da semana passada), estão já inscritas mais de duas dezenas de equipas.

● Leiria

Do distrito de Leiria chegaram até nós notícias que atestam bem o entusiasmo que a parte desportiva da Festa do «Avante!» está a despertar na região. Assim, há que salientar que estão já marcados torneios de futebol na Marinha Grande (em que participam também quatro equipas femininas), Caldas da Rainha e Leiria. Estão abertas em todo o distrito as inscrições para o xadrez e damas. Encontra-se completamente organizada uma estafeta em que já se inscreveram cerca de 150 pessoas.

● Beiras

Na região das Beiras (DORB) foram já marcadas as datas limites para o encerramento dos torneios distritais e regionais, a fim de se cumprirem as datas nacionais. Os torneios distritais terminarão no dia 15 de Agosto, a fase de apuramentos para a final regional a 19 e a final regional a 26. Estão numa avançada fase de organização os torneios de futebol nos distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu e Castelo Branco. O torneio concelhio de S. João da Madeira realiza-se entre 4 e 12 do próximo mês, terminando com um «pic-nic» para promoção da EP.

Haverá torneios de xadrez e damas nos distritos de Coimbra e Castelo Branco. Os jogos populares também marcarão presença destacada neste último distrito. A II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria está, por seu turno, a mobilizar o entusiasmo de muitos camaradas e amigos.

II Corrida e Marcha

● Regulamento

A 2.ª edição da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria é organizada com o objectivo de estimular a prática desportiva regular como forma de contribuir para a saúde e bem-estar das populações.

A realização da II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria consagra os valores positivos da emulação e da superação através do desporto como direito do Povo e caracteriza-se como convívio de fraternidade e de alegria entre todos os que desejam participar, de acordo com o presente regulamento.

Artigo 1.º

1. A II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria compreende 3 fases: – Fase local – a realizar nas várias localidades com a presença de participantes locais; – Fase regional – a realizar nas várias regiões com a presença de participantes de várias localidades da região.

(As fases local e regional poderão fazer parte do programa das iniciativas da divulgação da Festa do «Avante!»);

– II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria – a realizar em Setembro, será integrada no programa desportivo da Festa do «Avante!»

2. As distâncias a percorrer vão de 2000 a 7000 metros (corrida), constando a prova de marcha de uma distância única de 5000 metros.

3. Todas as corridas terão um carácter de confraternização e de convívio. **No entanto, recomendam-se as distâncias de 7000 m (prova masculina) e de 3000 m (prova feminina) aos participantes com melhor preparação anterior.**

Artigo 2.º

Dos participantes e condições de participação

1. Na II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria podem participar todos quantos o queiram fazer: homens, mulheres e jovens, pertencentes ou não aos núcleos de corrida, colectividades, clubes, comissões de moradores e de trabalhadores, sindicatos, etc., **a partir dos 7 anos.**

2. Recomendam-se as distâncias a percorrer nas diversas fases, conforme o quadro que publicamos à parte.

Estas distâncias não são fixas. Compete às comissões locais e regionais de desporto definirem quais as distâncias definitivas e, aos participantes, quais as distâncias a percorrer, de acordo com a preparação, o interesse e a idade.

NOTA AO ARTIGO 2.º – De notar que os concorrentes podem participar em escalões que não correspondem à sua idade de acordo com o seguinte esquema:

MASCULINOS – 7/12 pode participar em: 7/12, 13/15, 16/18, 19/30, 31/35, 35/...

13/15 pode participar em: 13/15, 16/18, 19/30, 31/35

16/18 pode participar em: 16/18, 19/30, 31/35

19/30 pode participar em: 19/30, 31/35

31/35 pode participar em: 19/30, 31/35

35/... pode participar em : 19/30, 31/35, 35/...

De igual forma, os concorrentes:

FEMININOS – 7/13 pode participar em: 7/13, 14/24, 25/...

14/24 pode participar em: 14/24, 25/...

25/... pode participar em: 14/24, 25/...

Artigo 3.º

Das inscrições

1. As inscrições dos participantes, a título individual ou em representação colectiva, poderão ser feitas nos Centros de Trabalho do PCP ou nas comissões locais e regionais do programa desportivo da Festa do «Avante!».

As inscrições deverão referir o nome dos concorrentes, a data do nascimento e a distância a percorrer.

2. As inscrições dos participantes para a II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria deverão ser enviadas à Comissão Nacional do programa desportivo da Festa do Avante **até ao dia 28 de Julho de 1979.**

Artigo 4.º

1. Haverá classificações individuais e classificações colectivas.

2. As classificações individuais corresponderão à ordem de chegada dos concorrentes à meta.

3. As classificações colectivas chamar-se-ão classificações «AVANTE!» e serão elaboradas do seguinte modo:

3.1. Nas fases locais e regionais, as classificações são elaboradas tomando em conta os resultados enviados para o jornal «Avante!» que as divulgará. Para efeitos da classificação «Avante!», será atribuído 1 ponto a cada um dos concorrentes que tenha terminado a corrida. As localidades e regiões serão classificadas pelo total de pontos obtidos;

3.2. Na II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria serão elaboradas classificações em cada prova por localidade (freguesias) e por regiões nos mesmos moldes do n.º anterior.

Artigo 5.º

Dos prémios e certificados de participação

1. Todos os participantes que tenham concluído a prova receberão um «Certificado de Participação». Seria, no entanto, agradável premiar todos os concorrentes com medalhas comemorativas. Na impossibilidade de o fazer, serão atribuídas, simbolicamente, significando o apreço pela presença de todos os participantes, medalhas comemorativas aos três primeiros classificados de cada corrida.

2. Serão feitas diligências, no sentido de enviar participantes da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria a provas idênticas, a realizar no estrangeiro.

Artigo 6.º

Da preparação dos participantes

1. Os participantes deverão realizar uma preparação prévia, tanto quanto possível prolongada. Para isso, recomendam-se que sejam seguidas as indicações e conselhos divulgados para Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria de 1978.

Artigo 7.º

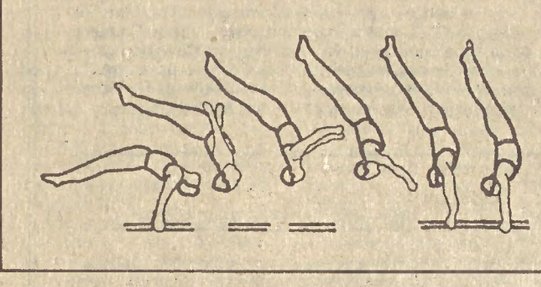
Disposições diversas

1. O acompanhamento médico do participante é uma questão preocupante, porque vantajosa, e deverá existir sempre que possível. **Convém, contudo, que se considere este problema na sua justa dimensão, não devendo nunca a sua ausência constituir condição de eliminação de qualquer participante.**

2. Os casos e situações omissos neste regulamento serão decididos pelos organizadores locais e regionais.

ESCALÃO ETÁRIO		DISTÂNCIAS RECOMENDADAS		
		FASE LOCAL	FASE REGIONAL	FESTA DO «AVANTE!»
MASCULINOS	7 aos 12	1000 m	1500 m	2000 m
	13 aos 15	2000 m	2500 m	3000 m
	16 aos 18	3000 m	4000 m	5000 m
	19 aos 30 (a)	5000 m	6000 m	7000 m
	30 aos 35	4000 m	5000 m	6000 m
	35 em diante	1500 m	2000 m	3000 m
FEMININOS	7 aos 13	1000 m	1500 m	2000 m
	14 aos 24 (a)	1500 m	2000 m	3000 m
	25 em diante	1000 m	1500 m	2000 m
MASCULINOS FEMININOS	TODOS OS ESCALÕES	MARCHA 3000 m	MARCHA 4000 m	MARCHA 5000 m

a) Recomendada a participantes com melhor preparação anterior.



GINÁSTICA

● Iniciativas possíveis

Tendo em vista as actividades e programa desportivo da Festa do «Avante!», **de Julho a Setembro de 1979**, podem ser desenvolvidas, entre outras possíveis, as seguintes actividades e consequente esquema de organização:

1. Demonstrações de ginástica convidando para o efeito colectividades para fazerem demonstrações em lugares públicos – jardins, ruas, largos, campos desportivos, salas, salões ou pavilhões desportivos. Sugere-se que estas demonstrações sejam organizadas da seguinte forma:

– 1.ª parte – demonstração à vontade do clube, com a duração de 30 a 40 minutos.

– 2.ª parte – a) participação organizada dos jovens da assistência, em exercícios de fácil execução e de contacto com a ginástica (tapete e aparelhos de ginástica caso os haja).

b) possibilidade de organizar «PERCURSOS» tipo gincana com aparelhos de ginástica, servindo de obstáculos em provas contra-tempo por equipas e individuais.

2 – Preparação da demonstração de ginástica para um festival durante os dias da Festa do «Avante!».

2.1 – **PARTICIPANTES**

2.1.1. – Colectividades dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal (1.ª prioridade).

2.1.2 – De outros distritos, caso a organização regional possa organizar a deslocação com a colaboração dos participantes.

Em qualquer dos casos, a comunicação dessa participação deverá ser feita até 15 de Agosto. Dessa forma entre 15 de Agosto e 1 de Setembro haverá uma reunião com um representante de cada grupo participante.

2.2 – **ORGANIZAÇÃO E FORMA DE PARTICIPAÇÃO**

2.2.1 – O recinto onde se fará a demonstração é dividido em tantos rectângulos quantos os grupos participantes (até um máximo de 25).

2.2.2 – Cada grupo pode participar com um mínimo de 10 ginastas e um máximo de 30.

2.2.3 – Cada grupo organiza e concebe a sua demonstração para uma duração exacta de 25 minutos.

Este tempo inclui entrada e saída do rectângulo, transporte de material, exercícios, apresentação inicial e final.

2.2.4 – Apenas nos actos de apresentação e finalização da demonstração e desfile final o programa será igual para todos os grupos.

2.2.4.1 – Os actos de apresentação e finalização são feitos pela formação dos ginastas em linha, sobre um dos lados do recinto ou qualquer outra forma a decidir na reunião referida em 2.1.2

2.2.4.2 – O desfile é organizado em volta do recinto com o transporte de panos que devem ser feitos pelas organizações regionais respectivas e devem referir o nome do grupo.

O tamanho dos panos (vermelhos com letras brancas ou vice-versa) será indicado oportunamente.

Semana

18
Quarta-feira 1697 – Morre na Baía o padre António Vieira

Reunião do Comité Central do PCP. O documento final salienta, entre outros aspectos, que a Assembleia deve evitar confrontros entre órgãos de soberania. ■ O Presidente da República recebe particularmente a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, a qual declara à saída que aceitará o lugar de primeiro-ministro de um Governo de gestão se o Presidente da República assim o decidir. ■ Trabalhadores agrícolas agredidos pela GNR em Pias, na passada terça-feira, manifestam-se em Beja e avistam-se com o governador-civil do distrito. ■ O ministro das Finanças da RPA, Ismael Martins, revela que o contencioso económico-financeiro entre os dois países está encerrado e não será discutido na actual reunião da Comissão Mista de Cooperação, a decorrer em Lisboa. ■ O director do pasquim reaccionário «A Rua» é condenado a 120 dias de cadeia por injúrias e calúnias ao deputado António Macedo, presidente do PS. ■ Segundo o INE, o défice da balança comercial durante o primeiro trimestre foi de 27,7 milhões de contos. ■ Os trabalhadores da RTP iniciam uma greve de zelo no sentido de pressionarem a CA a satisfazer as suas reivindicações.

19
Quinta-feira 1886 – Morre, com 31 anos de idade, o poeta Cesário Verde.

Lurdes Pintasilgo

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, depois das audiências separadas com os representantes dos partidos políticos representados na Assembleia da República, indigita a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de primeiro-ministro do novo Governo. ■ A Assembleia Municipal do Porto rejeita o relatório e contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da cidade. ■ Os representantes dos trabalhadores da Jacinto reafirmam a intenção de manter a greve até à retirada das forças policiais que cercam a empresa. ■ São conhecidos os resultados das eleições para a direcção do Sindicato dos Ferroviários do Centro, registando-se um vitória folgada da lista unitária de esquerda. ■ Os trabalhadores da Carris paralisam entre as 9 e 30 e as 13 horas exigindo da administração a negociação do ACT respectivo. ■ Agricultores concentrados no Porto exigem um subsídio de gasóleo para a lavoura. ■ O PS divulga um documento aprovado em 17 de Julho pela Comissão Directiva do partido e no qual se pretende lançar sobre o Presidente da República a responsabilidade da crise. ■ Na Assembleia da República são aprovadas importantes alterações à Lei 76/77, conhecida por lei dos senhorios ricos.

20
Sexta-feira 1969 – Morre o pintor d'Assumpção.

A CGTP, em comunicado público, considera «oportuno manifestar que os trabalhadores estão fundamentalmente interessados em que o período de actuação deste Governo decorra em termos de acalmia social, manifestando desde já a sua disposição de contribuir para esse objectivo». ■ O primeiro-ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo, tem novo encontro com o Presidente da República. ■ O MAP entrega reservas no concelho de Elvas. ■ Diversos sindicatos denunciam a repressão que se faz sentir na empresa Cabos Ávila. ■ Trabalhadores de hotelaria do Norte paralisam como forma de luta para que seja publicada a PRT para os trabalhadores daquela zona. A UEC denuncia a existência de graves fraudes e desvios na avaliação de conhecimentos na Faculdade de Medicina de Coimbra. ■ Termina a reunião da Comissão Mista Luso-Angolana.

21
Sábado 1844 – Nasce em Mirandela o escritor Luciano Cordeiro, fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Panasqueira: a vitória

Em Pavia quinze trabalhadores agrícolas são agredidos por um bando de agrários armados. ■ Nas Minas da Panasqueira, é evidente o regozijo pela vitória alcançada na luta contra a administração. Na véspera, os representantes da multinacional cederam às principais reivindicações dos mineiros – manter-se a semana de cinco dias de trabalho, aumento de 18 por cento e a não concretização do despedimento de 30 dirigentes e delegados sindicais. ■ Manuel Alegre, em Coimbra, declara que o seu partido espera do novo governo «uma política apaziguadora» e uma «mudança na política de informação». ■ No Funchal, Ruy Oliveira, do CDS, critica asperamente o general Ramalho Eanes declarando que o Presidente ao indigitar Maria de Lurdes Pintasilgo «divorciou-se da maioria que o elegeu para arranjar outro amor». ■ Na visita à Agro-Vouga, o Presidente da República considerou «elementos indispensáveis» os partidos políticos.

22
Domingo 1684 – Morre a pintora Josefa de Óbidos.

Joaquim Agostinho

Pela segunda vez consecutiva, Joaquim Agostinho obtém o terceiro lugar na Volta à França. ■ No Porto, Lucas Pires, do CDS, criticando a actuação do Presidente da República afirma que Portugal está «numa fase de neogonçalvismo · rococó de saias e espartilho». ■ O Conselho Nacional do PPD, reunido em Lisboa, decide «manifestar a sua total desconfiança política ao primeiro-ministro indigitado». ■ No regresso da Suécia, Mário Soares manifesta que a atitude do PS perante o próximo governo «é reservada»; no entanto esclarece que «a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo merece o nosso respeito e consideração».

23
Segunda-feira 1972 – Morre, na cidade de S. Paulo, o escritor e poeta Adolfo Casais Monteiro.

Segundo é revelado, o patronato de Faro deve à Previdência um milhão e trezentos mil contos. Cerca de 60 por cento desta quantia é da responsabilidade das empresas dos sectores de hotelaria e construção civil implantadas no distrito. ■ O general Ramalho Eanes assiste, em Sagres, ao exercício «Marte-79». ■ Através dos seus militantes, o PPD compra o «Diário dos Açores». ■ O primeiro-ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo, revela pretender apresentar até ao fim da semana o elenco governamental. ■ O major Vasco Lourenço, membro do Conselho da Revolução, parte para uma visita particular, de 10 dias a Cuba. ■ Na Assembleia da República são aprovados dois diplomas. O primeiro autoriza a formação de sociedades de investimento. O segundo legaliza as vinhas clandestinas. ■ Começa na Figueira da Foz a Assembleia Internacional do Gral.

24
Terça-feira 1527 – Regressa a Lisboa, vindo da Abissínia, o padre Francisco Álvares, autor do livro «Verdadeira Informação das Terras de Prestes João», publicado em 1540

O primeiro-ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo, que durante a manhã tivera um encontro com o Presidente da República, recebe no forte de Santo Amaro, durante o dia, Joaquim Lourenço, Pedro Macedo, Pinto Correia, Henrique Santa Clara Gomes e pela segunda vez, Maria Manuela Silva. Entretanto o gabinete de apoio do primeiro-ministro indigitado conta com a presença da escritora Maria Velho da Costa, da secretária de Estado da Cultura do Governo de Nobre da Costa, Teresa Santa Clara Gomes e da jornalista da RTP, Maria Elisa. ■ A secção do PS na RDP aponta para o estado de degradação a que chegaram os serviços da empresa, com especial destaque para a informação e revela ter a CA admitido jornalistas de «O Dia» e «Jornal Novo» directamente para a chefia dos noticiários. ■ A CP estaria, segundo alguns órgãos autárquicos, a negociar a exploração da linha do Sabor, extinguindo o percurso ferroviário que passaria a ser explorado por empresas rodoviárias privadas.

Os Comunistas na Assembleia da República

AR termina amanhã os trabalhos do período suplementar

Prestes a terminar o período suplementar de trabalho da 3.ª Sessão Legislativa, que deverá estar concluído amanhã, e em véspera de dissolução, a Assembleia da República entrou, por assim dizer, numa maratona legislativa, com a discussão e a aprovação de numerosos diplomas relativos a sectores diversos da vida nacional, alguns dos quais de primeiro plano.

Em primeiro lugar, há que registar a aprovação de diversas alterações à lei dos senhorios ricos, alterações que vão ao encontro de várias das reivindicações feitas pelos agricultores-rendeiros. Nos termos das alterações agora aprovadas, os despejos só podem ser executados no fim do ano agrícola, o recurso da sentença que determina a entrega do prédio tem sempre efeito suspensivo, a entrega não pode efectuar-se enquanto não estiverem julgados os respectivos processos, o artigo que permitia aos herdeiros do senhorio falecido rescindir o contrato foi revogado, os rendeiros podem opor-se ao despedimento quando este coloque em risco a sua subsistência ou a sua habitação e os senhorios que ocupem ilegalmente prédios arrendados ficam sujeitos a multa.

O processo de alterações à lei dos senhorios ricos foi mais complicado do que a aprovação dessa peça de contra-revolução legislativa. Há cerca de um ano, o Grupo Parlamentar do PCP tinha apresentado um projecto de lei de alterações que, em plenário, foi derrotado pelos mesmos que há dois anos, aprovaram a lei dos senhorios ricos. Depois, já nesta sessão legislativa, o PS e o PCP apresentaram projectos de lei contendo alterações, que vieram a ser aprovados na generalidade, após o que baixaram à comissão parlamentar respectiva para votação na especialidade, votação que ficou concluída há dois meses. Depois de já estar pronto para subir a plenário para votação final global, o projecto de alterações só agora foi votado pelo plenário. Porquê?

Em virtude de uma aliança pontual entre o PS e os independentes sociais-democratas, estes viram aquele grupo parlamentar aprovar um seu requerimento no sentido de a votação na especialidade ser avocada pelo plenário, isto é, ser efectuado em plenário. Apesar das fortes críticas então produzidas pelos deputados comunistas, essa atitude prevaleceu, razão por que só agora as alterações à lei dos senhorios ricos só agora foram aprovadas na especialidade, com os votos favoráveis do PS e do PCP.

Se as forças democráticas se uniram para dar resposta legislativa a algumas das reivindicações dos rendeiros, o mesmo não se pode dizer da legislação relativa a comissões de trabalhadores, uma vez que o PS insistiu na aprovação de um seu projecto em devido tempo declarado inconstitucional. Esse projecto, agora aprovado em votação final global, com os votos contrários do PCP, continua a negar aos trabalhadores a livre escolha do método eleitoral, limita o número de membros das CTs e visa, essencialmente, espartilhar, domesticar e controlar o controlo de gestão. Curiosa foi a atitude dos partidos da direita PPD e CDS: depois de terem aprovado o projecto do PS na generalidade, depois de na comissão terem aprovado a totalidade dos seus preceitos, o CDS votou contra e o PPD absteve-se na votação final global. Isto é, o PS fez-lhes o serviço e eles lavaram daí as suas mãos...

Outros sectores que foram objecto da tomada de medidas legislativas neste período final de trabalhos da AR foram a comunicação social, as sociedades de investimento e a própria Assembleia da República.

No sector da comunicação social e escassos dias depois da aprovação de um pacote legislativo relativo ao sector foram aprovados 4 projectos de lei que contemplam uma reivindicação antiga dos jornalistas: o respectivo Estatuto e o Regulamento da Carteira Profissional. Os quatro projectos aprovados na generalidade são da autoria do PCP, do PS e da UDP e todos eles registaram a abstenção dos partidos da direita.

A Assembleia aprovou, com os votos contrários do PSD e de seis deputados do CDS, um projecto de lei da autoria do PS que visa a manutenção dos mandatos dos deputados, em caso de dissolução da Assembleia da República.

Finalmente, na tarde da passada segunda-feira, e com os votos contrários dos deputados comunistas, a AR ratificou um decreto do Governo Mota Pinto que, invocando a regulamentação das sociedades de investimento, possibilita a criação de verdadeiros bancos privados. O requerimento de sujeição a ratificação tinha sido, por isso mesmo, apresentado pelo PCP, mas o PS, ao abster-se, possibilitou a aprovação na generalidade do referido decreto que entretanto baixou para discussão na especialidade à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Relativamente ao período de antes da ordem do dia, há que salientar uma declaração política do PCP, proferida por Vital Moreira, na qual se condenam atitudes de desrespeito pela Assembleia da República cometidos por Alberto João Jardim (Ver **Intervenções**) e a aprovação de um voto do PS de repúdio pela campanha caluniosa movida contra a Assembleia da República. Votaram favoravelmente este voto o PS, o PCP, os deputados independentes sociais-democratas e ex-PS, tendo o PPD e o CDS votado contra.

A Assembleia reservou estes dois últimos dias de plenário para a conclusão de processos legislativos em curso, sendo de prever que subam hoje e amanhã a plenário numerosos decretos do Governo Mota Pinto sobre os quais impendem processos de sujeição a ratificação.

«Daqui não saio...»

Ainda não tinham passado três dias sobre o escândalo provocado pelo deputado dó CDS Cunha Simões, e que obrigou o Presidente Teófilo Carvalho dos Santos a ter de interromper, por momentos, a sessão plenária, e já o mesmo deputado voltava a dar tristemente nas vistas.

A Assembleia discutia as prepotências do senhor Jardim, na sequência da declaração política do deputado comunista Vital Moreira. Pedro Roseta saiu em defesa de «seu jardim», utilizando embora o mesmo tipo de argumentos do seu correlegionário da Madeira. A denúncia das prepotências e indignidades de Jardim incomodava as bancadas da direita e, particularmente, a do PPD.

Refastelado na sua bancada, procurando dar nas vistas, Cunha Simões «mandava bocas», cada vez mais alto, cada vez mais impaciente. Da primeira fila da bancada do CDS levanta-se, compondo um ar de paciência evangélica e modos de reprimenda, o deputado Krus Abecassis. Lentamente, dirige-se para o seu refastelado par, acerca-se dele e bichana-lhe qualquer coisa ao ouvido. Eis senão quando a Câmara vê, estupefacta, Cunha Simões bater com o punho na mesa, endireitar-se e berrar a plenos pulmões, cada vez mais impaciente:

«Não saio daqui!»

Por entre as gargalhadas gerais, Abecassis volta, cabisbaixo, ao seu lugar, enquanto Cunha Simões volta a refastelar-se na sua bancada. Como se cantasse: «Daqui não saio, daqui ninguém me tira».

Dia a Dia

- A AR aprovou na generalidade (votos favoráveis do PS, PCP e contrários do PPD e do CDS) um projecto de lei do PCP sobre saneamento básico. Sobre a mesma matéria, e com os votos contrários do PCP, foi aprovado um diploma do PPD.
- Um projecto de lei do PCP relativo à formação de professores foi aprovado com os votos dos deputados comunistas e abstenção dos restantes deputados. Um projecto do PPD sobre o mesmo tema foi rejeitado.
- Dois projectos de lei do PPD, propondo respectivamente a criação do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Universitário da Beira Interior foram aprovados, em votação final global, com os votos favoráveis de todos os deputados e a abstenção dos deputados do PS.
- Os deputados comunistas abstiveram-se na votação de um projecto do PS propondo alterações às leis da Reforma Judiciária, que foi aprovada. Os deputados comunistas, que consideram a iniciativa necessária e oportuna, assinalaram no entanto o carácter excessivo de certas regalias financeiras atribuídas aos magistrados.
- Igual atitude foi adoptada pelo Grupo Parlamentar do PCP na votação do projecto do PS relativo à actualização das remunerações dos titulares dos cargos municipais (ver Intervenções), que foi igualmente aprovado.

Intervenções

Um caso de patologia e de indignidade políticas

As tropelias do sr. Alberto João Jardim, dirigente nacional e regional do PSD e presidente do Governo Regional da Madeira atingiram há muito foros de escândalo público e ultrapassaram largamente as raias do absurdo e da imoralidade política. A sua linguagem desbragada, o seu charlatanismo o idi-aminesco, a sua megalomania bokassiana, a sua insensatez arrogante, o seu exibicionismo de *superstar* político — tudo isto faz deste «gauleiter» madeirense um motivo, simultaneamente de chacota e espanto, de incredulidade e revolta. A sua figura de tiranete de aldeia, de ditador de pacotilha, de pretendente a caudilho atlântico assume dimensões de patologia política.

Na sua escalada infrene para os cumes máximos da insensatez, estultícia e desfaçatez políticas, o sr. Alberto João Jardim não conhece, nem nas suas atitudes atribiliárias nem nas suas declarações bombásticas, quaisquer limites derivados do respeito pela Constituição, pelos direitos fundamentais dos cidadãos, pelos órgãos de soberania da República, nem sequer da simples cortesia ou ética políticas. Afrontando descarada e provocantemente a Constituição e as instituições da República, qual ditador de qualquer «república de bananas», os mínimos ditâmes da deontologia política e cívica num Estado democrático.

Já não lhe bastavam os ataques soezes ao regime constitucional (e particularmente à legitimidade de um dos órgãos de soberania da República, o CR); a reivindicação impúdica do estatuto de Estado Federado para a Região Autónoma da Madeira; as referências injuriosas às FAs que, facto inaudito, suscitaram uma manifestação oficial de «desprezo» dos CEMs; as manifestações de uma doentia xenofobia contra os cidadãos continentais; as atitudes de discriminação política e ideológica contra cidadãos — de que o célebre caso da exclusão dos comunistas dos conselhos de gestão das escolas do arquipélago continua a ser caso exemplar (apesar de a respectiva resolução ter sido «engolida»); os actos de flagrante violação de direitos fundamentais (como o recente despedimento arbitrário e ilegalíssimo, sem qualquer explicação, de dois tractoristas da Secretaria Regional da Agricultura); as manifestações de compadrio e nepotismo no preenchimento dos quadros do funcionalismo regional; as ingerências descabeladas para controlo das emissões regionais da RTP e da RDP, procurando transformá-las em simples megafone privado; as tentativas inqualificáveis recentemente verificadas sobre a ANOP, procurando levar à transferência de um jornalista, autor de uma reportagem sobre as condições de habitação no Funchal que lhe desagradara; as injúrias rasteiras atiradas contra o Conselho de Informação para a RTP que ousou condenar a ausência de pluralismo democrático na RTP/Madeira; a delibe°rada confusão entre o executivo regional e os órgãos regionais do partido do governo (que vão até ao ponto de um representante do PSD assistir, «como observador», às reuniões do Governo!...); a acintosa revogação ilegítima de medidas legítimas tomadas pelo Governo da República (como aconteceu com a anulação de uma medida disciplinar aplicada a um funcionário da administração dependente do Governo da República); as tentativas de controlo ideológico do ensino na região, através da edição oficial de livros escolares subsidiados, que naturalmente se transformarão na prática em livros únicos; a violação dos mais elementares deveres de respeito pelos direitos dos partidos de oposição, através de profusas notas oficiosas de teor frequentemente insultuoso, a que aqueles não podem responder; o desencadeamento de formas odientas de combate político contra os adversários (como aconteceu ainda recentemente na manobra, retintamente pidesca, de tentar lançar à execração pública, como cripto-comunistas, um conjunto de cidadãos que havia subscrito um manifesto promotor das comemorações do 25 de Abril no Funchal, e também o ataque baixo e indigno produzido contra a recente visita do deputado socialista João Gomes à Madeira) — isto, e muito mais que poderia ser arrolado no elenco das calamidades do sr. Alberto João Jardim, na sua dupla qualidade de presidente do Governo Regional e de dirigente da organização regional do PSD, são mais que suficientes para desenhar o seu perfil político e o seu estofo moral.

Entretanto, como se isto não bastasse, o presidente do Governo Regional da Madeira achou por bem somar ao seu extenso currículo de «jardinadas» mais uma de grosso tomo, agora dirigida contra as prerrogativas dos deputados da AR, e contra a própria dignidade da AR.

(...) Por muito menos do que já fez de mal o sr. Alberto João Jardim, certamente que qualquer Primeiro-Ministro de um governo da República estaria irremediavelmente condenado e destituído. O sr. Alberto João Jardim tem gozado da impunidade que lhe propicia a maioria que alcançou o partido de que é chefe regional, o silêncio dos órgãos da República a quem compete velar pela legitimidade constitucional e pelo prestígio do regime democrático em todo o território da República.

Mas essas circunstâncias não podem servir de pretexto para que na AR não sejam denunciadas situações de tal modo atentatórias da dignidade democrática das instituições regionais e da República, e para retirar daí as pertinentes ilações políticas (...).

Entretanto, não podem prosseguir impunemente e sem denúncia as arbitrariedades, as prepotências, o vezo totalitário, o ensaio ditatorial do sr. Alberto João Jardim. Está em causa simultaneamente a credibilidade e a dignidade das instituições regionais e do regime democrático. Os dislates, as aleivosias, as provocações do sr. Alberto João Jardim ultrapassaram todas as medidas. De jardinada em jardinada é a própria seriedade da vida política portuguesa que é aniquilada. O excesso pode transformar-se em tragédia política. Um presidente de um Governo Regional da República Portuguesa não pode comportar-se como qualquer arruaceiro político. A conduta do sr. Alberto João Jardim não é compatível com a dignidade da República. (**Vital Moreira,** em 19/7/79)

Qual a razão de tanta gula pela banca?

(...) A desfaçatez do Governo exonerado não tem limites. Vejamos as sociedades de investimento. A lei 46/77 (lei da Entrega), no n.º 2 do artigo 3.º, permite a actividade de instituições parabancárias, designadamente de sociedades de investimento. No entanto, o n.º 1 do mesmo artigo veda às empresas privadas a actividade bancária. Ora, o que no essencial caracteriza a actividade bancária é a concessão de crédito e a aceitação de depósitos.

Pois bem, o governo Mota Pinto, no decreto-lei agora em discussão, faz pura e simplesmente tábua rasa desse artigo, ao permitir (...) que as ditas sociedades de investimento concedam crédito a médio e longo prazo. Mas vai mais longe, ao permitir, na prática, a concessão de crédito a curto prazo utilizando o esquema de contas-correntes abertas a médio prazo, mas utilizadas a curto, de acordo com as necessidades das empresas clientes. Além do mais, no artigo 14.º (e sem disfarçar) o crédito a curto prazo não é vedado às sociedades financeiras. O que é isto senão a actividade bancária pura e simples?

(...) No seu afã de servir o grande capital, o ex-governo Mota Pinto não olhou a meios nem a processos.

(...) Qual a razão de tanta gula pela banca? O que será que faz correr com tanta energia o CDS e o PPD? Porque será que estes não se mexem, por exemplo, quando se trata de empresas nacionalizadas, financeiramente não rentáveis?

A razão é muito simples, se atentarmos nos resultados do sistema bancário... Na verdade, em 1978, excluindo o Banco de Portugal, a banca teve de lucros quatro milhões de contos e os fundos libertos (lucros mais provisões) ultrapassaram os dezasseis milhões de contos. Eis a razão clara, transparente, de todos os argumentos até agora formulados pelo grande capital e pelos seus representantes nesta câmara, o PPD e o CDS.

Para nós a situação não deixa margem a dúvidas. Por isso, iremos votar contra a ratificação deste decreto-lei, deste escândalo, produto final de um governo ditatorial e sem vergonha, atentatório da dignidade do povo português e da Independência Nacional (**Carlos Carvalhas,** em 23/7/79).

Mais uma lei contra as CT's

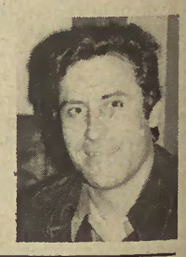
(...) Tal como o seu antecessor, o decreto 93/I, o texto acabado de votar não é o diploma sobre o controlo de gestão mas o diploma que visa controlar o controlo de gestão; não é o diploma sobre a liberdade de organização dos trabalhadores mas o diploma que visa domesticá-la; não é o diploma que regulamenta os artigos 55.º e 56.º da Constituição mas o diploma que desvirtua e adultera, e por isso contraria, os direitos consagrados nestas normas da lei fundamental.

(...) Este decreto não podia, por isso, deixar de merecer a nossa firme rejeição, como mereceu o repúdio da grande maioria dos trabalhadores, daqueles que nas fábricas, nos serviços ou nos campos se empenharam ao longo destes últimos cinco anos na luta contra as prepotências patronais e contra o boicote à economia e ao próprio regime democrático.

Este diploma não acolhe nem a experiência nem as aspirações do movimento operário português e tenta limitar-lhe a sua capacidade organizativa e criadora.

Esta ressuscitada peça da contra-revolução legislativa não vai contribuir para a recuperação e o desenvolvimento da economia portuguesa, vai agravar as tensões e os conflitos sociais e constitui um estímulo ao agravamento da repressão que se abate sobre os trabalhadores. A Direcção do PS oferece assim, com uma insistência que os trabalhadores não compreenderão nem aceitarão, mais uma trave-mestra para ajudar a direita e o patronato reaccionário a erguer o edifício da repressão e da prepotência.

(...) Se é certo que o patronato, com a saída desta lei, vai afiar ainda mais o gume da repressão; se é verdade que as dificuldades vão ser maiores para o movimento operário perante mais esta peça da contra-revolução legislativa, em cada dia e em cada empresa, os trabalhadores, pela prática e pela luta, demonstrarão a iniquidade desta lei, imposta por quem cada vez mais se distancia na defesa dos interesses das massas trabalhadoras, preferindo apoiar-se na direita e nas forças que representam o passado da opressão e da exploração (**Jerónimo de Sousa,** em 19-7-79).



Alterações à lei dos senhorios ricos

(...) A maioria desta Assembleia foi sensível às justas reivindicações dos rendeiros, e aprovou as alterações que agora votámos globalmente.

Lamentamos que não tenha sido aprovado o princípio contido no nosso projecto de permissão de denúncia do contrato pelo senhorio apenas por meio de acção judicial e exclusivamente para efeitos de exploração directa, porque consideramos que tal princípio é da mais elementar justiça e constitui um meio de realizar o objectivo constitucional de atingir progressivamente a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores.

Mas uma vez que o PS e os partidos da direita a isso se opuseram, esforçámo-nos por melhorar o projecto do PS quanto às condições de despedimento – objectivo que conseguimos em considerável medida.

Congratulamo-nos com as melhorias obtidas, pois agora, passará a vigorar que os despejos só podem ser executados no fim do ano agrícola; não pode ser efectuada a entrega do prédio ao senhorio, por denúncia do contrato, enquanto não estiverem julgados os respectivos processos; o recurso da sentença de restituição do prédio do senhorio terá sempre efeito suspensivo, e foi revogado o artigo que permitia aos herdeiros do senhorio falecido rescindir os contratos.

A partir de agora, e graças aos votos conjuntos dos socialistas e comunistas, contra os deputados da direita, os rendeiros passam a poder opor-se ao despedimento quando este coloca em risco a sua subsistência ou habitação.

Significativamente a direita, face a isto, prefere subjugar o direito de subsistir e ter abrigo pelo direito de propriedade. Enfim, assim se desmascara o conceito que a direita faz dos direitos humanos que falsamente invoca.

Por outro lado, ficou estabelecida a multa que recairá sobre os senhorios que ocupam prédios arrendados sem consentimento do rendeiro, como tínhamos proposto no nosso projecto de lei derrotado há um ano.

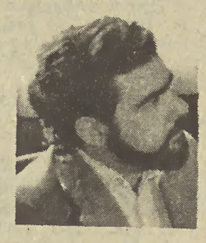
E finalmente, congratulamo-nos com a aprovação do artigo do nosso projecto de lei que impõe a sujeição a estas alterações dos processos não decididos. Esta é uma medida de elementar justiça e fortemente reivindicada pelos rendeiros. O caso é que a lei 76/77 era obrigatoriamente aplicada a todas as acções existentes e, uma vez que se reconheceu a maldade da lei, não fazia sentido que não se corrigisse isso.

Lamentamos entretanto que mais uma vez os rendeiros tenham sido vítimas das alianças – concretizadas ou não – do PS com a direita. Desta vez o prejuízo resultou do atraso registado na aprovação final das alterações pelo plenário, por iniciativa original e perigosa dos deputados ex-PSD/PPD: a votação concluída na Comissão há dois meses só agora foi ratificada pelo plenário.

Deste modo, enquanto a lei dos senhorios ricos do PPD, isto é, a lei 76/77, foi aprovada nesta Assembleia em pouco mais de três escassos meses, as alterações agora introduzidas tiveram um longo processo de nove meses.

A lei 76/77 tem de ser substituída por uma Lei do Arrendamento Rural justa e dinamizadora da agricultura. As alterações agora introduzidas não mexem com a essência da lei, isto é, não fazem dela a lei necessária. Todavia, melhoram algumas, poucas, das disposições mais graves. Por isso as aprovámos, na certeza de que se impõe prosseguir a luta pela substituição da actual Lei do Arrendamento.

Pela nossa parte, não nos pouparemos a esforços para levar os outros deputados a compreenderem e defenderem na prática as justas exigências dos agricultores-rendeiros. Pela nossa parte, continuaremos aqui a luta dos rendeiros por uma lei justa (**Vítor Louro,** em 19/7/79).



Os vencimentos dos eleitos das autarquias

O Grupo Parlamentar do PCP está evidentemente de acordo com a necessidade de proceder à actualização das remunerações dos eleitos das autarquias, pelo que obviamente não se poderia opor ao Projecto de Lei em discussão. Trata-se de vencimentos fixados com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1977; são conhecidos os efeitos corrosivos do poder de compra provocados pelas altas taxas de inflação verificadas nos últimos dois anos, pelo que é indiscutível providenciar-se no sentido de resolver os problemas daí decorrentes.

A posição de abstenção do PCP não se justifica assim na nossa reserva ou oposição à actualização agora proposta, independentemente da nossa apreciação crítica em relação aos critérios seguidos, que não estão em questão.

A nossa posição de abstenção justifica-se sim pela nossa discordância em relação às soluções contidas na Lei 44/77, de 23 de Junho, soluções que constituem a matriz onde se insere a presente actualização.

Abstivemo-nos na votação final global da Lei 44/77, porque discordávamos e discordamos do critério de classificação dos municípios adoptado, que não passa da adopção pura e simples dos critérios do Código Administrativo marcelista; discordávamos e discordamos das discriminações que resultam para os eleitos das autarquias da adopção de tais critérios e que não encontra justificação séria e suficiente em diferenças de empenhamento e em diferenças de níveis de responsabilidade.

A posição de abstenção que definimos na generalidade, mantê-la-emos na votação na especialidade, pelas mesmas razões.

Entretanto afirmamos uma vez mais a nossa disponibilidade e o nosso empenho em proceder a uma revisão de fundo desta matéria, no sentido de se encontrarem soluções adequadas, que tenham em conta o esforço e a dedicação que em condições de igual responsabilidade, os eleitos das autarquias desenvolvem nas autarquias locais de Norte a Sul do País (**Marques Pedrosa,** em 19-7-79).

O plantio de vinhas e a falsificação do vinho

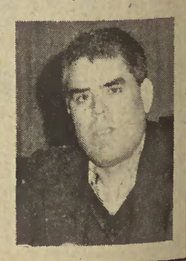
A situação da vitivinicultura portuguesa exige uma política correcta e coerente para que se possa tirar deste importante sector da economia nacional todas as potencialidades que até agora não têm sido aproveitadas convenientemente.

Hoje ainda não se sabe ao certo qual a área de vinha plantada, quanto à idade da mesma aí as dúvidas ainda são maiores e no que diz respeito às castas também não há dados estatísticos para que se possa afirmar com verdade quais as que temos e quanto produzem.

(...) Este Projecto de Lei agora em discussão pretende resolver o problema do plantio da vinha. É certo que na região do Douro iria resolver alguns casos de pequenos proprietários. Mas mesmo nesta região, aqueles que plantaram vinhas ilegais foram de uma maneira geral os grandes proprietários, que sempre contaram com os favores e a protecção do aparelho de Estado fascista, que não lhes aplicaria a lei (**Custódio Gingão,** em 23-7-79).

Tal como o projecto 206/I, também o projecto 272/I a nosso ver não vem resolver o problema da falsificação do vinho e, tal como o 206/I, também este peca pela sua insuficiência e por via disso poderá criar novas injustiças.

Não se pode meter no mesmo saco aqueles que fazem vinho de tudo menos da uva com aqueles que utilizando produtos actualmente proibidos o fazem para a correcção dos seus vinhos. São situações diferentes e, enquanto a primeira tem de ser definida e punida como crime, a segunda tem de deixar de ser considerada uma infracção (**Custódio Gingão,** em 23-7-79).



Despedimentos selectivos — zona perigosa sem protecção

Alguns factos recentes da repressão patronal, que se agravou escandalosamente com o apoio do extinto Governo MP/PPD/CDS, trouxeram de novo à superfície o aspecto mais grave das atitudes repressivas do patronato reaccionário — os despedimentos.

A campanha da direita contra os órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas — estruturas democráticas e constitucionais, na forma de Comissões de Trabalhadores, e delegados sindicais, que podem reunir-se ou não em comissões de delegados e comissões intersindicais — assume aspectos gravíssimos de prepotência e ilegalidade.

Os exemplos são infelizmente abundantes. Para só citar alguns dos mais recentes, casos como os da Standard Eléctrica — ITT, Jacinto, Sorefame, Lusalite, Real Vinícola e Cometna ilustram só por si a necessidade inadiável de, a par do apoio à luta que os trabalhadores desenvolvem nessas e outras empresas, se accionarem de imediato os mecanismos constitucionais adequados à reposição da legalidade com a readmissão dos trabalhadores despedidos por exercerem as funções sindicais para que foram eleitos pelos seus companheiros de trabalho.

É sabido que nesses casos de repressão patronal não é apenas o direito ao trabalho que é posto em causa e desprezado. É também e principalmente o direito à auto-organização dos trabalhadores.

O que o patronato e o seu defunto Governo pretendiam e pretendem pôr em causa são os direitos, liberdades e garantias alcançados pelos trabalhadores portugueses e que estão salvaguardados na Constituição da República. O que visam afinal é usar a repressão como instrumento para impedir a prática de direitos colectivos e a livre organização dos trabalhadores.

O sentido destas palavras, várias vezes repetido na Assembleia da República por deputados comunistas, aponta claramente a necessidade de acabar com os **despedimentos selectivos** que, para além do ataque aos órgãos representativos dos trabalhadores, preparam os **despedimentos colectivos** que, por exemplo, na Standard Eléctrico-ITT ameaçam mais de 300 postos de trabalho.

Já aprovado na generalidade e pronto para ser discutido e votado na especialidade pelo Plenário da Assembleia da República, segundo parecer da Comissão de Trabalho, datado de 12 de Junho findo, o Projecto de Lei n.º 175/I da autoria de deputados do PCP destina-se a **proteger contra despedimentos os representantes dos trabalhadores** para que, como se afirma no preâmbulo do referido Projecto, «pelo menos nestes casos, a entidade patronal não possa faze 'justiça' por suas próprias mãos, como acontece sempre que procede a um despedimento de natureza disciplinar».

Simples e normal na generalidade dos conflitos, essa protecção, proposta pelos deputados comunistas, atribuirá «à entidade patronal, que julga verificados os pressupostos do despedimento com justa causa, o encargo de propor a respectiva acção no tribunal competente, desde que o parecer do trabalhador e da comissão de trabalhadores ou do sindicato seja contrário ao despedimento».

É o mínimo que se pode propor num regime democrático.

TRINTA E UMA VITÓRIAS EM TRÊS MESES

A unidade soma e segue nas eleições sindicais

Num período pouco superior a 100 dias, o Movimento Sindical Unitário e a generalidade dos órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas averbaram vitórias eleitorais em 31 Sindicatos e Comissões de Trabalhadores.

Do balanço que hoje publicamos, referente ao período posterior a 5 de Abril findo, consta um total de 34 eleições (17 Sindicatos e 17 Comissões de Trabalhadores). Além do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a UGT/PPD/CDS, com o apoio declarado de tudo o que é reacção e divisionismo, só conseguiu vencer, nesse período, em mais duas eleições – para o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas (pequena agremiação paralela, onde obteve 630 votos) e no Sindicato da Informação Turística, Guias e Intérpretes, que tem 600 sócios, 109 dos quais escolheram uma direcção divisionista.

No «Avante!» de 5 de Abril findo fazíamos, em data, o último balanço das eleições realizadas para esses órgãos representativos dos trabalhadores num período de cerca de 2 meses. Então como hoje, os números eram altamente reveladores do «apoio» que os divisionistas encontram nos Sindicatos e nas CTs. Num total de 31 eleições efectuadas nesse período apenas venceram duas (Bancários do Centro e Pessoal de Voo da Aviação Civil).

O reforço da unidade não ilustra uma **tendência**. Representa, sem sombra de dúvida, uma **constante** nunca desmentida, que se tem repetido ao longo dos anos desde o 25 de Abril.

Os divisionistas, cuja preocupação é limitar a participação sindical ao voto em consultas eleitorais cada vez mais espaçadas, têm sido redondamente batidos no seu próprio campo. A unidade, cujo reforço e consolidação não dependem apenas, como é bom de ver, das eleições sindicais, tem-se reafirmado também nas urnas. Por incontável maioria, os trabalhadores sindicalizados têm escolhido as listas unitárias compostas por trabalhadores de várias tendências políticas e sem partido. Muitas dessas listas incluem trabalhadores socialistas.

Os princípios que orientam o Movimento Sindical Unitário (unidade, democracia, independência e liberdade sindicais) tal como foram definidos e aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos, em fins de Janeiro de 1977, são característica comum dos programas das listas unitárias em Sindicatos filiados ou não na CGTP-Intersindical Nacional.

Segundo números divulgados em 15 de Janeiro de 1979, nas 240 eleições sindicais efectuadas nos dois anos anteriores, a CGTP-IN não perdeu nenhuma direcção sindical em favor dos divisionistas e ganhou 46 Sindicatos até então submetidos aos fomentadores da divisão.

Esta **constante** do reforço da unidade em volta. da CGTP-IN, tem-se mantido sem oscilações, como aqui temos dado notícia em balanços com base em dados factuais vindos a público regularmente.

Reforço do combate ao divisionismo

No período abrangido por este balanço (5/4/79 a 23/7/79) as listas unitárias, que apoiam os princípios defendidos pela CGTP-IN, alcançaram a vitória nos seguintes Sindicatos: Engenheiros Técnicos do Norte; Trabalhadores da Construção, Mármores e Madeiras de Lisboa; Gráficos do Sul e Ilhas; Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Coimbra; Metalúrgicos de Leiria; Profissionais de Psicologia; Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias; Hotelaria da Zona Centro; Trabalhadores de Calçado, Peles, Malas e Similares do Centro, Sul e Ilhas; Trabalhadores de Armazém do Norte; Professores da Grande Lisboa; Operários Corticeiros (Portalegre); e Ferroviários do Centro.

No mesmo período, a unidade venceu ainda nas seguintes Comissões de Trabalhadores; Cabos Ávila; Imprensa Nacional; EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa); Secretariados de Secção de Empresas do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas; Cometna; Fiat; SMGE (Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade) do Porto; Rádio Marconi; Portucel (Viana do Castelo); Empresa Pública Notícias-Capital; Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Braga; Pereira & Brito (Amadora); Arsenal do Alfeite; Herdade da Palma; CEP-5 da Rodoviária Nacional; Socarmar e SAPEC (Setúbal).

Catorze Sindicatos e 17 Comissões de Trabalhadores enfileiram, com novos corpos gerentes, na luta pela unidade e pelos interesses, direitos e garantias das massas trabalhadoras, que representam nos respectivos sectores e locais de trabalho. Muitas (a larga maioria) dessas associações sindicais e órgãos representativos já enfileiram nessa luta antes das eleições. Outros, como o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Coimbra, a CT dos SMGE do Porto, abandonaram as direcções divisionistas, bateram a UGT/PPD/CDS e passaram a integrar-se na grande corrente da unidade e da eficácia na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

A participação aumenta

A afluência às urnas desmente concretamente os fomentadores do divisionismo, que gostariam de incutir a ideia de que os trabalhadores se desinteressam da vida sindical. As percentagens de votantes, a par de outros factores, revelam como é falso esse «argumento» da propaganda gonelhista. As percentagens nas CTs são normalmente elevadas (mais de 61 por cento na Cabos Ávila, 77,95 por cento na Imprensa Nacional, 81 por cento na EPUL). Nos Sindicatos as percentagens variam, na grande maioria, entre os 30 e os 60 por cento: 52 por cento nos Escritórios de Coimbra, 45 por cento no Comércio e Escritórios de Castelo Branco, 52,5 por cento nos Ferroviários do Centro, 40,8 por cento nos Gráficos do Sul e Ilhas, 41 por cento no Calçado do Centro, Sul e Ilhas – o dobro da afluência registada em 1977.

Comparadas com a participação em países estrangeiros, estas percentagens são enormes e dão bem ideia, no meio de condicionalismos adversos e da campanha dos divisionistas, de como é forte, permanece e se reforça a participação dos trabalhadores na vida das suas associações sindicais.

Unidade nos Ferroviários

A vitória mais recente da unidade (Ferroviários do Centro) com participação superior a 50 por cento e batendo por margem substancial (3416 votos contra 2059 da lista afecta à UGT e 933 da conotada com a UDP, segundo números provisórios) os divisionistas, veio tornar ainda mais clara uma tendência comum aos programas das listas da unidade — **a luta contra o divisionismo.**

A vitória dos Ferroviários é muito significativa nesse campo. Basta lembrar os esforços desenvolvidos recentemente pelos gonelhistas e outros divisionistas na CP, durante a luta pela contratação colectiva. Apesar das manobras divisionistas, estimuladas e apoiadas pelo Conselho de Gerência e pelo Governo exonerado, apesar dos «rebuçados» oferecidos a alguns trabalhadores e técnicos (uma escassa minoria), os trabalhadores da CP não se deixaram enganar e votaram coerentemente pela defesa dos seus interesses, escolhendo a lista unitária para a direcção do seu Sindicato no Centro do País.

Médicos do Porto denunciam manobras da Ordem e propõem debate

O Organismo de Direcção da Organização dos Médicos do Porto do Partido tornou público um comunicado a propósito de manobras desestabilizadoras fomentadas pela Ordem, a pretexto da não promulgação do Estatuto Médico, aprovado recentemente pelo governo Mota Pinto. Os dirigentes daquela estrutura corporativista empolaram o grau de adesão à greve, chegando ao ponto de alardear índices de 100% em hospitais, onde os internos, por exemplo, contestaram todo o processo desencadeado pela Ordem, não tendo aderido à paralisação.

«Tal greve, decidida sem o conhecimento da classe, gerou um clima de dúvida e desconfiança em relação à sua justeza e aos objectivos do Conselho Regional, tanto mais que – estranhamente – nem Ordem, nem Governo divulgaram o Estatuto aprovado. Da exigência de publicação imediata, sem contestação do seu conteúdo, presume-se que, no essencial, ele contemplará as exigências da direcção da Ordem. Responderá – no entanto – às preocupações dos médicos?», pergunta o documento do Partido.

Caracterizando a situação do sector, o comunicado salienta que «serviços desorganizados, actividade desmotivadora e rotineira, ausência de carreiras estruturadas, transformaram o quotidiano dos médicos numa prática degradada e desgastante. O futuro da grande maioria dos médicos e, particularmente, dos internos apresenta-se incerto e inquietante. O Serviço Nacional de Saúde, aprovado pela Assembleia da República, permite pôr termo a esta progressiva degradação».

Depois de realçarem que o Estatuto dos Médicos, elaborado pela Ordem, na última versão conhecida pela classe, ao «criar dificuldades à institucionalização do SNS, que espartilha e condiciona, vem fechar perspectivas de dignificação, valorização e futuro profissional», abertas pelo diploma aprovado na AR, os médicos comunistas afirmam que o Estatuto não contempla o direito dos policlínicos de ingressarem na carreira e não garante a continuidade de funções aos internos da especialidade «ignorando assim o principal problema daqueles que são hoje a maioria da classe».

Manifestando a sua oposição à greve e reclamando a divulgação do Estatuto Médico aprovado pelo Governo, o Organismo de Direcção dos Médicos do Porto do Partido propõe a realização de um amplo e construtivo debate conducente à definição de um Estatuto que, no quadro do SNS, acautele e salvaguarde os legítimos interesses da classe.

Os trabalhadores da Jacinto continuam a luta pelo trabalho em paz, pelo fim da repressão patronal com o apoio efectivo do Governo extinto

A LUTA DOS TRABALHADORES

● Nítida vitória na Panasqueira
● Boa adesão noutras lutas
● Tomada de posição da CGTP-IN

Com uma nítida vitória dos trabalhadores da Panasqueira, que acabam de impor ao patronato a satisfação das principais reivindicações, com a continuação da luta na Carris (adesão de 100% à paralisação da última quinta-feira) e com a movimentação e a luta noutros sectores, com relevo para a Hotelaria do Norte, os Trabalhadores na Imprensa (não jornalistas) e RTP (greve de zelo incluindo os jornalistas) os últimos dias foram ainda assinalados, no campo das reivindicações de ordem salarial e outras no âmbito da contratação colectiva, pela tomada de posição da CGTP-IN que, num comunicado recente afirma que é necessário anular «todas as ilegalidades, arbitrariedades e prepotências cometidas pelo ex-Governo MP» e, designadamente, «solucionar os conflitos de trabalho existentes, actualizar o salário mínimo nacional e pensões de reforma, combater o desemprego e os despedimentos».

Divulgado na última sexta-feira, o comunicado da CGTP-IN afirma que «é necessário conhecer a composição do Governo de gestão e o seu programa para definir a sua previsível actuação», mas adianta que «os trabalhadores estão fundamentalmente interessados em que o período de actuação deste Governo decorra em termos de acalmia social.»

A CGTP-IN, manifestando «desde já a sua disposição de contribuir para esse objectivo», salienta ainda a necessidade de «parar, de imediato, a ofensiva contra a Reforma Agrária», anular **o pacote Mota Pinto/CIP, publicar as contratações colectivas já negociadas, garantir o exercício dos direitos dos trabalhadores e liberdades sindicais das suas organizações e findar a propaganda antidemocrática dos órgãos de comunicação estatizados, abolindo os métodos censórios do ex-ministro Proença e dos seus homens «operacionais».**

Os mineiros vencem na Panasqueira

Os patrões da multinacional Beralt foram obrigados a desistir da ameaça. Os cerca de trinta trabalhadores em risco de serem despedidos manterão os seus postos de trabalho. A semana de cinco dias continuará em vigor na empresa.

Num acordo conseguido no Ministério do Trabalho, em Lisboa, na última sexta-feira, após uma luta prolongada com forte participação das mulheres, que incluiu a ocupação do fundo da mina durante cerca de 48 horas, os trabalhadores da Panasqueira fizeram valer os seus direitos com a solidariedade e o apoio de outros trabalhadores, do Movimento Sindical Unitário e de organizações unitárias nacionais e estrangeiras.

Fruto da unidade e da determinação postas na luta, o acordo, cuja ratificação pelos trabalhadores ficou dependente de um plenário, satisfaz as principais reivindicações dos mineiros. A administração da empresa foi obrigada a recuar perante a justiça da luta e a firmeza dos trabalhadores.

Firme adesão, unidade e esclarecimento sobre os objectivos da luta levaram de vencida a intransigência patronal nas minas da Panasqueira.

Por um acordo na Carris

A Carris voltou a paralisar durante três horas na manhã da última sexta-feira. O conflito, da inteira responsabilidade do Governo extinto, continua a circunscrever-se aos aumentos salariais (22%), ao montante das diuturnidades, à retroactividade dos novos salários e ao subsídio de refeição.

Iniciadas em 29 de Maio findo, as negociações para a revisão do acordo colectivo de trabalho (ACT) interessam a 7600 trabalhadores.

Prossegue, entretanto, a luta noutros sectores.

Os **trabalhadores na imprensa** (não-jornalistas) que paralisaram também na última quinta-feira, durante três horas, em luta pelo CCTV, exigem do Ministério da Comunicação Social a saída de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para o sector. Se entretanto não houver uma resposta concreta quanto à publicação desse documento, os trabalhadores prevêem o endurecimento da luta para os primeiros dias de Agosto.

Na RTP, a greve de zelo entretanto aprovada por dezoito sindicatos, prolongar-se-á até ao fim do mês, se até essa data não avançarem as negociações da contratação colectiva que os trabalhadores consideram injustificadamente proteladas.

Na **Hotelaria do Norte,** com boa adesão, a greve do dia 20 teve por objectivo obrigar o Ministério do Trabalho do extinto Governo MP/PPD/CDS a publicar a PRT para aquela zona, deixando de fazer, neste caso, o jogo do patronato.

Efectuada entre as 6 e as 24 horas, a greve abrangeu os trabalhadores dos distritos do Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro e Viseu, com uma adesão muito superior à de paralisações anteriores.

Pessoal da «Jacinto» manifesta-se hoje junto do Governo Civil

Os trabalhadores da «Jacinto» decidiram manifestar-se hoje, pelas 18 horas, junto do Governo Civil do Porto, na Praça da Batalha, em defesa das suas reivindicações e para protestarem contra a ocupação policial das instalações das suas três unidades fabris por forças da PSP e GNR, requisitadas pelo MIT ao MAI do defunto Governo Mota Pinto. Esta decisão foi adoptada num plenário efectuado em Santa Cruz do Bispo, durante o qual foi lançado um apelo aos trabalhadores de outras empresas para que adiram à concentração.

Uma semana decorrida sobre a ocupação policial, dirigentes e delegados sindicais conseguiram entrar, pela primeira vez, nas instalações de Santa Cruz do Bispo, onde a GNR e «jagunços» do patrão têm violado a Lei da Greve, espancado trabalhadores, populares e sindicalistas, impedindo a entrada na empresa. Numa manobra considerada intimidatória pelos trabalhadores, estiveram presentes no plenário de segunda-feira passada cães-polícias e uma força da GNR.

Além da marcação da concentração de hoje, a reunião aprovou uma proposta onde o pessoal da empresa escandalosamente devolvida ao sabotador Jorge Marinho reafirmou a sua disposição de só terminar a greve quando forem retirados da fábrica as forças militarizadas, homens de mão e os «jagunços» do patrão e levantadas as suspensões aos 38 trabalhadores suspensos, que são fundamentais para o funcionamento da unidade fabril.

Entretanto, durante uma audiência com uma delegação do MIT que uma vez mais se comportou como intransigente e atenta defensora dos interesses de Jorge Marinho, os representantes dos trabalhadores da «Jacinto» afirmaram não reconhecer ao MIT competência para intervir, como o fez, num conflito laboral de uma empresa privada, como é o caso da «Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto» pelo que responsabilizam o MIT das consequências da acção que desenvolveram ao requisitar a intervenção das forças da ordem.

Os representantes dos trabalhadores reafirmaram: «A resolução deste problema laboral passa pelo diálogo e negociação directa entre a entidade patronal e os representantes dos trabalhadores e não pelo recurso a qualquer violência», manifestando a sua total disponibilidade para negociações imediatas com a entidade patronal.

Açores: pescadores paralisam contra postura PPD

Com o apoio da população e a adesão maciça dos trabalhadores, numa jornada de grande unidade, os pescadores artesanais da Horta paralisaram totalmente a sua actividade no passado dia 20. Decretada pelo Sindicato, essa forma de luta, que se segue a paralisações parciais desde 7 do corrente, destina-se a obter a revogação de uma postura da Câmara PPD que proíbe aos pescadores a venda directa do pescado ao consumidor.

Medida escandalosa de protecção aos intermediários especuladores, essa proibição pretende anular um processo de venda tradicional na região e encarecer o peixe, para encher os bolsos de meia dúzia de parasitas em prejuízo dos pescadores e do público consumidor.

As paralisações têm sido acompanhadas de um abaixo-assinado que já recolheu mais de 1500 assinaturas. Entretanto, eram enviados telegramas expondo a situação e protestando contra aquela postura arbitrária da Câmara PPD, ao Presidente da República, Conselho da Revolução, ministro da República e autoridades regionais dos Açores.

Pescadores de Matosinhos lutam pelo trabalho todo o ano

Encontram-se em greve, desde o passado dia 1 de Abril, 1300 pescadores da sardinha de Matosinhos, tripulantes de 48 traineiras, que lutam contra a discriminação social a que ainda são sujeitos, por salários justos e pela garantia do direito ao trabalho durante todo o ano, a consagrar no clausulado do seu primeiro Contrato Colectivo de Trabalho.

Neste como noutros sectores, o patronato conta com a cumplicidade do Ministério do Trabalho, que pretende manter a situação discriminatória de que têm sido vítimas os pescadores. O MT emitiu uma Portaria onde eleva de 40 para 41% a quota-parte do pescado a ser entregue aos pescadores, ignorando as principais reivindicações dos homens do mar.

Reiterado a sua disposição de alcançarem um estatuto semelhante aos dos restantes trabalhadores, os pescadores da pesca da sardinha de Matosinhos exigem um salário base mensal de quatro contos, mais uma percentagem adequada sobre o produto da faina e a proibição dos despedimentos sem justa causa, ou seja trabalho assegurado todo o ano.

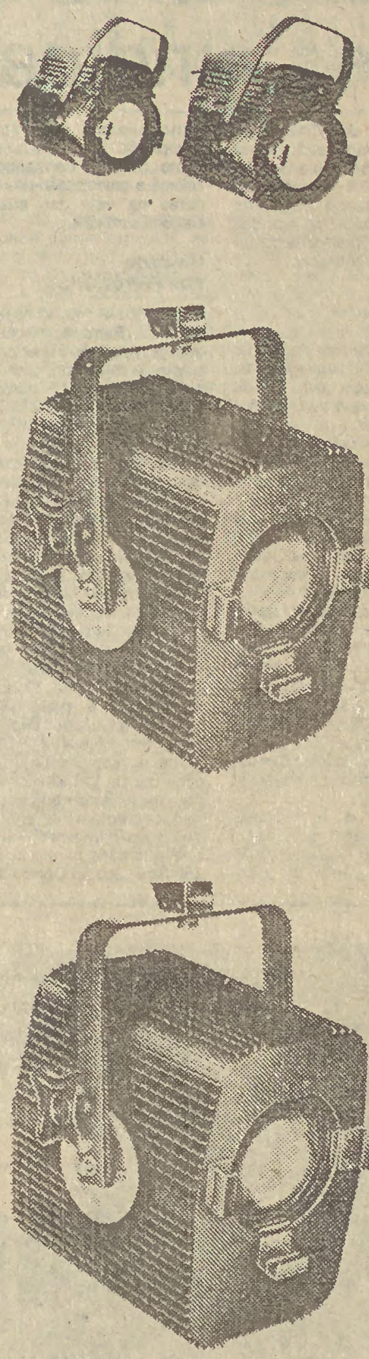
O patronato tem recusado estas propostas legítimas e desenvolve esforços para continuar a beneficiar de condições que já antes do 25 de Abril eram um escândalo. Entretanto, há uma traineira, «Gina José», que anda ao mar, uma vez que o respectivo proprietário aceitou as reivindicações dos pescadores, comprometendo-se por escrito a respeitá-las.

Perante a gravidade da situação, o camarada Joaquim Felgueiras abordou o problema na Assembleia da República, onde salientou a importância da luta dos pescadores de Matosinhos e denunciou a cumplicidade com o patronato do MT e do MAP.

A propósito das reivindicações dos pescadores declarou:

«Ao exigirem trabalho durante onze meses por ano acabam com o falso problema do "defeso" e dos dois meses e meio de paralisação dos barcos em prejuízo da economia nacional; resolvem o grave problema do desemprego geral e cíclico que atinge a classe piscatória; permitem uma melhor programação das paralisações das traineiras para reparação e férias; fazem aumentar o volume de peixe capturado em benefício do abastecimento dos mercados e das fábricas de conserva.»

Com a firmeza e combatividade revelada noutras importantes e duras batalhas, os pescadores de Matosinhos acabarão por pôr termo a relações e regulamentos de trabalho obsoletos, e alcançarão uma situação onde os preceitos constitucionais serão respeitados e asseguradas melhores condições de vida.



OS ARTISTAS DA FES

• Mercedes Sosa

(...) «Com uma grande economia de meios, Mercedes Sosa canta o sofrimento dos seus compatriotas da Argentina e de outros povos da América Latina. Ela reclama a fraternidade, a liberdade. Mas ela evoca também a **pampa**, a montanha, a luz.» (...)
VARIÉTÉS (Paris)

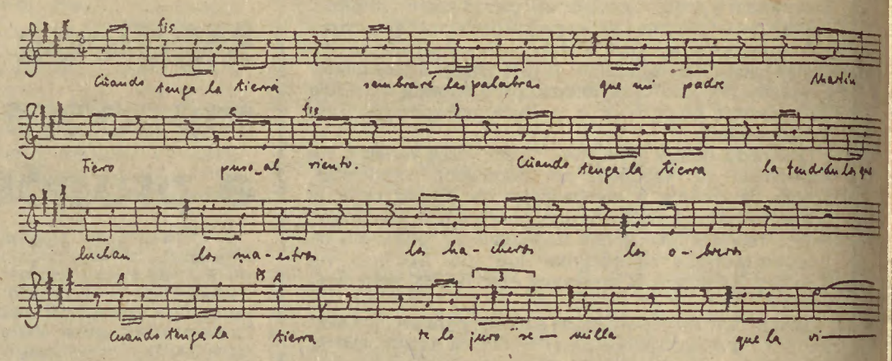
(...) «É uma mulher que sofre quando um operário é humilhado, quando um estudante é encarcerado, quando uma criança caminha pelas ruas, passando frio e fome. A sua arma de combate é a canção e através dela faz um apelo aos latino-americanos para que lutem pelo que lhes pertence.» (...)
MERIDIANO (Caracas)

(...) «O que a torna tão fascinante é a qualidade e a variedade da própria música. A música argentina encerra uma imensa variedade. Por exemplo, há nada menos do que 127 ritmos diferentes e os mais enérgicos são provenientes do Norte da Argentina onde os gaúchos absorveram a música espanhola, inca, boliviana e peruana e transformaram-na em qualquer coisa de único.» (...)
DAILY NEWS (Nova Iorque)

(...) «Se quisermos presenciar um acto de força, de sentimento e reivindicação, deveremos logicamente acorrer ao local em que Mercedes Sosa, «La tucumana», medita em voz alta com o seu poncho negro de desenhos vermelhos.» (...)
LA NACIÓN (Costa Rica)

(...) «A cantora argentina Mercedes Sosa é a voz de todo um continente. Ela denuncia as injustiças, os atentados à dignidade do homem; ela traz a esperança. Por isso, ela é venerada no Chile como no Perú, na Venezuela como no México.» (...)
L'HUMANITÉ DIMANCHE (Paris)

(...) «A canção do povo — queixa, divertimento, lição, luta, recordação — não é coisa que se lance pela boca fora. Passa pela garganta, vibra em um instrumento. Quem aspire a possui-la, a dá-la, a repeti-la, não poderá fazê-lo a partir de uma qualquer torre de marfim, mas unicamente se está mergulhado no povo: vendo através da sua pupila as mesmas árvores e as mesmas flores, as luas e os sóis que o povo vê; suando os suores, bebendo as suas aspirações. Quer dizer, não «cantando o povo», mas sendo povo. E tal é o caso de Mercedes Sosa.
SIEMPRE (México)



Mercedes Sosa nasceu em 1935 em Tucuman (Argentina), no dia e no próprio local onde, em 1816, fora proclamada a independência do seu país. Dir-se-ia que ela estava, de certo modo, predestinada a cantar a liberdade. E, também, a defender os oprimidos já que passou toda a sua infância na maior pobreza.

Aos 18 anos, os seus amigos convenceram-na a participar num concurso de canto organizado por uma estação de rádio. Nesse concurso, Mercedes apresentou uma canção extraída do folclore, folclore até então considerado como um agradável meio de alegrar o fim de um repasto bem regado.

Mas bem cedo Mercedes Sosa realiza o que vai definitivamente marcar a orientação da sua carreira, a saber: que o canto folclórico é, mais do que um divertimento, uma forma musical fundamental e extremamente séria. Ele pode, assim, ser utilizado com um propósito intelectual e, porque toca o povo, com um propósito social.

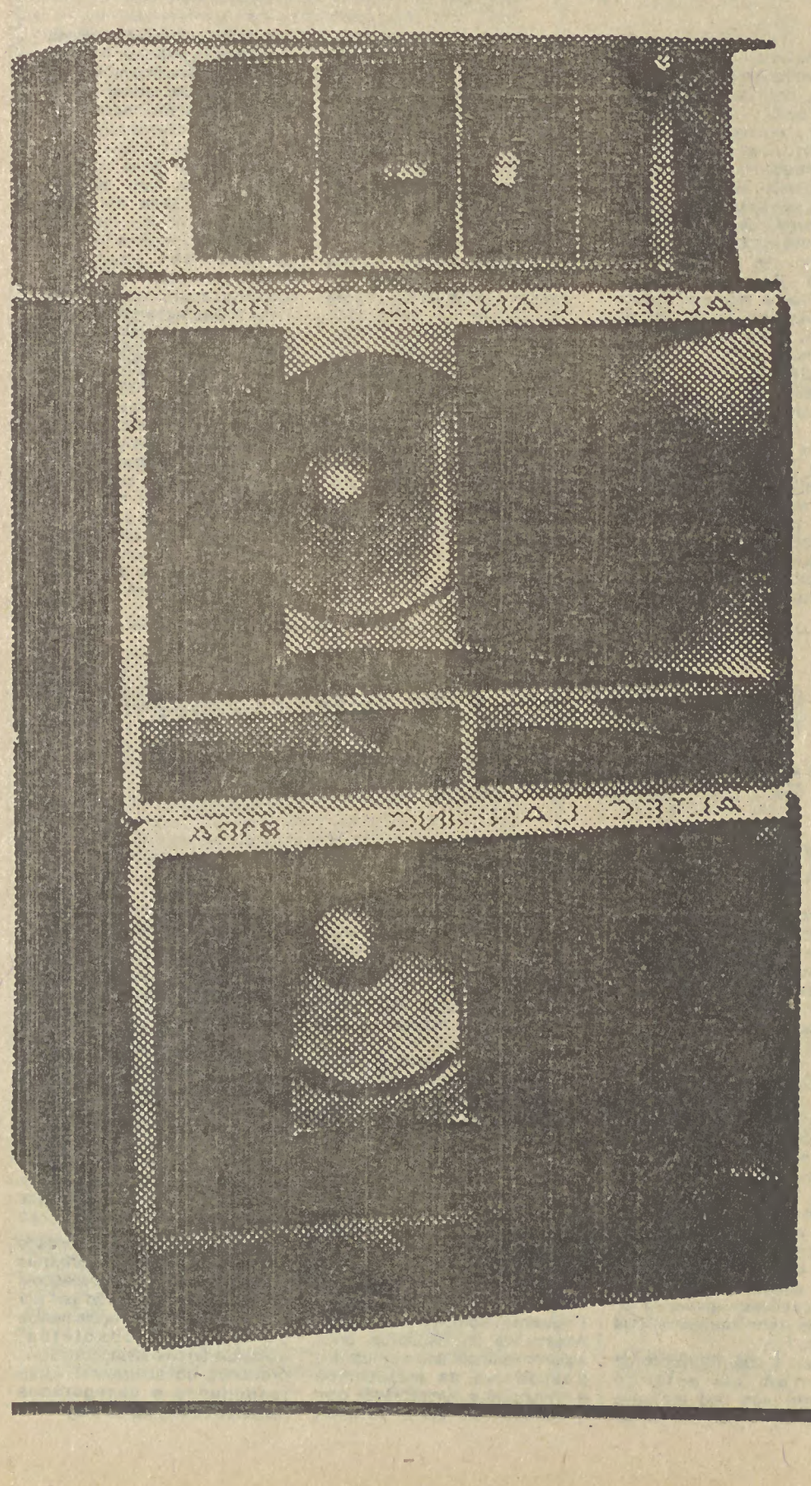
Durante longos anos, Mercedes vai lutar sem fazer uma concessão para impor esse folclore ao qual se consagrara totalmente. Vem para Buenos Aires. Aí encontra grandes dificuldades, mas persiste. Grava, sem sucesso, um primeiro 45 rotações, mas outros artistas e cantores de música folclórica consideram-na e ajudam-na.

Em 1962, funda com outros artistas e intelectuais o movimento «Nuevas Canciones» que tem por finalidade promover a canção de raíz folclórica e elevar o nível artístico da canção argentina.

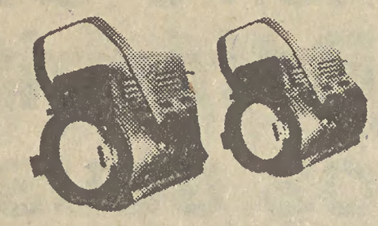
Em 1965, alcança um triunfo no grande Festival de Música Folclórica de Coscuin (Argentina). Mas Buenos Aires continua a ignorá-la. Parte então, em *tournée* pelo Uruguai onde alcança também um enorme êxito.

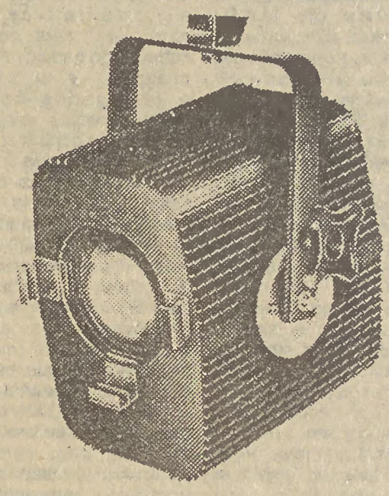
1966 marca, enfim o começo do triunfo. A Argentina reconhece o seu talento. Actua, então, na Alemanha, na Bélgica, na Holanda, na Suíça e em todos os países da América do Sul. Em 1967 são os EUA, a Itália, a URSS e a Polónia.

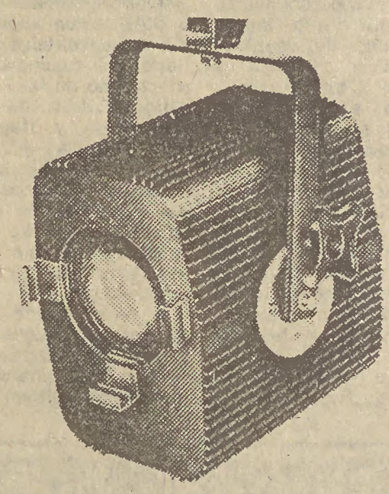
Hoje, Mercedes é considerada a maior cantora argentina. Mas, mais do que uma voz excepcional, ela é a voz de todo um continente. Mercedes Sosa é um fenómeno social, porque os povos da Argentina, do Chile, da Bolívia, da Venezuela, do Peru, do México a veneram, lhe devotam um profundo amor porque denuncia injustiças e os atentados à dignidade do homem, porque lhes traz a esperança.

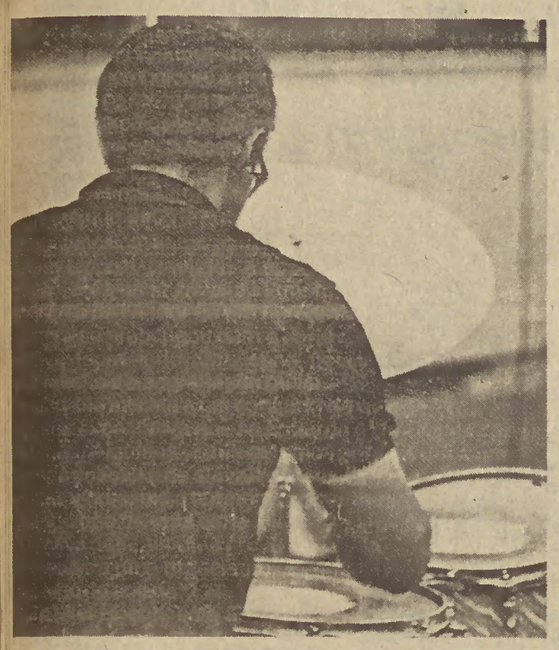


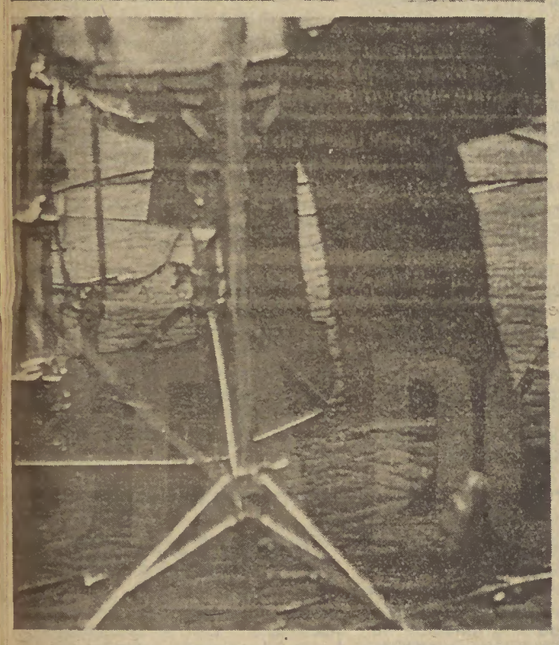
FESTA DO «AVANTE!»

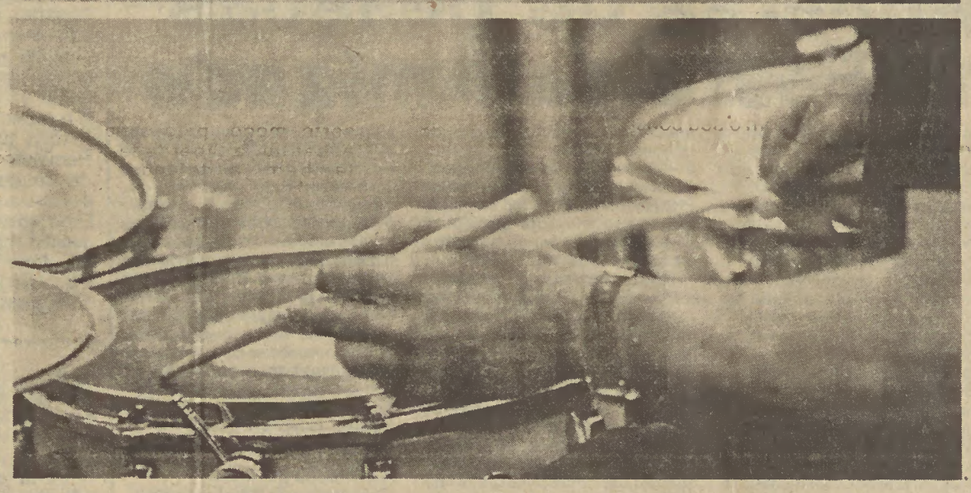












• Max Roach

O baterista negro norte-americano Max Roach nasceu em Nova Iorque em 1925 e tornou-se famoso no mundo do "jazz" quando, a partir dos anos 40, foi, com Charlie Parker, Dizzy Gillespie, Charlie Mingus, Bud Powell e Thelonius Monk, entre outros, um dos mais importantes vultos de um movimento revolucionário que ficou conhecido na história do "jazz" por "be-bop".

De facto, foi em 1942 que, pela primeira vez, Max Roach ouviu um outro baterista decisivo na época (Kenny Clarke, que muito o influenciou) e que tocou com Charlie Parker.

Um dos maiores nomes de uma época importante do "jazz", Roach gravou centenas de discos e participou em milhares de concertos em todo o Mundo, tendo vindo pela primeira vez à Europa em 1949 para um concerto com Parker em Paris.

Depois de inúmeros concertos no velho continente ao longo destas três décadas, é esta a primeira vez que se desloca a Portugal.

Além de instrumentista, Max Roach é também compositor e arranjador, tendo começado a compor em 1959 a sua própria música, então para uma cantora que foi sua mulher, Abbey Lincoln. Data desta época a famosa "Freedom Now Suite", obra que revela nitidamente o empenhamento político e de lutador de um homem, de um artista, que sempre se preocupou com a sorte e a luta do seu povo, o povo negro norte-americano, pela liberdade, contra a opressão e a segregação racial.

Quando se assiste a um concerto de "jazz", é sempre com alguma expectativa que se aguarda o "tradicional" solo de bateria... Algumas vezes estamos perante um momento de grande criação e de elevada intensidade emocional. Mas, muitas vezes, ele é também um momento de frustração, quando não de uma certa alienação em que a excitação colectiva naturalmente provocada pela percussão se sobrepõe a uma apreciação, também ela criadora, do trabalho do solista.

Com Max Roach, este último risco é inexistente. Senhor de uma grande sabedoria musical e de um soberbo sentido de construção emocional e estética, este extraordinário músico é dos raros bateristas que consegue extrair do seu instrumento solos verdadeiramente únicos pela inventiva rítmica e pela descoberta "melódica" com que sempre nos surpreende.

Com acerto ele afirmou um dia o seu ideal: "Fazer com o ritmo o que Bach fez com a melodia".

Em 1978, ao anunciar a vinda de Max Roach, o "Avante!" recolheu depoimentos de dois homens profundamente ligados ao "jazz" em Portugal: Luis Vilas-Boas e Raúl Calado.

Em primeiro lugar, devo dizer que "estou cheio de raiva", porque é a segunda vez que a Festa do Avante!" traz a Portugal músicos que eu estava a pensar trazer para o Festival de Cascais: há dois anos foi **Archie Shepp** e agora é **Max Roach.**

Fico bastante satisfeito porque se trata, em qualquer destes casos, de músicos que eu teria muito prazer em trazer ao meu festival. Considero, portanto, que têm possibilidade de mostrar aos amadores de "jazz" músicos de primeiro plano e que, ainda por cima, nunca tinham estado em Portugal.

Acontece que Max Roach é um dos mais importantes bateristas do "jazz" e fez parte nos anos quarenta do movimento revolucionário chamado "be-bop".

Max Roach, ao lado de Charlie Parker, de Dizzy Gillespie, de Thelonius Monk, de Kenny Clark, foi um dos grandes revolucionários da parte rítmica que se praticava no "jazz" e, portanto, de toda a estrutura do "jazz".

Além do mais, tanto Archie Shepp como Max Roach, mas principalmente este último, são pessoas politicamente esclarecidas que, de facto, têm lutado imenso pela causa dos negros na América — haja em vista a célebre "Freedom Now Suite", que Max Roach escreveu para a sua ex-mulher, a cantora Abbey Lincoln, que eu tive oportunidade de ouvir há alguns anos no Festival de Newport, nos Estados Unidos.

Para concluir, acho fundamental que as pessoas que gostam de "jazz" e que estão ligadas ao "jazz" vão assistir aos concertos de Max Roach que se vão realizar na Festa do "Avante!", tanto mais que o acompanham nesta sua deslocação ao nosso país músicos de excelente craveira, como o trompetista Cecil Bridgewater.

Espero que esta tradição de qualidade na vinda de músicos de "jazz", iniciada com Archie Shepp e agora continuada com Max Roach, se mantenha nas próximas Festas do "Avante!".

Luís Vilas Boas

Tocar tambores...

Bater o ritmo, talvez a mais primitiva e natural forma de fazer música. Bater os ritmos de trabalho, dos passos, da natureza. Foi provavelmente assim que, nas cavernas, o Homem começou a imaginar a música.

Tocar tambores...

Vários, de tamanhos diferentes, para terem sons diferentes. Vários, para constituir uma bateria. Basicamente são quatro: o mais agudo, a caixa; dois intermédios, os timbalões; um muito grande, o bombo. E ainda, pelo menos, três címbalos (ou pratos): dois grandes e um duplo, com um curioso movimento vertical, em que os pratos se chocam um no outro.

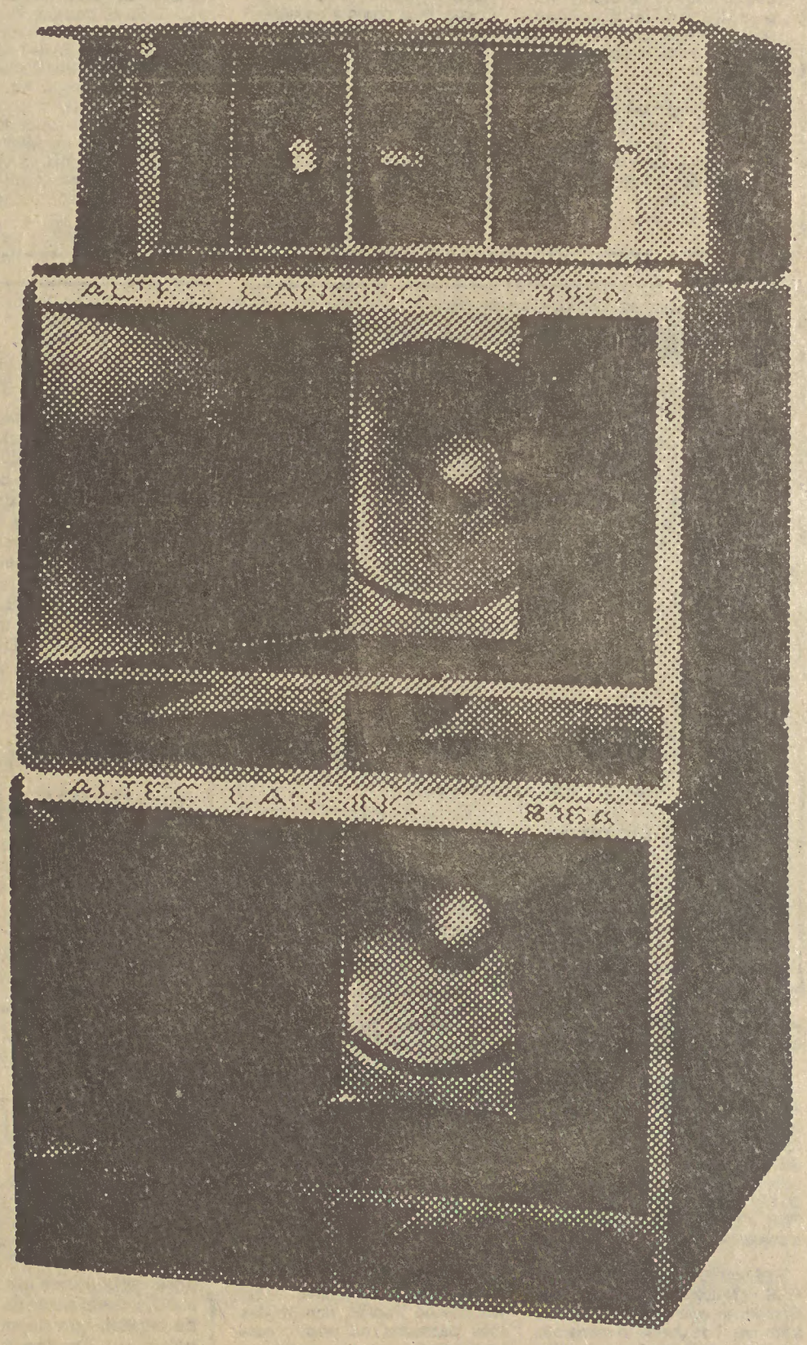
É isso que se chama uma bateria de tambores. Para um músico não canhoto, o pé direito acciona o pedal do bombo, o pé esquerdo trabalha com o prato duplo, de choque. As duas mãos tocam nos tambores propriamente ditos: a esquerda mais sobre a caixa e a direita variando sobre os outros.

Desde há cerca de 80 anos os negros americanos vêm tocando tambores, à semelhança dos seus irmãos africanos. São os "talking drums", "os tambores que falam". Eles serviram, na velha África, como um telégrafo para transmitir mensagens. Continuam no nosso século essa missão; continuam a falar a quem os quiser entender.

Vamos ter entre nós Max Roach. Para quem o não souber perceber, é apenas um preto que toca tambor. Mas para os que estiverem atentos, ele é várias outras coisas. A primeira é um dos grandes músicos do nosso tempo; a segunda é um poeta dos tambores; a terceira é um espantoso "virtuose", assim como se tivesse 8 braços e 7 pernas (reparem que faz rufos com o pedal do bombo!); a quarta é um dos mais dignos, corajosos e consequentes entre os seus irmãos de cor nos EUA.

Tudo isto, e mais algumas coisas, se poderão aprender quando escutarmos Max Roach — ele que canta melodias com os seus tambores e luta a tocar, a cantar e a falar pelos direitos da comunidade negra, na América e em África.

Raúl Calado



António Gervásio em Pias: a Reforma Agrária será defendida e os seus inimigos derrotados

No passado dia 22 e na sequência da acção punitiva, às ordens do MAP, desencadeada dias antes (a 17) contra a população de Pias e que provocou 60 feridos, a Organização local de Pias do PCP promoveu um Comício que contou com a participação de mais de um milhar de pessoas e onde usou da palavra o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, tendo, na sua intervenção, abordado questões específicas da Reforma Agrária e alguns aspectos da actual situação política nacional.

O camarada Gervásio começou por recordar que a RA é a conquista da Revolução de Abril que mais ódios e agressividade tem inspirado aos inimigos do regime democrático; com a RA começou a surgir uma vida nova nos campos, a emergir um homem novo num quadro onde o patronato, antigo arregimentador de «ranchos» de explorados, cedeu lugar às UCP's e Cooperativas Agrícolas, esses grandes colectivos a trabalhar para o bem do povo e do país. Por isso os inimigos da RA, em desespero e assustados, desencadeiam a sua ofensiva repressiva e económica.

O ataque contra a RA é dirigido a partir do próprio governo, é apoiado nas armas e constitui uma operação criminosa que desafia descaradamente o regime democrático e a Constituição. Já foram usurpados 190 000ha de terra aos trabalhadores destruindo 34 UCP's e Cooperativas, foram roubadas mais de 40000 cabeças de gado e milhares de máquinas e alfaias, e sonegados às UCP's e Cooperativas centenas de milhares de contos em cortiça, frutos pendentes e investimentos em obras e benfeitorias, sendo tudo entregue pelo MAP aos agrários. Foram já espancadas 900 pessoas – homens e mulheres, jovens e velhos. Há trabalhadores com liberdade vigiada, como por exemplo em Arronches e Vila Boim, onde há trabalhadores que se têm de apresentar quinzenalmente no posto local da GNR, como nos tempos do fascismo – para além de uma perseguição sistemática às viaturas da RA, com todo um estendal de multas e julgamentos sumários...

Mais adiante o camarada Gervásio sublinharia que, hoje, o MAP actua impunemente e à margem da lei: a própria lei Barreto não é cumprida, sendo a actuação do MAP pautada pelo arbítrio, os espancamentos, a ilegalidade descarada, já tendo reconstituído alguns latifúndios na base de um esquema ilegal de atribuição de reservas (duas e três ao mesmo reservatário, sem qualquer respeito por limites de pontuação).

A ofensiva do MAP já afectou a produção agrícola e irá afectá-la ainda mais caso não se lhe ponha cobro. Os agrário não cultivam as terras – limitam-SE A VENDER OS GADOS QUE O MAP tira aos trabalhadores; muitas UCPs encontram-se já sem recursos, enquanto o roubo violento de terras e outros bens cria um clima de insegurança e incerteza, prejudicial à produção; as próximas sementeiras de Outono ficarão seriamente comprometidas caso não se suspenda rapidamente a ofensiva contra a RA.

A Reforma Agrária vencerá!

Entre as questões que neste momento os trabalhadores reclamam mais veementemente dos órgãos de soberania, o camarada Gervásio destacou: a exigência de cessação imediata de todas as operações ilegais e arbitrárias contra a RA, a retirada da GNR do processo repressivo e o restabelecimento de um diálogo frutuoso; a revisão imediata de todos os caso ilegais e arbitrários dos governos Nobre da Costa e Mota Pinto e restituição às UCP's e Cooperativas dos bens roubados; livre comercialização da cortiça; concessão de crédito e apoio necessários para seassegurar com êxito os trabalhos e as sementeiras de Outono.

«Aqueles que mandam a GNR com blindados, cães-polícias, cavalos, metralhadoras e bastões para espancar os trabalhadores e tirar-lhes as terras, esses não vencerão porque lutam contra a História, contra os interesses do povo e da nossa pátria e esbarram, diariamente, com uma sempre crescente resistência», afirmaria a dado passo o camarada Gervásio, pois «aqueles que lutam, que desbravam as terras, que produzem o pão, que trabalham para aumentar a produção nacional, esses é que acabarão por vencer»; as terras roubadas voltarão às mãos daqueles que as trabalham, os latifúndios serão banidos para sempre dos campos do nosso país. A verdadeira Reforma Agrária será um dia uma realidade no Portugal de Abril.

Governo MP: a equipa mais arrogante e agressiva

Abordando a situação política nacional, o camarada Gervásio consideraria que o governo de Mota Pinto foi a equipa mais arrogante e agressiva que formou governo no Portugal de Abril, com ministérios fascizantes, como o MAP e a Comunicação Social. Pelas suas características ditatoriais, foi o Governo que encontrou maior resistência das massas populares, resistência bem patenteada nas grandiosas jornadas de 24 de Janeiro, de 17 de Março, de 25 de Abril e do 1.º de Maio deste ano, onde milhões de portugueses gritaram «A luta continua, Mota Pinto para a rua!».

A queda do governo MP dá força à tese do PCP de que os governos de direita, com uma política de direita voltada para a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, não são capazes de dar resposta aos grandes problemas nacionais, antes os agravam, bem como à situação social. Esses governos e essa política não servem e não se ajustam à nova realidade criada com a Revolução do 25 de Abril – a saída para arrancar o país da crise, avançar na recuperação económica e consolidar o regime democrático, exige um governo democratico com uma política-democrática, que respeite a Constituição.

O camarada Gervásio, numa breve análise aos «comportamentos» da direita face à crise, consideraria que esta tem pretendido apresentar-se à opinião pública como não tendo nada a ver com a crise nem com os governos e a política de direita, procurando fazer crer que a crise é obra do «gonçalvismo», dos comunistas e socialistas, do 25 de Abril, procurando, por outro lado, fazer crer que tem «uma saída», sendo apenas preciso que... a deixem «governar»... «É necessário desmascarar esta manobra da direita – acentuaria o camarada Gervásio – e dizer com clareza ao povo que a crise e estes governos de direita, mais a sua política de ataque à RA e às outras conquistas da Revolução, são obra do PPD e CDS e resultantes exclusivamente da política destes partidos».

Referindo as próximas eleições intercalares, este dirigente do PCP considerá-las-ia uma importante batalha política onde o PCP coloca três grandes tarefas a atingir – **manter a direita em minoria, reforçar a maioria democrática e fazer subir a votação e o número de deputados do PCP** – importando trabalhar para ganhar e fazer deslocar para as posições do PCP uma grande massa do eleitorado de esquerda, eleitorado que não quer que se ataque a RA, as nacionalizações, a Democracia.

Chamando a atenção para os perigos do «otelismo» como factor de divisão no seio dos trabalhadores e dos democratas, António Gervásio criticaria ainda o lema referido há pouco tempo por Mário Soares «vencer a direita – vencer o PCP», recordando que será um desastre para o PS fazer uma campanha com o lema de «vencer» o PCP, indo isso apenas servir a direita e tornar-se desastroso para os socialistas – a recente experiência de Évora deve servir de lição.

Finalmente o camarada Gervásio falaria do papel do PCP como força política mais combativa e influente na vida política nacional e do movimento operário e popular de massas, recordando que não é possível, hoje, arrancar o país da crise sem o apoio e a participação dos comunistas.

Festa das Colheitas em Aviz

É em Aviz, no Largo da Creche, nos próximos dias 27, 28 e 29 de Julho. Em homenagem da Comissão Concelhia de Aviz do PCP aos heróicos trabalhadores agrícolas do Alentejo, realiza-se a 1.ª Festa das Colheitas, com o seguinte programa:

Sexta-feira: após a abertura da festa, às 19 horas, haverá, às 21, uma breve intervenção política sobre o significado da mesma. Segue-se, meia hora depois, uma Grande Noite do Fado, com a actuação de Fernando Farinha e artistas do distrito.

Sábado: às 10 horas, começa a Gincana de motorizadas, com prémios para os melhores; 18 horas, actuação de ranchos folclóricos e, às 21 e 30, começa o baile com o conjunto «Scorpius».

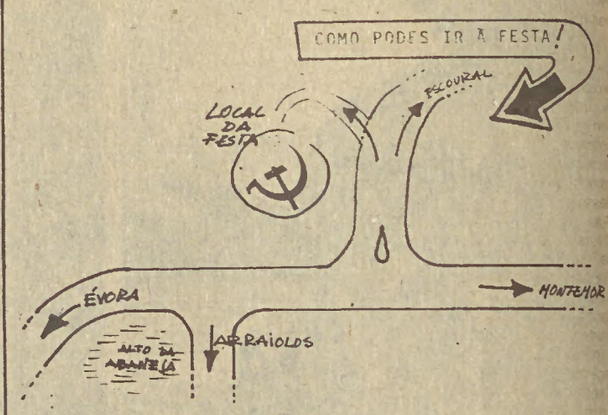
Domingo: a partir das 10 horas, atletismo para diversos escalões e jogo de futebol. Às 16 horas, Canto e Poesia, com Ary dos Santos, Carlos Paulo e outros camaradas e amigos.

Comício, às 19 horas, em que participam os camaradas António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!» e Moisés Calado, membro do Comité Central.

Noite dentro a festa continua com baile popular.

No decorrer da festa, uma equipa de artistas plásticos pintará no concelho diversos murais. Far-se-ão também visitas guiadas a várias UCPs do concelho.

Festa de Campo no próximo sábado na Barragem da Defesa



Uma grande Festa de Campo! O nome já indica muito do que vai acontecer no próximo fim-de-semana, entre Évora e Montemor-o-Novo, na Barragem da Defesa, «Cooperativa das Cortiças», S. Sebastião da Giesteira.

Organizada pela Comissão Distrital de Évora do PCP, a Festa começa às 16 horas do próximo sábado. Às 17 horas actuam grupos corais. Às 18 horas vai haver uma vacada. E o espectáculo desse dia tem início às 20 e 30, com Fernando Tordo e «Os Galés», de Setúbal. À noite há baile popular, com o «Conjunto Electrónico». Quadras ao desafio com Cantadores do Alandroal e Fado com Luís Estradas completam o programa desse dia.

O domingo começa com manhã infantil integrada nas comemorações do AIC. E também há jogos populares, com torneio de malha, tiro ao alvo, jogo do galo e um concurso de pesca. De tade o almoço está marcado para as 13 horas. Às 16 actuam o Rancho Infantil de Montemor-o-Novo e Grupos Corais.

Antes do encerramento da Festa, previsto para as 20 horas, participará num comício, às 18 horas, o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Partido.

No recinto da Festa há restaurantes, comes e bebes, um parque de estacionamento, um parque de campismo. E nem o posto médico foi esquecido.

Actividades do Partido

• **Jaime Serra em Rossim** — Organizado pela Comissão Concelhia de Seia e Gouveia do PCP, realizou-se, no passado domingo, uma festa no Vale do Rossim, na Serra da Estrela. Centenas de pessoas participaram na festa e escutaram a intervenção política do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central que ali se deslocou. Para além de várias actividades que tiveram lugar de manhã — atletismo actuação de palhaços e distribuição de lembranças às crianças —, actuaram, da parte da tarde, o grupo «Unidade» e a São. Durante a festa houve exposições, bares e uma banca de livros.

• **Divulgar o Congresso** — No Centro de Trabalho «Alberto Araújo» da freguesia de Almada, a organização do Partido levou a efeito, no passado domingo, uma reunião alargada com os delegados ao IX Congresso do PCP, com o objectivo de divulgar as principais conclusões do Congresso, focando os temas: Informação e Propaganda, Fundos, Organizações Populares, Reformados, Organização do Partido, Pioneiros e Mulheres. Os camaradas delegados ao Congresso fizeram uma exposição detalhada dos temas que se propuseram focar, evidenciando a importância deste Congresso na vida do Partido. Seguiu-se um debate com todos os participantes, debate que demonstrou o interesse dos militantes na participação activa na vida partidária.

• **Quadros da DORLEI** — Com a participação de mais de 170 quadros do distrito de Leiria e a presença do camarada Jaime Félix, suplente do Secretariado do Comité Central, realizou-se em 22 de Julho, na Marinha Grande, uma reunião de quadros para apreciar o trabalho pré-eleitoral relativo às eleições para as autarquias e intercalares. Do balanço feito pelas organizações presentes constatou-se a existência de boas perspectivas quanto ao aumento substancial de listas a apresentar às assembleias de freguesia, bem como à possibilidade de reforço de votos e posições no distrito. O camarada Jaime Félix analisou a situação política actual e as perspectivas globais do PCP face aos futuros actos eleitorais. No decurso da reunião foi ainda aprovada, por unanimidade, a realização imediata de uma campanha de fundos de quinhentos contos com o objectivo de custear os encargos que as eleições implicarão.

• **A Campanha em Setúbal** — A Campanha de Fundos para o Centro de Trabalho que a organização concelhia de Setúbal do Partido promove continua a registar os donativos de muitos camaradas e amigos. A última notícia que nos chegou refere o donativo de uma amiga do Partido, emigrada em França, que ofereceu cem francos para a campanha (1020$00). Esta amiga, Maria de Lourdes, tomou conhecimento da campanha pela leitura do «Avante!».

• **Excursão de Pioneiros** — No sentido de proporcionar aos Pioneiros do Bairro do Laranjal, Alcácer do Sal, uma saída a Lisboa com visitas que lhes dessem a conhecer pela primeira vez várias realidades, realizou-se no passado dia 15 do corrente uma excursão promovida pelo núcleo local dos Pioneiros de Portugal. O Forte de Caxias, o Aquário Vasco da Gama, o Jardim Zoológico, o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu da Marinha, o Palácio de Queluz, o Aeroporto e o Guincho foram as visitas efectuadas nesse domingo.

Agenda

Dia 26, Quinta-feira

Loures, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, debate: «O PCP e a entrada de Portugal na CEE».

Dia 27, Sexta-feira

Sobralinho, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Ruben de Carvalho, do CC e chefe de redacção do «Avante!»

Dia 28, Sábado

Loures, às 17 e 30 horas, filme «Festa do 'Avante!' 78». Às 21 e 30, debate sobre «A Lei das Finanças Locais», orientado pelo camarada Leonel Mendonça. • **Trafaria,** comício, às 21.30, com o camarada Severiano Falcão, membro do CC.

Dia 29, Domingo

Barragem da Defesa (S. Sebastião da Giesteira) às 18 horas, comício com o camarada **Octávio Pato,** da Comissão Política do CC • **Avis,** às 19 horas, comício com os camaradas Moisés Calado do CC e **Dias Lourenço,** membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!» • **Lisboa,** no Recinto da Festa do «Avante!» na Ajuda, às 19 horas, uma intervenção do camarada **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do nosso Partido.

Cartões do Partido

Pede-se a todos os camaradas que ainda não possuam o seu cartão, apesar de aceites como membros do Partido há mais de um mês, o favor de se dirigirem pessoalmente ou por escrito à Comissão Central de Organização, Rua Soeiro Pereira Gomes 1699 – Lisboa-Cidex, para exporem o seu caso.

Camaradas alentejanos

Convidam-se todos os camaradas alentejanos organizados em Lisboa, para a reunião marcada para o próximo dia 27 do corrente, às 21,30 horas, no Centro de Trabalho Vitória.

Camaradas de Rio Maior

Realiza-se no próximo dia 16 de Agosto, às 21,30 horas, no Centro de Trabalho de São Bernardo, em Lisboa, uma reunião, promovida pela DORSA, para militantes e simpatizantes, residentes na área da capital, que sejam naturais ou ligados a Rio Maior.

CAMARADAS FALECIDOS

JOÃO FÉLIX PATRÃO — Faleceu no passado dia 11 de Julho, no Hospital de Santa Maria, o camarada João Félix Patrão, de 63 anos de idade, natural e residente na freguesia de Espinheiro, concelho de Alcanena. Fazia parte do Comité Local de Espinheiro do PCP. O funeral realizou-se para a sua terra natal.

FERNANDO DA COSTA TAVARES — Natural de Covas de Santa Comba, aí veio a falecer no passado dia 2 de Junho, o camarada Fernando da Costa Tavares, velho militante antifascista, cuja luta o levou ao exílio, tendo combatido na Guerra Civil de Espanha e sido prisioneiro dos alemães, em França. Viveu muitos anos na Venezuela, onde foi um dos fundadores da Juventude Patriótica Portuguesa. Regressou à sua terra natal depois do 25 de Abril.

MANUEL DA SILVA BARROS — Com 74 anos de idade, faleceu em 22 de Julho passado, o camarada Manuel da Silva Barros, natural de Leiria. Velho militante do Partido, com muitos anos passados na prisão, este camarada encontrava-se integrado na organização de Leiria do PCP.

VIANA DO CASTELO:

Milhares de pessoas na Festa da Amizade

Milhares de pessoas afluiram, no último fim-de-semana, à Mata do Cais Novo – Darque – Viana do Castelo, para participarem na primeira edição da Festa da Amizade, promovida pela Comissão Distrital do Partido, que constituiu um significativo êxito no plano político, económico e de convívio. A meio da tarde de domingo, durante um comício, o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do CC e deputado à AR, expôs a posição do PCP face à actual situação e salientou a grande importância das batalhas que se avizinham,

Vista da cidade, a margem esquerda do Rio Lima apresentava um aspecto diferente e muito belo. Nas águas reflectiam-se as luzes da Festa dando-lhe um aspecto ainda mais grandioso. **Valeu a pena.** Esta era a expressão ouvida na boca de muitos camaradas de Viana, comentando a enormé afluência registada, desde a tarde de sábado até às primeiras horas de segunda-feira, àquele recinto de 11 mil metros quadrados arranjado e decorado por inúmeros camaradas e amigos que, durante uma semana, ali passaram grande parte dos seus tempos livres.

Ao princípio, os camaradas pensavam fazer um piquenique para fortalecer os laços de amizade entre todos os membros da organização local. A breve trecho, uma iniciativa de alcance reduzido – ainda que interessante – começou a tomar formas muito mais amplas. Com espírito criativo e tendo em conta a situação política actual e a implatação do Partido na região, decidiu-se fazer uma jornada aberta e de maior amplitude. O tempo não era muito, daí o facto de tudo ter de ser feito colectiva e entusiasticamente. Resultou. Já havia quem falasse numa segunda edição da Festa da Amizade, no próximo ano, com características e projecção ainda maiores.

Além de passatempos e jogos espalhados pelo recinto, de uma pequena exposição política e de uma mini-feira do livro, havia *stands* de várias organizações: dos Estaleiros Navais, do Comité Local de Viana, das concelhias de Arcos, Ponte da Barca, Valença, Monção, Ponte de Lima, Caminha, da UEC e dos Pioneiros. Recordações regionais, petiscos e outros produtos ali estavam à disposição dos visitantes, onde sobressaíam os jovens. Muitos turistas de visita à cidade, aproveitaram o ensejo para contactarem com esta realização do Partido e com a sua actividade.

Para se avaliar do sucesso, pode dizer-se que muitos produtos levaram sumiço em curto espaço de tempo. Que o digam os camaradas dos Estaleiros Navais que, a meio da noite de sábado, já não tinham para vender nem mexilhões, nem lamarões que, na véspera, haviam ido apanhar à Praia de Afide. De salientar igualmente, o êxito da banca dos Pioneiros e do leilão feito na tarde de domingo, com produtos oferecidos por camaradas e amigos do Partido.

Nesta jornada de convívio participaram inúmeros artistas e grupos como «A Gruta», os ranchos folclóricos da Areosa, de Alvarães e Castelo de Neiva, além do José Manuel Osório, Júlia Babo, Jorge Lomba, conjuntos «Mundo Novo» e «Abril». na noite de sábado, foi sentido o ambiente típico das romarias do Alto Minho, nomeadamente quando o palco se encheu de participantes e de elementos do rancho da Areosa para dançarem o «vira» e durante a actuação do Jaime e do Milhões, que deram um boa amostra dos seus conhecimentos e dotes para interpretarem os tradicionais cantares ao desafio.

Uma festa para todos

Como salientou na intervenção proferida durante o comício o camarada Armando Branco, membro da Comissão Distrital, **toda a organização foi chamada a participar no levantamento da Festa, fazendo dela não uma festa para os comunistas, mas uma festa unitária para todos os democratas e antifascistas, para todos, independentemente da sua filiação ou simpatia partidária, onde nós mostramos como convivemos, como trabalhamos e lutamos por uma sociedade melhor para todos os explorados.**

Desde a mais forte e influente organização do Partido, a Célula dos Estaleiros Navais, até às organizações concelhias onde, por vários razões, o Partido tem ainda certas dificuldades em se movimentar livremente (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca ou Monção), todos os camaradas e amigos compreenderam o grande significado político que esta realização representa.

O trabalho nas autarquias locais foi o tema abordado pela camarada Maria da Luz, membro da Comissão Distrital de Viana e da Comissão Concelhia dos Arcos de Valdevez. Como salientou, no distrito, **já se vislumbra a falência da actuação baseada em falsas promessas, em obras de fachada e do regresso ao passado fascista nas câmaras presididas e integradas por homens ligados a partidos reaccionários e conservadores.**

Os eleitores saberão tirar ilações dessa perniciosa actuação, corrigindo nas próximas eleições o sentido do seu voto, frisou Maria da Luz, citando a propósito alguns elucidativos índices: subida de cem por cento em Valença; obtenção de quatro lugares na AF de Ferreira (onde nunca tínhamos concorrido). **Por vezes, acrescentou, nem sequer é preciso esperar por eleições intercalares para se obter o reconhecimento da acção dos eleitos do Povo Unido, mesmo por parte de membros de autarquias de partidos reaccionários. Nos Arcos de Valdevez, os dois membros da APU da AM já conseguiram a aprovação de 15 propostas, apesar do caciquismo feroz exercido mesmo durante o plenário.**

A situação política abordada por Aboim Inglês

A crise, a instabilidade governamental, as dificuldades, têm uma causa profunda que é a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e a contra-revolução legislativa que vem a ser praticada por sucessivos governos – lembrou o camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, ao discursar no comício. **– Essa política é contrária às novas realidades do Portugal de Abril e é contrária à vontade popular. Por isso agrava a situação do povo, por isso fracassa, por isso não há já malabarismos políticos que resultem; por isso os governos que querem fazer essa política acabam por cair; por isso, para superar a crise, é preciso uma política democrática que consolide Abril e concite o apoio decidido das massas populares.**

Referindo-se, mais adiante, ao novo governo em formação:

A indicação pelo PR da Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de Primeiro-Ministro não é motivo de comentários da parte do PCP; aguardamos a composição do governo e a apresentação do seu programa para nos pronunciarmos no lugar adequado, a Assembleia da República.

Mas entretanto os «comentários» dos partidos da direita, esses sim, devem merecer-nos alguns comentários a nós. É significativo o modo como figuras gradas do PPD e do CDS, pessoas que se dizem cristãs e católicas, se referem e atacam violenta e soezmente uma senhora que é uma dirigente católica conhecida. Se pessoas que se querem apresentar como tão cristãs tratam assim outros cristãos, que valor atribuir às suas crenças verbalmente apregoadas? O que fica claro é que por detrás dessas palavras existe à evidência um sectarismo repugnante de interesses inconfessáveis que nada têm a ver com Cristo e as crenças religiosas.

Festa na Trafaria

A Festa da Unidade, a realizar na Trafaria pela Comissão de Freguesia do Partido, no próximo fim-de-semana, será, à semelhança do ano anterior, integrada nos preparativos da Festa do «Avante!». Desta vez, porém, há mais o objectivo de angariar fundos para um novo Centro de Trabalho.

Do programa consta um grande comício, no sábado à noite, em que usará da palavra o camarada Severiano Falcão, membro do Comité Central.

Nos dois dias haverá piquenique no recinto da Festa, junto ao parque infantil, actividades especialmente dedicadas às crianças, com palhaços, pintura, modelagem, jogos e gincanas. À noite há projecção de filmes.

No sábado e após o comício, às 22 e 30, começa o Canto Livre, em que participam Luísa Basto, João Fernando e o Coro da «Incrível». No dia seguinte, respectivamente às 14 e às 21 e 30 horas, há fado popular, com desgarradas e fado de Abril, com Ana Pinto, Quim Valente, José Castanheira, César Pinto, Sebastião Jesus, Natércia Aguiar e Tonizete. Às 21 horas, música popular com «Canto Claro».

A encerrar a festa, tanto no sábado como no domingo, actua o conjunto «Os Vermelhos», durante o baile.

Festa de Verão no Pragal

A Comissão Local do Pragal do PCP leva a efeito nos dias 3, 4 e 5 de Agosto, a Festa de Verão, em promoção da Festa do «Avante!» com um programa diversificado.

No primeiro dia das festas, um elemento do Secretariado da Comissão Local usará da palavra no acto de abertura, cerca das 21 e 30, a que se seguirá um baile, com o conjunto «Os Vermelhos» e Canto Livre com Júlia Babo e Joaquim Pessoa.

No dia 4, às 16 horas, actividades infantis: pintura, jogos e Canto Livre, seguindo-se, às 21 horas, baile com o conjunto «Os Vermelhos» e Canto Livre com Samuel e Carlos Paulo.

No dia 5, haverá um comício de encerramento com um camarada do CC, às 17 horas; às 21 horas, baile e Canto Livre com Luísa Basto e João Fernando.

Durante os três dias da festa haverá sardinha assada, bacalhau assado e febras. Também funcionará uma quermesse com ofertas valiosas, cujo produto se destina à Festa do «Avante!».

Em Portimão Festa de Agosto

Mais uma vez vai realizar-se, nos dias 9, 10, 11 e 12 de Agosto próximo, a já tradicional Grande Festa de Agosto, que a Organização de Portimão do PCP tem levado a efeito nos últimos anos naquela cidade algarvia.

Tal como as anteriores, realizar-se-á no recinto exterior da Casa dos Pescadores e contará com a presença de Carlos do Carmo, Fernando Tordo, Fernando Farinha e Ary dos Santos e ainda do conjunto Pop/71 que animará os bailes nos dias 9, 10 e 11.

Haverá diversos «stands», cozinha regional, bar, exposições quermesse. No dia 12 a festa encerrará com uma intervenção política de um membro do Comité Central.

Os LPs – Livres Trânsitos – para todos os dias da Festa estão já à venda no Centro de Trabalho de Portimão.

VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa

LIVROS • DISCOS • ARTESANATO • MEDALHAS • SELOS • BUGIGANGAS • JOGOS INFANTIS •

SALDOS PERMANENTES

Nas Mercês e em Corroios

Veiga de Oliveira faz o balanço das tropelias do Governo exonerado e expõe as perspectivas do PCP

Este comício-festa é bem um exemplo do nosso estilo de trabalho — afirmou nas Mercês o camarada Veiga de Oliveira, membro do Comité Central, que dscursou no domingo passado a encerrar a Festa dos Cravos que ali os comunistas da organização de Sintra promoveram durante o fim-de-semana.

Trabalho paciente e persistentemente desenvolvido, visando aumentar, aprofundar e reforçar as ligações do Partido com a classe operária, as restantes camadas laboriosas da população e os democratas em geral — continuou Veiga de Oliveira; **trabalho destinado a garantir que o PCP seja sempre e cada vez mais o representante autêntico dos interesses das massas populares e o destacado e insubstituível combatente na defesa dos anseios do Povo português e na defesa do nosso país como pátria democrática, livre, independente e confiante nos seus destinos.**

A Festa dos Cravos, cujo objectivo foi divulgar a realização próxima da Festa do «Avante!» e promover a venda de EP's, contribuiu para reforçar os laços de solidariedade e de unidade que, também ali, nas Mercês, ligam os comunistas ao povo. Centenas de pessoas visitaram o recinto da Feira onde se realizou a festa e os diversos pavilhões dos organismos de freguesia, onde eram vendidos materiais políticos, artesanato, livros e discos. Diversões organizados pela UJC e pela UEC, actividades para crianças, desde a modelagem ao desporto, animaram os dois dias de festa. E houve Canto Livre na tarde de domingo, com Carlos Paulo, Filipe Gomes dos Santos e Teresa Paula Brito.

No comício em que tomou a palavra Veiga de Oliveira, falaram também membros da Comissão Concelhia de Sintra do PCP e um jovem comunista.

Durante a sua intervenção, em que abordou os temas da situação política actual, Veiga de Oliveira afirmaria, depois de se referir ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores enquanto governos sucessivos sacrificam os interesses da nossa economia aos do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo:

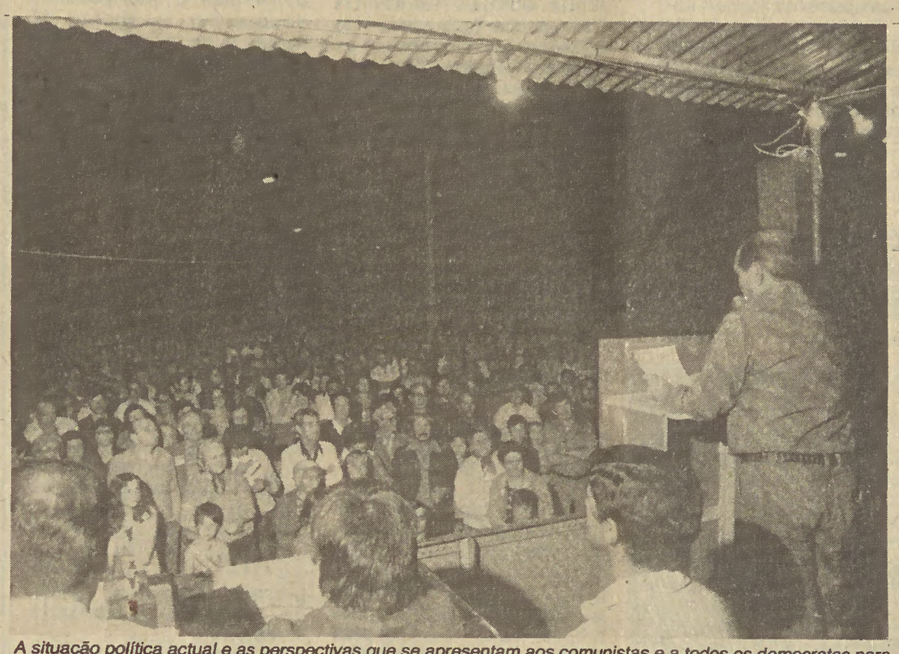
Unir e organizar os democratas

Esta situação coloca a todos os trabalhadores, a todos os democratas a necessidade de se unirem e organizarem na luta por uma saída democrática para a crise, coloca a todos nós a necessidade de lutarmos por uma viragem democrática na política nacional.

As tropelias do Governo Mota Pinto estão a chegar ao fim — disse mais adiante. **O Governo que fez a política dos partidos da direita reaccionária, especialmente do PPD e do CDS e que por eles foi apoiado, deixa atrás de si o rasto do arbítrio e da prepotência característico da reacção.**

Os seus crimes, ilegalidades, esbulhos, roubos e violências contra a Reforma Agrária; a devolução das empresas ao patronato sabotador que as havia abandonado; as suas manobras contra as nacionalizações e a favor do grande capital e dos monopolistas expropriados; o assalto ao aparelho de Estado com a entrega de muitos postos-chave a reaccionários empedernidos; a tentativa de pôr os órgãos de comunicação social ao serviço dos inimigos da democracia; a guerra contra os trabalhadores e suas organizações e as medidas repressivas ilegais e inconstitucionais, caracterizam o odioso e exonerado Governo Mota Pinto como fascizante e ditatorial e põem a nú os seus verdadeiros desígnios de destruição da ordem democrática e do regime democrático-constitucional.

O dirigente e deputado comunista lembraria que desde 1977 que o Partido defendia como saídas democráticas para a solução da crise ou a formação de um governo democrático ou eleições intercalares. **Pode dizer-se** — afirmou — **que em linhas gerais as decisões do PR de dissolver a Assembleia da República, convocar eleições intercalares e indigitar Maria de Lurdes Pintasilgo para chefe do Governo de Gestão, constituem uma saída constitucional e representam uma derrota estrondosa para a direita reaccionária — designadamente para o PPD, o CDS e o minúsculo PPM — que clamava aos quatro ventos por eleições antecipadas com referendo, visando o golpe de Estado com a fraude eleitoral e a destruição das instituições e da Constituição democráticas.**



A situação política actual e as perspectivas que se apresentam aos comunistas e a todos os democratas para solucionar a crise, foram o tema do discurso proferido pelo camarada Veiga de Oliveira, do Comité Central, no comício de Corroios

Em Corrios, abertura da Campanha para o novo Centro de Trabalho

O camarada Veiga de Oliveira participara, na véspera, sábado à noite, no comício que a organização de freguesia de Corroios do PCP promoveu naquela localidade, dando início à Campanha de Fundos para o Centro de Trabalho. O Largo do Mercado encheu-se com cerca de duas mil pessoas que ouviram os vários oradores.

O camarada Joaquim José, membro da Comissão Concelhia do Seixal, fez incidir a sua intervenção sobre os problemas e as lutas dos trabalhadores do concelho; o camarada Abílio Barroso, da Comissão de Freguesia de Corroios falaria do início da Campanha de Fundos.

Veiga de Oliveira falou das causas da actual crise política e da perspectiva que se oferece aos comunistas e aos democratas, expondo as conclusões da última reunião do Comité Central, sublinhando a necessidade de se verificarem três resultados nas próximas eleições para assegurar a defesa da democracia: a derrota dos partidos reaccionários; a continuação de uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas na Assembleia da República, e um aumento substancial do número de votos e de deputados do PCP.

No final do comício houve Canto Livre, em que intervieram o Coro Alentejano da Amora, os Pioneiros de Portugal e os conjuntos «Canto Claro» e «Nova Geração».

A Reforma Agrária pronuncia-se sobre o governo e as eleições

Os Secretariados e Uniões Distritais das UCP's e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal — os cinco distritos da zona da RA — emitiram, no passado dia 23 um comunicado onde se analisava o período da vida nacional surgido com a nomeação de um governo de gestão e a convocação de eleições intercalares e se confirmava a paralisação de todos os trabalhadores da Reforma Agrária no dia 25, conforme decisão tomada anteriormente em Plenário por representantes de todas as UCP'S e Cooperativas da RA.

Considerando que neste novo período surgido com a convocação das eleições intercalares se deve criar uma situação de acalmia e apaziguamento em relação às questões mais conflituosas do regime democrático, os trabalhadores acentuam, neste comunicado, que a continuação da entrega de terras e a continuação da usurpação aos trabalhadores de gados, máquinas, alfaias, instalações, etc., é incompatível com tais objectivos, pelo que, e no que toca à Reforma Agrária, tendo em conta a delicadeza, a complexidade e a importância deste sector para a acalmia necessária a este período, se considera necessário que a próxima equipa do MAP seja constituída por elementos que respeitem a Reforma Agrária e a Constituição e que estejam em condições de dialogar com os trabalhadores.

Os trabalhadores realçam que só as forças de direita e a reacção em geral estão interessadas em que seja colocada no MAP uma equipa que prossiga uma política semelhante à irresponsável política do ex-MAP de Vaz de Portugal e do ex-governo Mota Pinto, de modo a criar-se uma situação de conflito permanente, quando se exige ponderação, equilíbrio e bom-senso para se enfrentar o período de eleições em que se vai entrar – eleições em que os trabalhadores e a Reforma Agrária em particular estão vitalmente interessados, pois a vitória das forças democráticas nestas eleições depende a continuação e o futuro do regime democrático consagrado na Constituição.

«A direita – prossegue o comunicado – antevendo a sua próxima derrota eleitoral, está interessada em criar uma situação de permanente conflito. Os trabalhadores da Reforma Agrária não o permitirão pela sua parte e empenhar-se-ão com serenidade mas com firmeza nessa importante batalha política que são as próximas eleições intercalares, certos de que a vitória será daqueles que apostam na defesa do Portugal de Abril, na defesa da Reforma Agrária e da Constituição».

A terminar, o comunicado confirmava as paralisações que se realizaram ontem, 25 de Julho, em toda a zona da Reforma Agrária e conforme a decisão do Plenário das UCP's e Cooperativas Agrícolas de toda a zona da RA realizada em Évora no passado dia 14, considerando-as uma importante jornada de luta pela defesa da Reforma Agrária, pelo fim da ofensiva, por um novo governo e uma nova política que não afronte os trabalhadores e as novas realidades criadas pela Revolução de Abril.

ACTIVIDADES DA APU

• Três propostas em Alcobaça

O representante da APU na Assembleia Municipal de Alcobaça viu aprovadas na reunião da passada sexta-feira, três propostas que apresentou antes da ordem do dia. A primeira, que conseguiu a unanimidade dos votos leva a Assembleia a apoiar a campanha a favor da presença dos pais das crianças hospitalizadas; a segunda solicita ao MEIC medidas para que a escolaridade obrigatória seja efectivamente cumprida e não se permita o trabalho infantil; a terceira, aprovada com quatro votos contra e duas abstenções, recomenda ao governo civil que utilize os meios ao seu dispor para que as próximas eleições decorram em total liberdade de expressão. Nesta sessão foi eleito o presidente desta Assembleia, do PS. O candidato obteve dez votos, contra 8 do PPD, um branco e um nulo.

• Homenagear o emigrante e debater os seus problemas

Homenagear o emigrante e promover o debate dos problemas sociais e económicos dos emigrantes portugueses em geral são os objectivos das iniciativas que a APU leva a efeito em Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, nos próximos dias 4 e 5 de Agosto.

• Membro da APU no Alto do Pina

O membro da Assembleia Municipal de Lisboa, Portela Santos, da APU visita a Freguesia do Alto do Pina, na manhã do próximo Sábado a fim de tomar contacto com os moradores e com os seus problemas. O encontro está marcado junto à cooperativa «Portugal Novo». A APU do Alto do Pina, por outro lado, comunica que abriu a sua sede na rua Barão de Sabrosa, 272, r/c, onde as suas instalações se encontram abertas aos moradores às terças e quintas-feiras, entre as 20.30 e as 23 horas.

• Festa na Mata do Relógio

Perto do Aeroporto, na Mata do Relógio, a Aliança Povo Unido, a Comissão de Moradores do Bairro do Narigão e o respectivo Grupo Desportivo local, organizaram uma festa em que participaram 500 crianças, em iniciativa integrada no AIC. Provas desportivas com o apoio do FAOJ e da DGD, um lanche, um espectáculo musical e teatro animaram este Domingo.

• A APU e as crianças

A APU promoveu, no passado Domingo, em Custóias, uma festa integrada no Ano Internacional da Criança. Provas de atletismo e de ciclismo, em colaboração com colectividades populares, tiveram a participação de cerca de centena e meia de crianças, enquanto que mais de trezentas assistiram à projecção de filmes e *slides*. Marcado para o dia 19 de Agosto próximo está outra iniciativa do género.

• Plenário em Tomar

A Comissão Coordenadora de Tomar da Aliança Povo Unido realiza um plenário concelhio em Tomar, na próxima sexta-feira, às 21.30, no Salão dos Bombeiros daquela cidade, em que participarão eleitos, activistas e futuros candidatos. No Plenário participa Carlos Pinhão, membro do Comité Central do PCP e da Comissão Nacional da APU.

• Plenário em Alcácer do Sal

No próximo sábado, às 15 horas, tem início, nas instalações da Casa do Povo de Alcácer do Sal, um plenário dos candidatos eleitos do Povo Unido nos órgãos autárquicos do concelho. O plenário apreciará a composição das listas para as próximas eleições para as autarquias.

Jovens comunistas avançam processo de unificação

● *Encontro de Delegados em Novembro*

As organizações da UJC e UEC continuam entusiasticamente empenhadas num intenso debate com vista à concretização de um dos pontos da Resolução Política do IX Congresso do PCP: o que refere que **as condições estão maduras para se darem passos efectivos no sentido da unificação das duas organizações da juventude comunista.**

E um dos primeiros passos foi a realização no dia 1 deste mês da reunião conjunta das Comissões Centrais da UJC e da UEC, na qual foi aprovado um comunicado (então divulgado em pormenor pelo «Avante!») onde se declarava a dado passo:

«As duas CC's concluíram que de Norte a Sul do País, as organizações e militantes da UJC e UEC têm realizado com grande vivacidade uma discussão ampla e profunda em torno da unificação, considerando que se deverão preparar activamente as condições para a sua concretização, de acordo com as condições específicas existentes nas diferentes regiões e sectores».

Tanto por iniciativa da UJC como da UEC, ou por iniciativa conjunta, já se promoveram até agora mais de duas centenas de reuniões em que participaram milhares de jovens comunistas, desde operários a estudantes do Secundário e Superior.

Vantagens da unificação

Já aqui referimos de uma forma geral as múltiplas vantagens que trará para a luta da juventude portuguesa e para o reforço da intervenção política dos jovens comunistas nas diversas esferas de acção o processo unificador da UJC e UEC. Tendo em conta que se trata de uma questão de grande significado, não será despropositado avançar aqui oito ideias centrais; assim, a unificação possibilitará, nomeadamente:

1. Melhor e maior participação e mobilização da juventude na luta pela defesa da democracia e das conquistas do 25 de Abril, incluindo uma mais dinâmica participação juvenil nas batalhas políticas gerais.

2. Reforço da luta pelos interesses e aspirações específicas comuns a toda a juventude (estudantil e trabalhadora): desemprego, saídas profissionais, direito ao ensino, ao desporto e à cultura, ocupação de tempos livres, combate à droga e à delinquência, dificuldades na constituição do lar.

3. Melhor e mais completa formação dos quadros da Juventude Comunista.

4. Economia de vários meios (técnicos, por exemplo) que actualmente se duplicam.

5. Uma imagem de mais força da organização da Juventude Comunista, que passará a ter uma maior capacidade de resposta aos vários problemas que se levantam no quadro da luta e da vida dos jovens em Portugal.

6. Criação de condições para uma mais eficaz coordenação e cooperação com as organizações do Partido no plano regional e local.

7. Grande alargamento dos efectivos da Juventude Comunista no processo da criação da nova organização (com a discussão de novos objectivos, de novas formas de acção e de organização; com a abertura de novas frentes de trabalho, etc.). Recorde-se, a propósito, que actualmente a UJC e a UEC contam nas suas fileiras com mais de 30 000 militantes.

8. Fortalecimento do prestígio e do peso político da Juventude Comunista de Portugal no movimento juvenil internacional.

Como salienta o documento aprovado na reunião conjunta de 1 deste mês das Comissões Centrais das duas organizações, «a partir da existência de objectivos comuns, da experiência muito positiva da realização de iniciativas conjuntas (exemplos: Encontro Nacional contra o desemprego e pelo direito ao trabalho; Seminário internacional sobre desemprego juvenil realizado em Lisboa com o apoio da FMJD; festas, convívios, etc.) e da exigência crescente da coordenação de trabalho entre as duas organizações da juventude comunista, a unificação contribuirá para um ainda maior reforço da participação dos comunistas nos movimentos específicos das juventudes trabalhadora e estudantil onde, tanto a UJC como a UEC dispõem de influência, prestígio e força orgânica superiores a qualquer outra organização da juventude».

Entretanto, está em plena actividade a Comissão Organizadora do **Encontro Nacional de Delegados** da UJC e UEC que reunirá em Lisboa no fim-de-semana de **10 e 11 de Novembro.** Aquela Comissão, constituída por catorze camaradas, está simultaneamente a acompanhar e coordenar os trabalhos preparatórios do processo unificador, que neste momento incluem já o debate sobre questões específicas, nomeadamente direcções e objectivos de luta, quadros, informação e Propaganda, aparelho técnico, organização local e regional, problemas da juventude trabalhadora e estudantil e correspondentes formas de organização, entre muitos outros temas.

«Aldeia da Juventude» no Maranhão:

● Termina amanhã o prazo de inscrição

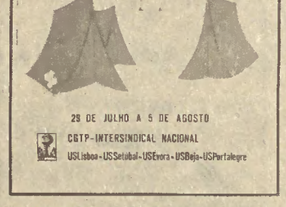
Termina amanhã o prazo das inscrições para a «Aldeia da Juventude» que decorrerá entre o próximo domingo e o dia 5 de Agosto, na barragem do Maranhão, na UCP 1.º de Maio, em Avis, no distrito de Portalegre.

Trata-se de um iniciativa do Departamento de Juventude da CGTP-IN, em colaboração com as Uniões Sindicais de Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre.

Não há problemas com os transportes, e a inscrição é só 50$00. Os interessados que não tenham tenda também escusam de se preocupar pois a organização assegura. Foi planeado um atraente programa cultural, desportivo, recreativo e de convívio, e funcionarão todas as estruturas de apoio necessárias aos campistas (posto de primeiros socorros, secretaria, bar, restaurante com refeições a preços muito baixos, etc.).

Não hesitem! Os interessados ainda estão a tempo! Basta que preencham um cupão numa das entidades organizadoras ou em qualquer representação sindical nos distritos de Lisboa, Setúbal, Évora, Beja ou Portalegre.

Uns dias de convívio e amizade – este o convite dirigido a todos os jovens pela organização da «Aldeia da Juventude». Pelo nosso lado, um conselho: não se esqueçam do fato de banho...



Campanha dos 20 mil contos:

Camaradas da «Leão» dão o exemplo

Prossegue a Campanha dos 20 mil contos – para uma sede no Norte à altura do Partido. Lenta mas seguramente, esta importante iniciativa em curso na Organização Regional do Norte vai congregando apoio e adesão, seja dos militantes, seja de simpatizantes e amigos do Partido.

Amanhã à noite, pelas 21 e 30 horas, haverá uma sessão-festa, na Casa do Povo de Ermesinde, com a participação do camarada João Fonseca, membro do CC e da DORN. No domingo, a partir das 10 horas da manhã, realiza-se no Passeio Alegre, na Foz, uma interessante jornada de convívio, preenchida por uma manhã infantil, piquenique, canções, baile e jogos.

Entretanto, é de salientar o acolhimento dado pelos camaradas e amigos de Viana do Castelo à Campanha. Muitas contribuições foram recolhidas no «stand» próprio, instalado na Festa da Amizade, assim como por camaradas que andaram pelo recinto a contactar participantes e a sensibilizá-los para a importância de o Partido assegurar instalações de acordo com o grau de implantação e influência que tem na região nortenha.

Quem entrar nos Centros de Trabalho do Partido do Comité Local do Porto facilmente verificará o quanto eles reflectem o andamento da campanha. As arcas distribuídas pelas sedes do Porto para a recolha de ofertas começam a encher-se. Na sede da Rua Aníbal Cunha está a ter muito bom acolhimento uma «feira», onde se podem adquirir inúmeros objectos e artigos.

O bar do Centro de Trabalho de Campo, Valongo, também contribui para a Campanha. Por iniciativa da respectiva Comissão, foi lançado (e aceite de bom grado) um imposto de dez tostões sobre todas as despesas que ultrapassem os cinco escudos. O primeiro livro de senhas (com meia centena) já rendeu cerca de 800 escudos...

Também na mesma localidade, um camarada decidiu oferecer um belo casal de canários que, provavelmente, irá ser leiloado em breve. No domínio de iniciativas, podemos revelar que, no princípio de Setembro, serão postos à venda 500 exemplares de uma peça do camarada Jorge Vieira, oferecida por este conhecido escultor ao Partido. Os interessados podem, desde já, fazer a sua encomenda ao Sector Intelectual do Porto.

O exemplo da «Leão»

Da célula da Fábrica de Fogões «Leão» chegam-nos boas notícias para a Campanha dos 20 mil contos. Num espaço de 15 dias, os camaradas já levantaram cupões no valor de 30 500 escudos, receberam e entregaram cerca de seis contos e preparam-se para ultrapassar em 100 por cento a meta fixada para aquele organismo, 25 contos.

Os trabalhadores desta empresa metalúrgica são conhecidos pelos sentimentos de solidariedade múltiplas vezes manifestados relativamente ao Partido e a trabalhadores doutras fábricas em luta ou com dificuldades. Nesta importante campanha em curso na ORN (Organização Regional do Norte) estão a revelá-la mais uma vez.

Segundo nos revelaram dois dos quatro camaradas responsáveis pela Campanha, a Branca e o Nobre, logo que levantaram os cupões, procuraram contactar inúmeros amigos, simpatizantes e militantes do Partido, no sentido de os passar e de discutir com eles o quantitativo do compromisso que estavam dispostos a assumir.

Estamos a fazer esforços para entregar os trinta contos o mais tardar até ao fim do ano, declararam ao «Avante!» aqueles dois camaradas. **Se o subsídio de férias for pago em breve julgamos que aquele prazo poderá ser muito encurtado. Além disso, vamos continuar os contactos, uma vez que há ainda muita gente a quem não foram entregues cupões e não firmaram o compromisso quanto à sua contribuição para a Campanha.**

Não obstante o êxito que têm obtido, os camaradas da «Leão» não se deixam adormecer à «sombra dos louros». Encaram esta campanha com um elevado sentido de responsabilidade e com um grande espírito de militância. Não admira, por isso, que haja mais projectos, já não com o propósito de cumprirem a meta, mas para a excederem bastante.

Para já, disseram-nos a Branca e o Nobre, **estamos a planear uma iniciativa que terminará no último dia da Festa do «Avante!». Para o Casal da Ajuda levaremos um greihador «Leão», uma «varinha mágica» e uma torradeira «Leão» para atribuir aos três felizardos que forem contemplados na rifa, que será vendida no «stand» do Comité dos Metalúrgicos do distrito do Porto.**

A finalizar, a camarada Branca quis aproveitar o ensejo para, através do «Avante!», lançar um apelo aos camaradas da Organização Regional do Norte **para que encarem esta tarefa em que todos estamos empenhados como sendo de grande importância para os trabalhadores. Se assim for, a meta dos 20 mil contos será ultrapassada e o PCP terá a sede que, como Partido dos Trabalhadores, bem precisa.**

Contra o Governo Mota Pinto, contra a lei Gonelha, pelo fortalecimento da organização do Partido • O IX Congresso do Partido • Sobre os cartões do Partido • Aproveitemos as férias • Eleições para as autarquias • Algumas questões actuais sobre a organização • Conclusão de uma reunião de quadros da Organização Regional de Santarém • Prepara-se activamente a Festa do "Avante!" • Reforçar a opinião democrática entre os emigrantes • Um organismo intermédio para dirigir uma zona de menor implantação.

À venda O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Medicina de Coimbra:

UEC denuncia quebra de sigilo nos pontos de frequência

«A quebra de sigilo nos pontos de frequência de algumas cadeiras» na Faculdade de Medicina de Coimbra foi há dias denunciada pela organização da UEC num comunicado em que se apontam graves fraudes na avaliação de conhecimentos naquele estabelecimento de Ensino Superior.

«Muitos colegas – alerta o comunicado dos estudantes comunistas – têm sido contactados pessoalmente ou por telefone, no sentido de adquirirem pontos. Indivíduos corruptos utilizam a fraude e pretendem também corromper os demais».

O Secretariado da célula da UEC em Medicina, no documento citado, apela às entidades competentes da escola para «que tomem todas as medidas consideradas necessárias para o completo esclarecimento desta situação no sentido de dignificar o ensino e a escola a que pertencemos», sublinhando que «só àqueles que pretendem denegrir a democracia e destruir o regime democrático podem interessar situações de corrupção como estas».

O documento da UEC, depois de salientar que muitos dos estudantes contactados não cederam, tendo mesmo em certos casos denunciado as tentativas de aliciamento de que foram alvo por parte de oportunistas, afirma qur tais acções prejudicam os docentes, os alunos e os funcionários da Faculdade, «bem como o Ensino de uma forma geral e a Saúde em particular».

«Durante muito anos – recorda a UEC – nomeadamente antes do 25 de Abril, estes processos faziam parte do dia a dia do nosso país. A Escola que nós queremos, a Escola dos ideais de Abril, não se coaduna com a corrupção nem com a desonestidade».

Como sublinham os estudantes comunistas, o Ensino necessário à democracia e ao progresso social do nosso país passa pela denúncia e combate às diversas formas de degradação e selectividade, passa pela defesa da gestão democrática e da participação activa de professores e estudantes na vida das escolas, passa pela crescente valorização científica e pedagógica dos cursos e passa também pela «defesa da verdade e da justiça, pelo combate à corrupção» que agora se registou em Coimbra, e de que há mais exempos recentes: exames do Secundário e do Propedêutico.

Começa amanhã o Acampamento da Juventude em S. João da Caparica

Amanhã, S. João da Caparica vai conhecer um movimento diferente. Centenas de jovens trabalhadores e estudantes para lá se dirigirão durante o dia para «reservarem» lugar no Grande Acampamento da Juventude organizado pela UJC, só possível devido ao trabalho voluntário de dezenas de militantes e simpatizantes que no decorrer de várias jornadas (principalmente aos fins de semana) limparam o terreno e montaram as estruturas, proporcionando as condições necessárias ao funcionamento do acampamento.

Publicamos à parte alguns dos pontos do aliciante programa cultural, desportivo e recreativo, embora estejam previstas outras iniciativas, surpresas e actividades. Cabe, como no ano passado, a palavra e a acção espontânea aos jovens campistas...

O «Avante!» esteve no local do acampamento e assistiu aos últimos retoques do trabalho de implantação. Amanhã lá estarão centenas de jovens

Condições de inscrição

A inscrição está ao alcance de todas as bolsas: 50$00 acrescidos diariamente de 7$50 ou 15$00, consoante se tenha ou não tenda. Os interessados (que ainda não o fizeram) podem inscrever-se tanto para **alguns** dos dias do acampamento como para os **fins de semana**, como, aliás, aconteceu em muitos casos o ano passado.

Quem se quiser inscrever deve entregar já preenchida uma ficha em que assinala o nome completo, localidade, número do Bilhete de Identidade e dias de presença, além da informação se possui ou não tenda.

Transportes

Os transportes também não são problema. Quem vá da Margem Sul tem autocarros. Quem vá de Lisboa tem: autocarros com partida da Praça de Espanha e passagem por Alcântara; barcos do Cais do Sodré e Praça do Comércio para Cacilhas, onde, depois, se apanham autocarros para a Costa; barco de Belém para a Trafaria, onde há também autocarros que passam em S. João da Caparica.

Recordamos que aos fins de semana se costumam formar longas «bichas» na Praça de Espanha. Por isso, quem se dirigir para o acampamento deve evitar as «horas de ponta» e se possível utilizar o barco até Cacilhas e aqui apanhar a camioneta. (Isto é só um conselho do «Avante!»). O preço total de cada ida para S. João da Caparica (quem vai de Lisboa) é cerca de 20$00.

Estruturas de apoio

Durante o acampamento nada faltará aos jovens presentes. Entre outras estruturas de apoio, funcionarão um **armazém** diariamente abastecido com todos os produtos essenciais (carne, peixe, pão, leite, frutas, etc.), um **bar**, um **restaurante** onde serão servidas refeições a preços acessíveis, **balneários** com água corrente, **instalações sanitárias, posto de primeiros socorros**, serviço de **recepção, secretaria** e **telefone.**

Entretanto, recordamos que de 3 a 19 do próximo mês, a UJC realiza mais dois acampamentos: no **Furadouro** (Ovar) e na praia de **Francelos** (Porto).

Alguns pontos do programa cultural, desportivo e recreativo

Dia 28
Recepção aos campistas ● Canto Livre ● Concurso de anedotas.

Dia 29
Concurso de perguntas e respostas ● Início das inscrições para as várias modalidades desportivas ● «Grande Corrida da Juventude» às 10 horas.

Dia 30
Filme («Western») ● Simultânea de Xadrez às 18 horas.

Dia 31
Concerto por uma banda ● Jogos na praia: salto ao alho, corda, assalto ao castelo, etc.

Dia 1
Colóquio sobre desporto e cultura física ● «Rally» pedestre.

Dia 2
Filme sobre desporto ● Início do torneio de futebol de 5.

Dia 3
Concurso («Desgarrada»).

Dia 4
Baile de máscaras ● Torneio de ténis de mesa.

Dia 5
Sessão de Canto Livre, às 21 horas, com José Jorge Letria ● Actividade desportiva entre as 17 e as 20 horas: jogo de futebol de 11 entre uma equipa de Lisboa e outra de Setúbal ● Subida do pau.

Dia 6
Filme.

Dia 7
Colóquio sobre a Reforma Agrária ● Torneio de Malha, às 17 horas.

Dia 8
Concurso de pontaria submarina ● Torneio de Malha, às 17 horas.

Dia 9
Concurso de Poesia ● Torneio de Malha, às 17 horas.

Dia 10
Baile da batata.

Dia 11
Colóqio sobre a Nicarágua ● Baile ● Festival ● Futebol de 5 feminino (encontro entre uma equipa de Lisboa e outra de Setúbal), às 17 horas.

Dia 12
Teatro ● Grande Corrida da Juventude (às 10 horas) ● Final do Torneio de Futebol de 5.

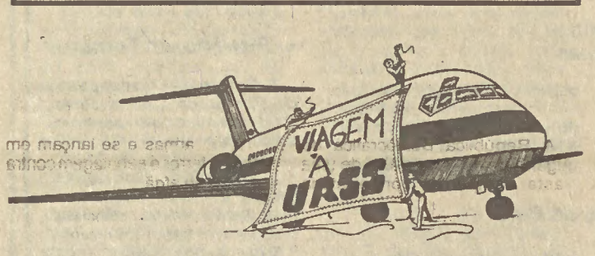
Dia 13
Filme ● Corrida de sacos.

Dia 15
Final do Torneio de Futebol de 11.

Festa da Juventude na Chamusca

No próximo fim-de-semana a UJC e UEC promovem na **Chamusca** uma grande festa da juventude cujo programa inclui, entre outras iniciativas, colóquios sobre desporto, ensino e cinema (sábado e domingo), bailes nas duas noites, «comes-e-bebes», manhã infantil com gincana, no domingo a partir das 9 horas, e à tarde comício com a presença do camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Após o comício haverá um espectáculo musical em que actuarão, nomeadamente conhecidos artistas de Canto Livre e jovens amadores da região da Chamusca.



UMA SEMANA NA URSS

● Iniciativa da UJC e UEC

À hora a que o «Avante!» desta semana chegou às mãos dos camaradas e amigos leitores, a viagem colectiva organizada conjuntamente pela UJC e UEC à União Soviética terá já a sua lotação esgotada, pois desde o início foi uma iniciativa que mobilizou as atenções e o entusiasmo de muitos jovens.

Como já revelámos em anteriores edições, a partida será em **6 de Novembro** e o regresso no dia 13. Durante a estadia na URSS, os 60 excursionistas (divididos em dois grupos de 30) terão oportunidade de assistir às comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro em Moscovo, e de visitar outras cidades (com passagens incluídas), estando garantido, além do transporte de avião Lisboa-Moscovo-Lisboa, alojamento em hotel com pensão completa. Tudo isto por apenas 16 000$00.

E para não ficarem dúvidas, aqui estão os principais pontos do «regulamento» desta viagem:

1. A inscrição será considerada definitiva com a entrega do sinal de 5 000$00.

2. O restante pagamento pode ser efectuado de uma só vez ou em duas prestações: **7 000$00 até 5 de Setembro; 4 000$00 até 5 de Outubro.**

3. **IMPORTANTE:** Haverá uma **lista de espera** para as inscrições não definitivas ou meras manifestações de interesse.

4. Para inscrições, pagamentos e informações devem os interessados contactar, o mais brevemente possível, a sede central da UJC/UEC (Rua Sousa Martins, n.º 8, 1000 Lisboa. Telef. 55 73 49/55 73 64).

Pioneiros

Algarve

Termina no próximo fim-de-semana o II Acampamento Distrital dos Pioneiros do Algarve, que está a decorrer com grande entusiasmo na mata nacional entre Monte Gordo e Vila Real de S. António, tendo sido instaladas no local todas as estruturas necessárias ao pleno funcionamento da iniciativa.

Do variado programa organizado para o acampamento, destacamos: **Hoje**: das 17 às 19, construções na areia; entre as 20 e as 22, convívio e jornada de solidariedade com os novos países africanos de expressão portuguesa. **Amanhã**: demonstrações de salvamento na praia de Vila Real de S. António. **Sábado**: visita ao porto de pesca e ao farol; convívio e sessão sobre os direitos das crianças; às 17, festa de encerramento.

O acampamento reúne mais de 200 crianças de todos os pontos do Algarve, além de representantes dos Pioneiros da República Socialista da Checoslováquia.

Sobre a Reforma Agrária e problemas da agricultura

LÉNINE E OS CAMPONESES

Lénine forneceu a base sobre a qual se pôde efectuar a transformação socialista da agricultura e assegurar a elevação do nível material e espiritual da população rural.

Código n.º 21:6 • Preço 90$00

A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA

A produção agrícola dos países socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da américa ou europa. Como? Porquê?

Código n.º 0603 • Preço 90$00

LÉNINE E A QUESTÃO AGRÁRIA

Uma colectânea onde se apresentam de forma sistematizada as ideias de Lénine sobre a questão agrária.

Código n.º 1201 • Preço 60$00

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Esta obra revela as leis do desenvolvimento capitalista na sociedade rural portuguesa. O rigor da análise alicerça a tomada de posição de classe face ao carácter contraditório do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Código(s) n.º(s) 0601,0602 • Preço 120$00

O LIVRO NEGRO DO MAP

45 casos de reservas ilegais e arbitrárias. A violência dos senhorios ricos. Quem os mete na ordem? Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas? A quem serve o crédito para o fomento pecuário?

Código n.º 0117 • Preço 30$00

CDL a distribuição

Temas vários

Falta um ano para as Olimpíadas: desporto e cultura nos Jogos de Moscovo

O que os iniciadores dos Jogos Olímpicos contemporâneos mais apreciavam no homem era o desenvolvimento harmonioso. «Mens sana in corpore sano», diz um velho provérbio latino. Inúmeros poetas, filósofos, matemáticos e músicos da Grécia e de Roma Antigas eram simultaneamente excelentes atletas.

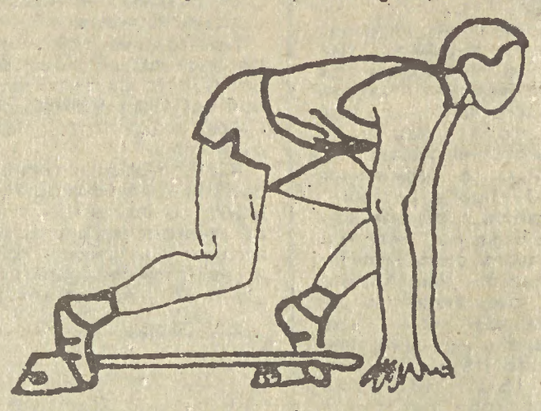
A próxima Olimpíada de Moscovo, que se iniciará daqui a um ano, precisamente a 19 de Julho de 1980, não será uma excepção neste aspecto, muito embora haja certa distinção. Segundo Kukharski, ministro-adjunto para a cultura da URSS, o programa cultural das Olimpíadas distinguir-se-á essencialmente pela sua envergadura e pelo tempo de duração. Está escalonado para 18 meses.

De Julho de 1979, altura em que começarão as finais das Espartaquíadas dos Povos da URSS, com a participação de 2 000 desportistas estrangeiros, até Setembro de 1980.

Durante este período, além dos grupos artísticos da União Soviética, apresentar-se-ão numerosos elencos da Grécia, Grã-Bretanha, EUA, RFA, França, Áustria, Holanda e doutros países. Terá também lugar o tradicional festival de arte «O Inverno Russo».

No decurso da Olimpíada-80, o programa cultural deve representar de acordo com a tradição, exclusivamente a cultura do país organizador, neste caso, da URSS. O programa é muito vasto. As melhores formações artísticas das 15 Repúblicas Federadas demonstrarão a sua arte perante os convidados estrangeiros. Teatro, *ballet*, canção, poesia, artes plásticas e circo – a cultura em todas as suas formas e géneros será apresentada em Moscovo como nas outras cidades olímpicas, ou seja, Tallin, Leninegrado, Kiev e Minsk.

Comecemos pelo teatro. Existem na URSS cerca de 600 teatros profissionais que dão espectáculos em 47 idiomas. Deve assinalar-se o Bolchoi, o Teatro de Arte de Moscovo, o Teatro Taganka, o Teatro de Ópera e o Ballet Kirov de Leninegrado, o Teatro Cigano «Romen» e outros grupos de ópera, *ballet* e drama de reputação mundial. Na República do Daguistão, por exemplo, com uma população de 1 milhão e 500 mil pessoas, falam-se trinta línguas e dialectos. Os teatros profissionais actuam aí em russo, kumique, lak, avare, darguine e lezguine.



O circo. Não fez parte dos programas culturais das Olimpíadas precedentes. Trata-se, porém, de um dos espectáculos mais populares na URSS. Existem na União Soviética mais circos do que em todos os países da Europa no seu conjunto. Entre os mestres deste género contam-se os domadores, acrobatas, ilusionistas e cómicos de fama mundial, como Oleg Popov, denominado «Palhaço do Sol». Ao longo de 350 espectáculos, os participantes e convidados para a Olimpíada poderão aplaudir todas as estrelas do circo soviético.

Cinema. É mundialmente famoso o filme de Serguei Eisenstein «Couraçado de Potemkine», assim como o «Tchapaiev», dos irmãos Vassiliev, «Quanto as cegonhas passam» de Mikhail Kalatozov e várias outras obras assinaláveis do cinema soviético.

O cinema soviético é menos conhecido no estrangeiro do que seria de desejar. A culpa, no entanto, não é da União Soviética. Os Jogos Olímpicos oferecerão a possibilidade a todos aqueles que se interessam pelos filmes soviéticos clássicos e contemporâneos, de assistir a projecções nas salas de Moscovo, Kiev, Minsk, Tallin e Leninegrado. Assinalemos, a propósito, que presentemente na URSS existem mais de 150 mil salas de cinema.

Artes Plásticas. Certamente que não há qualquer necessidade de estar aqui a falar de colecções artísticas de reputação mundial tais como a Galeria Tretiakov ou o Ermitage de Leninegrado. Ao mesmo tempo, existem em cada cidade soviética dezenas de salões de arte e de salas de exposição. Os visitantes da capital soviética e de outras cidades poderão travar conhecimento com as obras de pintores e de escultores dos povos da URSS, de todos os estilos e tendências.

1 500 concertos. Como afirma Gueorgui Agadjánov, director do programa cultural da Olimpíada-80, durante os Jogos, actuarão os 12 principais teatros dramáticos soviéticos e 6 teatros líricos; 5 orquestras sinfónicas; 9 corais; mais de 40 grupos de *music-hall*. De 28 de Junho de 1979 a 8 de Agosto de 1980 serão apresentados em Moscovo 144 espectáculos de *ballet* e de ópera, mais de 450 dramas e 1 500 concertos. Desta maneira, os encontros entre a cultura física e a cultura artística prometem ser interessantes e úteis.

CALENDÁRIO DOS JOGOS OLÍMPICOS — MOSCOVO 1980

datas / modalidades	julho													agosto		
	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3
atletismo						■	■	■	■	■		■	■	■		
remo		■	■	■	■	■	■	■	■							
H basquete		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■					
M			■	■		■	■		■	■						
boxe		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■		
canoagem												■	■	■	■	
ciclismo		estrada		■	■	■	■	■		estrada						
esgrima				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
futebol		■	■	■	■	■	■		■		■			■	■	
ginastica		■	■	■	■	■	■									
alterofilismo		■	■	■	■	■		■	■	■	■					
H andebol			■	■		■		■	■	■	■	■				
M			■		■		■		■		■					
hóquei em campo		■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
judo										■	■	■	■	■	■	
luta livre									■	■	■	■	■			
greco-romana		■	■	■	■	■										
natação		■	■	■	■	■	■	■								
saltos			■	■	■	■		■	■	■	■					
pentatlo		■	■	■	■	■										
hipismo						■	■	■	■		■	■	■	■		■
tiro				■	■	■	■	■	■	■						
tiro ao arco											■	■	■	■		
H volei		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■		
M				■	■	■	■	■		■	■		■	■		
vela				■	■	■			■	■	■					

Semana

18
Quarta-feira

1955 – Começa a Conferência de Genebra entre os chefes de Estado da URSS, EUA, Grã-Bretanha e França sobre a Segurança Europeia, o Desarmamento e a extensão dos contactos entre os países.

Vítimas dos colonatos sionistas

Os chefes das delegações da Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Djibouti, Benin e Madagascar abandonam a cimeira da OUA na altura em que o presidente Sadat, do Egipto, se preparava para defender o seu tratado de «paz» com Israel.■ Mais de cem estudantes africanos desfilam pelo bairro diplomático de Pequim numa manifestação contra o que classificaram como racismo e mau tratamento que sofrem na RP da China; esta manifestação vem na sequência de recontros violentos entre estudantes africanos e chineses no princípio deste mês, durante três dias, e de onde sairam 50 estudantes estrangeiros feridos, 25 dos quais gravemente.■ Francisco Urcuyo, que ocupa interinamente a presidência da Nicarágua na sequência da fuga de Somoza, recusa-se a permitir a entrada em Manágua do Governo Provisório sandinista, o que já levantou a oposição da OEA e foi criticado pela própria Secretaria de Estado dos EUA, enquanto os sandinistas ameaçam actuar com dureza caso Urcuyo persista na sua absurda posição.■ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informa que os trabalhadores emigrantes na Europa vivem em precárias condições habitacionais, por vezes em aglomerados tipo «ghetto» e marginalizados da população local.■ O presidente Carter, na sequência da demissão colectiva apresentada ontem por todo o seu gabinete, nomeia Hamilton Jordan secretário-geral da Casa Branca, com poderes e responsabilidades particularmente vastos.

19
Quinta-feira

1374 – Morre o poeta renascentista italiano Petrarca, criador do soneto.

O «ayatollah» Khomeiny demite o comandante da Polícia Militar iraniana, general Amir Rahimi e reintegra o ministro da Defesa Taghi Riahi.■ As tropas sandinistas entram em Manágua sob as aclamações da multidão e tomam conta da central de telecomunicações, e do «bunker» do ditador, enquanto a Guarda Nacional depõe as armas, em fuga desordenada; a primeira medida anunciada pelo novo governo de reconstrução da Nicarágua é a expropriação dos bens que a família Somoza acumulou durante décadas e a sua utilização num programa de emergência destinado a minorar a fome, o desemprego e a miséria.■ Urcuyo, efémero «sucessor» de Somoza na presidência do país, refugia-se na Guatemala.■ O governo vietnamita volta a denunciar que tropas chinesas continuam a desencadear acções militares contra o seu país, registando-se quase diariamente, incidentes armados.■ Dois superpetroleiros colidem ao largo da ilha de Tobago, incendiando-se e provocando a talvez maior «maré negra» da história. Vinte e sete dos seus tripulantes são dados como desaparecidos.

20
Sexta-feira

1954 – Assinatura dos acordos de Genebra sobre o Vietname.

Sandinistas: a vitória

Cerca de meio milhão de nicaraguenses concentram-se na recém-baptizada Praça da Revolução, em Manágua para saudar a Junta de Reconstrução Nacional e os dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).■ Começa a funcionar a bordo da estação orbital soviética «Saliut-6» o primeiro radiotelescópio cósmico, o «KRT-10», cujas antenas estão colocadas fora da nave; trata-se do maior e mais delicado instrumento científico até agora posto em órbita, tendo sido transportado pelo «camião espacial», a nave «Progress-7».■ Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, inicia a Conferência sobre os refugiados indochineses com um apelo para que os delegados abram o caminho a uma acção humanitária evitando o debate político.■ O Conselho de Segurança da ONU aprova por 14 votos a favor e uma abstenção (dos EUA) uma resolução onde Israel é instado a suspender a construção e alargamento de colonatos nos territórios árabes ocupados.

21
Sábado

1940 – São fundadas as Repúblicas Socialistas Soviéticas da Letónia, Lituânia e Estónia.

É assassinado um chefe da Polícia de Palermo (Itália), Boris Giuliano, por um desconhecido que conseguiu fugir.■ Morre um polícia e vários ficaram feridos num ataque hoje desencadeado contra uma esquadra localizada numa zona residencial de Madrid.■ Termina a cimeira da OUA reunida em Monróvia, capital da Libéria, tendo os 49 dirigentes africanos presentes declarado que o levantamento de sanções ou o reconhecimento diplomático do governo fantoche de Muzorewa seria considerado como um acto hostil para com toda a África.■ Cerca de 200 membros de «tropas auxiliares» (milícias negras ao serviço dos racistas) são mortas por elementos brancos da Forças Armadas Rodesianas.■ O primeiro-ministro irlandês Jack Lynch declara, em relação à eventual visita do Papa à Irlanda, que esta «constituirá uma grande honra»

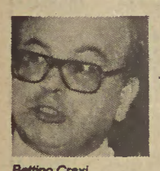
22
Domingo

1944 – O Comité Polaco de libertação nacional proclama o histórico Manifesto de Julho contendo o programa do novo poder popular.

O novo governo da Nicarágua apela a todos os cidadãos para que se integrem nas brigadas de trabalho para a reconstrução do país.■ A rádio estatal de Beirute anuncia que jactos israelitas bombardearam hoje as cidades libanesas costeiras de Damour e Naameth.■ Fontes governamentais informam que o general Hossein Sarshar substituiu o general Nasser Fabod na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas iranianas e que o anterior comandante da Polícia Militar, general Seif Rahimi, será enviado para Paris como adido militar.■ Segundo um estudo do semanário «Die Zeit», da RFA, cada norte-americano gasta por ano o dobro do carburante que dispende um alemão da RFA ou um soviético e oito vezes mais que um chinês.■ A polícia vienense captura nos bosques da capital austríaca sete elementos de um grupo nazi, descobrindo um depósito de armas e extensa documentação sobre futuros sequestros e atentados, que figuravam nos planos da organização.

23
Segunda-feira

1952 – Golpe dos «oficiais livres» no Egipto, que derruba a monarquia.



Bettino Craxi

A direcção da Democracia-Cristã italiana convida o socialista Bettino Craxi a renunciar à sua tentativa de formar governo.■ A Rádio Nacional de Beirute informa que os sionistas bombardearam às primeiras horas de hoje a cidade portuária de Tiro, no sul do Líbano, e a cidade de Nabatiyen, no interior do país.■ O presidente indiano Sanjiva Reddy pede ao primeiro-ministro interino, Morarji Desai, e ao dirigente da oposição, Charan Singh, que lhe dêem provas de que podem formar um novo governo estável.■ A Junta de Reconstrução Nacional da Nicarágua começa a elaborar um projecto de lei que inclui a nacionalização de todos os bancos do país, e apela à população para que regresse aos escritórios, fábricas e estabelecimentos.■ Navios de guerra norte-americanos, em conjunto com forças de segurança do regime fantoche de Oman, entram em «estado de alerta» no golfo de Oman para «proteger petroleiros», numa evidente pressão sobre os países do Golfo.

24
Terça-feira

1969 – Regressa à Terra a nave dos EUA «Apolo 11», que levou os primeiros homens à Lua.

Guerrilheiros do Exército Republicano Irlandês (IRA) assaltam e incendeiam um comboio de mercadorias e bloqueiam as estradas em mais de 12 cidades, encerrando virtualmente a fronteira do Ulster com a República Irlandesa.■ Morre emParis, com 81 anos de idade, o jornalista e escritor Joseph Kessel.■ Tropas israelitas atravessam a fronteira com o Líbano e dinamitam uma casa numa aldeia fronteiriça.

Campanha contra o Vietnam fracassou em Genebra

Constituiu um rotundo fracasso a tentativa de transformar a Conferência de Genebra sobre os refugiados do Sudoeste Asiático num tribunal internacional que «julgasse» o Vietnam por alegadas violações dos direitos humanos. Afinal viu-se em Genebra que os dirigentes vietnamitas foram os que mais se empenharam na busca de uma solução concreta para a questão dos refugiados.

A ampla campanha desenvolvida nas vésperas da Conferência, e que mobilizou altos dirigentes ocidentais, tendente a criar um estado emotivo que levasse à condenação do Vietnam, falhou. No decorrer dos trabalhos da Conferência os representantes da Grã-Bretanha, da França e dos EUA — curiosamente, os dois últimos, representantes de países que perpetraram incontáveis crimes contra o povo vietnamita, o primeiro como potência colonial, o segundo como agressor imperialista — ensaiaram declarações bombásticas de condenação da República Socialista do Vietnam.

A firmeza com que a delegação vietnamita respondeu a tais provocações, e até ameaças, denunciando por um lado a verdadeira causa da existência de refugiados e, por outro, mostrando-se receptiva ao encontrar de soluções justas, fez com que tais provocações caíssem em cesto roto.

A República Socialista do Vietnam reafirmou em Genebra a sua disposição de cooperar com o Alto Comissário da ONU para os Refugiados na resolução do problema, facto concordante com os princípios que inspiraram o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, a realizar esta Conferência.

Ameaças, crises e demissões: várias faces da moeda-EUA

Ao mesmo tempo que se debate com uma grave crise interna – crise que, acrescente-se, não é apenas energética e económica, mas se cristaliza na esfera do político – os EUA acabam de criar um novo foco de tensão no Médio Oriente, mais concretamente na zona do Golfo, ao porem em estado de alerta os navios de guerra que patrulham aquela região do Oceano Índico.

Invocando uma pretensa «ameaça» ao tráfego de petroleiros no estreito de Ormuz, as autoridades da Casa Branca justificaram tão só desta forma a situação por eles criada na zona da península arábica, apenas com o apoio das forças de segurança do regime fantoche de Oman. Porém, a ameaça real é a presença da frota de guerra americana na zona.

Isso mesmo foi prontamente denunciado por um jornal do Koweit – um dos países árabes da península – que denunciou tal manobra como fazendo parte de um plano da CIA destinado a justificar um reforço da presença militar norte-americana na zona, para uma mais eficiente ameaça sobre os Estados do golfo.

Claro que tais manobras não se podem desligar da grave crise energética com que se debatem os Estados Unidos. Convém mesmo recordar que ainda recentemente o conhecido general Haig, ex-chefe supremo das forças da NATO na Europa e apontado como provável futuro candidato à Casa Branca, preconizava uma acção do tipo da que a administração americana agora tomou, ao propor que os EUA deveriam garantir a chamada segurança das rotas do petróleo.

EUA: «polícia» ou «ladrão»?

De há muito que as autoridades americanas vêm brandindo um pretenso plano da OLP, que visaria o ataque aos petroleiros que atravessam o estreito de Ormuz. Apesar da OLP, através da voz do seu presidente Yasser Arafat, ter já várias vezes desmentido tais intenções, a Casa Branca continua a evocar a existência de uma pretensa ameaça para justificar a adopção de uma medida militar deste tipo.

Para muitos dos países árabes do Golfo a ameaça é, porém, outra mais real e concreta. Ainda recentemente se sugeriu publicamente em Washington a possibilidade de os EUA poderem vir a ocupar militarmente os campos petrolíferos do Médio Oriente, como «solução drástica» para poder fazer face aos sucessivos aumentos dos preços das ramas de petróleo decretadas pelos países árabes exportadores.

Em tempo de grave crise no seio da administração americana – quando pela primeira vez na História um gabinete inteiro se demitiu na sequência do discurso de Carter relativo à crise energética – é de admitir que um acto deste tipo possa bem constituir a outra face do plano com que o capitalismo procura resolver a grave crise que o vai dilacerando.

Segundo revelam sondagens bem recentes, a popularidade de Carter desce vertiginosamente, mesmo depois, sobretudo depois do discurso sobre a crise energética. Uma sociedade como a americana não está facilmente disposta a adoptar, qualquer que seja o sector de actividade ou de consumo, medidas restritivas. E ainda mais nesse campo sensível que é o energético. Daí que a reacção a essas medidas possa vir a assumir graus cada vez mais elevados e o imperialismo seja obrigado a adoptar «soluções» alternativas.

O estado de alerta máximo dos navios de guerra norte-americanos na zona do Golfo pode constituir uma peça dessas «soluções» alternativas. Resta saber se, com isso, não estará ele próprio a cavar não novos poços por onde possa jorrar o «ouro negro», mas poços sem fim nos quais progressivamente se afundará...

Reunificação da Coreia: uma luta pela paz!

A voz de solidariedade que dia a dia cresce na Ásia, África, América Latina e Europa constitui um grande estímulo para o povo coreano que combate pela reunificação independente e pacífica da Pátria – pode ler-se num apelo publicado em Pyongyang, no passado dia 24 de Junho, assinado pelo Partido do Trabalho da Coreia, pelo Partido Democrático da Coreia, pelo Partido Chondokyo e Chongu, pelo Comité Central da Frente Democrática pela Reunificação da Pátria, por organizações sindicais, de juventude, de mulheres, de intelectuais, religiosas e de solidariedade.

Este apelo, que é dirigido aos partidos políticos, às organizações sociais de diversos países do mundo e aos povos amantes da paz, prossegue:

Quando se calaram as armas da guerra na Coreia, os povos do mundo desejaram que a guerra não voltasse a estalar nesta terra, esperando ainda a realização pronta da reunificação da Coreia.

No entanto, até à data em que se cumprem quase 30 anos sobre esse momento, não foi conseguida uma paz duradoura na Coreia nem a reunificação pacífica da Coreia a que aspiram os povos amantes da paz no mundo.

À medida que os dias passam, aviva-se ainda mais, na Coreia, o perigo do desencadear da guerra e da cisão perpétua.

Reforço militar dos EUA na região

Depois de lembrar a derrota do imperialismo norte-americano na sua agressão contra a República Popular Democrática da Coreia, em 1950, e a manutenção de forças militares dos Estados Unidos na Coreia do Sul, o documento continua:

Carter, presidente norte-americano, afirmou na sua «promessa» eleitoral que retiraria as suas tropas da Coreia do Sul.

Os povos do mundo aplaudiram-no.

No entanto, os Estados Unidos, em lugar de retirar as suas tropas da Coreia do Sul têm vindo a intensificar ainda mais o reforço militar na Coreia do Sul, por detrás de algazarra velhaca da «retirada das tropas».

Só nos últimos anos, os Estados Unidos introduziram na Coreia do Sul um grande número de armas mortíferas e equipamentos operacionais, incluindo armas nucleares e teleguiadas, realizando frequentemente operações de treino de guerra que supõem um ataque contra a parte Norte da República.

Hoje em dia vociferam que vão cessar a retirada das suas tropas da Coreia do Sul, da qual apenas falavam, urdindo falsos dados informativos sobre o reforço das nossas forças armadas.

As autoridades norte-americanas dão assim estímulo aos dirigentes sul-coreanos para a guerra e a divisão nacional, assim como protegem e fomentam activamente a dominação do terrorismo fascista.

Dentro de dias, Carter vai visitar pessoalmente a Coreia do Sul, para ajudar as maquinações e preparativos de guerra das autoridades sul-coreanas que espezinham flagrantemente os direitos humanos e tratam de dividir para sempre o país, chegando mesmo a levantar uma muralha de betão armado ao longo da linha de demarcação militar.

Todos os factos demonstram que na Coreia os Estados Unidos não seguem o caminho da paz mas o caminho da guerra e tramam, não a reunificação mas sim a cisão perene.

Os actuais dirigentes sul-coreanos tratam de satisfazer a sua ambição de permanecer por longo prazo no poder, à custa de vender aos imperialistas norte-americanos o país e a nação, eleogiando-os e obedecendo-lhes, enquanto intensificam os preparativos da guerra e as maquinações no sentido de fabricar «duas Coreias», ao compasso das exigências políticas dos Estados Unidos.

Isto é um acto anacrónico que jamais pode permitir-se. A época actual é a da independência.

A suposta «agressão» ao Sul

O apelo desmascara a acusação da suposta «agressão ao Sul», invenção das autoridades norte-americanas e sul-coreanas para justificar o prolongamento da ocupação militar do Sul pelas tropas dos Estados Unidos. E afirma, mais adiante:

Os Estados Unidos devem cessar as suas perigosos maquinações de aumentar as suas forças armadas na Coreia do Sul e retirar prontamente as suas tropas, como pede a resolução da ONU e de acordo com a «promessa» que já fizeram.

Recordando as propostas de negociações feitas aos Estados Unidos pelo Governo da República Popular Democrática da Coreia, o documento prossegue:

Se se realizarem as conversações entre a República Popular Democrática da Coreia e os Estados Unidos, eles poderão retirar as suas mãos do problema da Coreia honrosamente. Este resultado convirá não apenas aos interesses do nosso povo mas também aos do povo norte-americano.

Se se retirarem as tropas norte-americanas da Coreia do Sul e se eliminar a interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos do nosso país, o povo coreano do Norte e do Sul poderá procurar por si próprio as medidas para realizar a reunificação do país e conseguir a prosperidade da Pátria, na base da Declaração Conjunta do Norte e do Sul.

Já temos apresentado em repetidas ocasiões, as mais razoáveis propostas para resolver o problema da reunificação do país, através do diálogo, de modo independente e por via pacífica.

As propostas da reunificação da Pátria que temos apresentado tais como o problema de abrir completamente a sociedade, eliminar o estado de confrontação militar e realizar a colaboração e os intercâmbios multilaterais, a partir dos ideais de grande unidade nacional entre o Norte e o Sul da Coreia, o de convocar a grande assembleia nacional que seja composta pelos representantes de todas as classes e camadas do povo do Norte e do Sul, dos diversos partidos políticos, das organizações sociais e das organizações dos compatriotas no ultramar, e o de realizar o sistema conferativo entre o Norte e o Sul, correspondem totalmente à situação concreta em que se encontra actualmente o nosso país, sendo portanto aceitáveis para todos.

Dirigindo-se aos partidos políticos e organizações sociais dos vários países do mundo e aos povos amantes da paz, o documento apela a um enérgico movimento de massas internacional que exija a retirada das tropas norte-americanas da Coreia do Sul, apoiando a justa causa do povo coreano para prevenir o perigo da cisão perpétua e o estalar de uma nova guerra na Coreia, e conseguir a reunificação independente e pacífica do país.

Expressamos a nossa convicção – termina o documento – **de que por ocasião da presente jornada de solidariedade com o povo coreano, compreendida entre 25 e 27 de Julho, todos os partidos políticos, as organizações sociais, os povos honestos de todos os países do mundo, os organismos e as organizações democráticas internacionais que amam a justiça e a paz, manifestarão o seu apoio e solidariedade mais activos à sagrada luta do nosso povo pela reunificação da Pátria.**

Nicarágua: uma vida nova que começa

DERRUBADO Somoza, aniquilada a resistência da guarda nacional somozista, o povo da Nicarágua lança-se ao trabalho e empenha-se nas grandes tarefas de reconstrução nacional de um país que a dinastia somozista e o imperialismo aniquilaram. Já instalada em Manágua, a Junta de Reconstrução Nacional tomou as primeiras medidas tendentes a normalizar a vida do país, de entre as quais ressalta a nacionalização dos bens da família Somoza e a criação de tribunais revolucionários, enquanto que as forças militares da Frente Sandinista de Libertação Nacional substituem a guarda nacional somozista. Guarda nacional que apenas resistiu enquanto Somoza permaneceu no seu «bunker» de Manágua, pois logo que o ditador partiu para o exílio dourado de Miami, foi a derrocada completa com os mercenários somozistas a assaltarem aviões para fugirem, outros rendendo-se às forças da Frente Sandinista.

GANHA a batalha decisiva, novas frentes se desenham no horizonte do povo nicaraguense. Como disse um dirigente sandinista após a tomada do poder, estando ganha a guerra contra Somoza, há que ganhar uma outra: a guerra contra a miséria e o analfabetismo. Esta declaração vale por si e representa um dos mais violentos libelos acusatórios contra o somozismo e o imperialismo que o apoiou. É por isso que cresce o vasto movimento de solidariedade ao povo da Nicarágua e aumenta o número daqueles que têm vindo a reconhecer o novo regime de Manágua. Novo regime que, mercê da tenaz luta que ao longo dos anos travou para derrubar a ditadura fascista de Somoza, goza já de amplo prestígio internacional.

OS amigos de Somoza são uns, os amigos do povo da Nicarágua são outros bem diferentes. Não é por acaso que dois dias antes de as forças da Frente Sandinista entrarem na capital da Nicarágua, o ditador Somoza, acompanhado de muitos dos seus adeptos, logrou fugir para Miami. Como também não é surpreendente que, derrubada a ditadura, os primeiros embaixadores da revolução sandinista proclamem, nas suas primeiras viagens como representantes da pátria nicaraguense libertada, a mais que provável adesão da nova Nicarágua ao movimento dos não-alinhados. É que a maior parte dos países que integram o movimento, mesmo antes da sorte da batalha estar decidida e quando ainda pairavam no ar as ameaças de uma intervenção directa do imperialismo americano, não hesitaram em solidarizar-se com a Frente Sandinista e os outros patriotas da Nicarágua. Foi em grande parte a grande campanha internacional de denúncia realizada por países do movimento dos não-alinhados, particularmente a Cuba socialista e os países do Pacto Andino, que impediu a váriás vezes tentada ingerência norte-americana no conflito nicaraguense.

EM Manágua, como aliás nas outras cidades-mártires da resistência anti-somozista, como Leon, Masaya, Esteili, Matagalpa e muitas outras, o quotidiano da guerra cedeu o lugar ao trabalho e à reconstrução nacional. O somozismo saqueou o país antes de o abandonar, revelando uma vez mais as suas verdadeiras características de ave de rapina. O povo nicaraguense prepara-se para construir um futuro livre e limpar o país dos rastos de Somoza.

Revolução afgã alvo do imperialismo

A República Democrática do Afganistão está a ser alvo de uma vasta campanha conspiratória reaccionária, tecida e urdida pelas forças imperialistas de conivência com os seus aliados chineses e utilizando como testas-de-ferro das acções de provocação os dirigentes militares do Paquistão.

As tentativas de ingerência externa nos assuntos afgãos vêm crescendo de intensidade e revestem a forma de actos de sabotagem, de acções armadas de forças contra-revolucionárias, apoiadas por milícias paquistanesas.

O imperialismo e os dirigentes de Pequim, nesta sua actividade de apoio à contra-revolução afgã, financiam, armam e encorajam aqueles que perderam os seus privilégios com a revolução de Abril no Afganistão: os latifundiários, a grande burguesia, os lacaios da monarquia e os eclesiásticos reaccionários, que organizam grupos terroristas que têm por objectivo intimidar as populações e criar dificuldades ao regime saído da revolução democrática e popular.

Porém, será difícil que os contra-revolucionários afgãos obtenham qualquer tipo de apoio que não seja o fornecido pelo imperialismo e pelos reaccionários paquistaneses. Com efeito, o povo afgão há muito que já escolheu a via que quer seguir, o caminho que quer trilhar. A prová-lo está o amplo apoio de que as reformas produzidas desde a revolução têm das amplas massas populares, certas de que essas reformas têm por objectivo elevar o seu nível de vida e defender os seus interesses. Em todos os sectores de actividade a revolução afgã tem vindo metodicamente a cumprir os seus objectivos: 230 mil camponeses receberam já mais de meio milhão de hectares de terras, novas escolas e estabelecimentos de ensino superior entraram já em funcionamento desde a revolução.

São estas transformações revolucionárias, que beneficiam toda a população, que lançam os cerca de dois por cento de privilegiados no desespero. São estes que, apoiados pelos dólares, compram armas e se lançam em actos de terror e sabotagem contra a revolução afgã.

O Afganistão democrático tem envidado todos os esforços no campo da política externa e empreendido acções concretas, no sentido de diminuir a tensão existente na região. Os responsáveis governamentais de Kabul têm, por diversas vezes, lançado apelos aos dirigentes paquistaneses, no sentido de estes se absterem de participar directamente em acções armadas contra o Afganistão e, pelo contrário, contribuirem para o reforço de uma política de paz naquela região asiática.

Porém, os dirigentes paquistaneses têm permanecido surdos a tais apelos, mantendo e apoiando no seu território bases de terroristas que, daí, lançam operações de provocação contra o Afganistão. É nesses centros de treino, dirigidos por instrutores chineses e norte-americanos, que se planeiam os actos de agressão à soberania afgã, inscritos na vasta campanha de desestabilização no continente asiático — objectivo comummente perseguido pelos imperialistas americanos e pelos hegemonistas chineses.

Conferência de apoio ao povo afgão

Porém, todas estas manobras têm vindo a ser denunciadas e condenadas pelas forças do mundo amantes da paz. A coroar essa denúncia, bem como o amplo apoio de que já disfruta a revolução afgã, o Conselho Mundial da Paz tomou a iniciativa de convocar para 24, 25 e 26 de Agosto, em Kabul, uma Conferência Internacional de Apoio ao Povo Afgão.

A Conferência tem por objectivo contribuir para o desmascaramento da actividade subversiva incrementada pelo imperialismo e pelos hegemonistas de Pequim e dinamizar o movimento internacional de apoio à luta do povo afgão, pela consolidação das conquistas da revolução democrática e popular.

Frente Patriótica do Zimbabwé reconhecida na cimeira da OUA

A cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), que durante quatro dias esteve reunida na capital da Libéria, com a participação de 25 chefes de Estado dos 49 países membros da organização, deu um importante contributo para a luta de libertação na África Austral, ao reconhecer a Frente Patriótica liderada por Joshua Nkomo e Robert Mugabe como o único, autêntico e legítimo representante do povo do Zimbabwé. Ao mesmo tempo, os países membros da OUA advertiram solenemente todos os países, e particularmente os EUA e a Grã-Bretanha, que reconheçam ou apoiem o regime ilegal do traidor-arcebispo Muzorewa.

A cimeira deste ano da Organização de Unidade Africana foi dominada simultaneamente pelo total apoio à luta de libertação nacional na África Austral, pelo apoio incondicional concedido aos direitos do povo árabe da Palestina, tendo entretanto o tratado assinado por Sadat e Begin, bem como a questão do Sahara e a situação no Uganda provocado alguma polémica entre os participantes.

Pela primeira vez, os 49 países membros da OUA reconheceram a Frente Patriótica do Zimbabwé como o legítimo representante do povo daquela região na luta pela independência nacional e reafirmaram o seu total apoio à SWAPO da Namíbia. Entretanto, qualquer apoio que venha a ser prestado ao governo ilegítimo de Abel Muzorewa, ou tão só o termo das sanções e o reconhecimento diplomático, foi classificado como uma atitude hostil para com todo o continente africano.

No decorrer dos trabalhos da cimeira a ocupação por parte de Israel de territórios árabes foi duramente condenada e, uma vez mais, reafirmado o incondicional apoio ao povo árabe da Palestina. Se é verdade que a assinatura do tratado entre Sadat e Begin não foi oficialmente criticado, o que é certo é que Sadat não deixou de registar, durante a sua presença em Monróvia, a oposição que grande parte dos países africanos e a totalidade dos países árabes evidenciam perante tal acto. Assim, quando Sadat usava da palavra na cimeira, representantes de oito países africanos abandonaram a sala.

Foram eles a Argélia, o Benin, Madagáscar, a Líbia, Marrocos, a Mauritânia, Djibouti e a Tunísia. De qualquer modo, o prosseguimento da ocupação israelita dos territórios árabes foi condenada, o que representa uma certa forma de crítica ao tratado entre o Egipto e Israel, totalmente incapaz de assegurar uma solução justa para a questão.

No que respeita ao Sahara, a 16.ª cimeira da OUA recomendou, por aclamação –mas sem a presença da delegação marroquina, que entretanto abandonara a sala das sessões – a realização de um referendo na região, supervisionado pela ONU e precedido do estabelecimento de um cessar-fogo geral e imediato.

A ditadura fascista de Idi Amin viria, no decorrer dos trabalhos, a ser severamente condenada e denunciados muitos dos seus crimes contra o povo ugandês. Porém, se neste ponto concreto se não registaram discordâncias, já o processo que levou à queda do regime de Idi Amin suscitou polémica, sobretudo entre o presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, e o presidente sudanês Nimeiry. Este último pretendeu criticar os tanzanianos por terem combatido as agressões das tropas de Idi Amin à Tanzânia e pelo auxílio que prestaram aos patriotas ugandeses.

Enfim, uma das decisões unanimemente adoptadas pelos estados membros da OUA no final da 16.ª cimeira dos chefes de Estado e de governo foi a da criação de uma agência pan-africana de imprensa cuja sede, segundo tudo indica, funcionará em Dacar.

ISTO FOI A DIREITA NO PODER

O Governo Mota Pinto não é um Governo a esquecer. Pelo contrário, convém recordá-lo para que uma solução semelhante não se repita. Durante os oito meses que sobreviveu, inúmeros foram os prejuízos que causou à democracia e às conquistas de Abril. Era um Governo que nada tinha a ver com o Portugal que hoje vivemos e pretendemos construir.

Em vez de governar, destruiu. A Reforma Agrária, a Comunicação Social, as empresas nacionalizadas foram alguns dos sectores em que se fez sentir a sua acção ao serviço do grande capital e dos latifundiários.

Depois de demitido, aumentou ainda a sua nefasta acção. Os conflitos sociais agravaram-se (sucederam-se as greves nos sector dos transportes e em sectores importantes da produção) devido essencialmente às posições intransigentes das comissões administrativas ou do patronato.

Mas a actividade de Mota Pinto e do seu Governo não foi fácil. Encontrou pela frente a firme decisão dos trabalhadores portugueses, de todos os democratas — nomeadamente do PCP — em o derrubar. Por todos os pontos do país se sucederam as acções de massas contra a sua política. Nunca, depois do fascismo, um Governo fora tão contestado.

Receando enfrentar as moções de censura na Assembleia da República, o professor que veio de Coimbra apresentou, antes, a sua demissão e tentou o golpe de Estado. Os trabalhadores, o povo português, as instituições democráticas, venceram mais esta prova a que foi submetida a democracia. O balanço que a seguir apresentamos da actividade do Governo durante cerca de oito meses serve para que nos recordemos que... governos «Mota Pinto» — nunca mais!!

● A reforma agrária

A Reforma Agrária foi uma das conquistas de Abril que o Governo Mota Pinto mais procurou atacar. Pode-se dizer mesmo que não houve interregno na ofensiva contra a Reforma Agrária entre o Governo Nobre da Costa e o Governo Mota Pinto. O que não é de admirar. O titular do MAP, Vaz Portugal, acompanhado do monárquico Ferreira do Amaral, transitou de um Governo para outro. E como já estava com a «mão na massa», foi só continuar a obra de destruição, para gáudio e proveito dos agrários e outros parasitas.

Desde a posse de Mota Pinto até agora, numa estimativa que peca por defeito, foram entregues mais de 150 reservas, para não falar nos roubos de máquinas e alfaias agrícolas, gado, cortiça e culturas.

Em 27 de Abril é entregue a 15.ª reserva na UCP «Margem Esquerda», o que prefazia cerca de 5 300 hectares, colocando no desemprego mais de 300 trabalhadores. Em 17 de Maio são entregues mais duas reservas nesta mesma UCP.

Também em 28 de Maio se regista a 12.ª reserva na UCP «A Luta é de Todos».

Em 26 de Junho é concedida em Álcacer do Sal uma reserva que compreende a área de 2350 hectares.

Em 3 deste mês tinham sido retirados à Reforma Agrária cerca de 180 000 hectares de terras (as melhores) — 110 000 hectares desde que Vaz Portugal ocupa a pasta da Agricultura; 34 UCP's e cooperativas agrícolas foram destruídas e igual número estava ameaçado.

As maiores ilegalidades foram cometidas. A tal ponto que o MAP não respeitava sequer as decisões do Supremo Tribunal Administrativo. É o caso da herdade da Galeana, em que os serviços do MAP forjaram as assinaturas necessárias para entregar a herdade ao agrário. Apesar do acórdão do Supremo, mandando suspender o despacho, o MAP fez ouvidos moucos e o agrário lá continua.

Reservatários houve que apenas pretendiam as reservas para em seguida as venderem. Outros ficavam com os gados, que vendiam ao desbarato, outros ainda só queriam a cortiça ou as máquinas.

É o caso do que se passou recentemente em Pias, onde o agrário recusou a ceifeira-debulhadora velha que anteriormente existia na herdade e que estava estragada, exigindo uma nova, comprada recentemente pelos trabalhadores da UCP «Esquerda Vencerá». A repressão da GNR, ordenada pelo MAP, provocou 64 feridos, 15 dos quais em estado grave.

Com Vaz Portugal, Ferreira do Amaral e depois João Goulão — que substituiu o segundo e procura fazer em poucas semanas que o outro fez em meses — mas com esta gente, dizíamos, os agrários sentiram as costas quentes.

Assim se compreende que em bandos acompanhassem os técnicos do MAP quando estes juntamente com a GNR procediam a reservas. Atacavam os trabalhadores agrícolas e empunhavam armas impunemente.

Em 14 de Maio, no monte da herdade da Várzea, da UCP «Resistência», agrários barricados disparam sobre trabalhadores agrícolas provocando dois feridos. Mais recentemente, no passado dia 22, quinze trabalhadores de Pavia são espancados por um grupo de agrários armados.

Mas a entrega de reservas é também para os amigos. Rosado Fernandes, dirigente da CAP e nomeado por Mota Pinto para reitor da Universidade Clássica de Lisboa recebe gado da Cooperativa «15 de Julho». O secretário de Estado do Fomento Agrário pretendeu autocontemplar-se com uma reserva na UCP «1.º de Maio», em Setúbal.

Por seu turno, Vaz Portugal arranjou uma reserva no próprio edifício do MAP, ali na Praça do Comércio. Mandou construir um muro e ficou assim como um corredor privativo, por onde só ele e os amigalhaços podiam passar. Até onde foi a mania das reservas!

● A comunicação social

Quando se soube primeiro-ministro, Mota Pinto logo lançou olho sobre a Comunicação Social. Dominando os órgãos de informação estatizados e contando com o apoio explícito de alguns privados poderia permitir-se várias ilegalidades. A repercussão na opinião pública seria menor e a qualquer altura poderia desencadear uma campanha de propaganda para justificar a "justeza" das suas iniciativas.

Se bem o pensou, melhor o fez. Primeiro, começou por nomear para a pasta da Comunicação Social um amigo de longa data e com quem trabalhara na Torralta, o advogado Proença de Carvalho. E encarregou este de pôr em prática o seu plano.

A primeira medida que surge, dias depois de formar Governo, é a desintervenção da Renascença Gráfica, proprietária do "Diário de Lisboa".

E surge a escalada..Igrejas Caeiro é saneado da RDP e logo a seguir nomeada uma nova Comissão Administrativa de extrema confiança para a Radiodifusão ao mesmo tempo que Proença de Carvalho determina um estatuto de excepção para a empresa.

Uma nova direcção é nomeada para o matutino estatizado "O Comércio do Porto".

Entretanto, a nova CA da RDP dedica-se às mais diferentes arbitrariedades para garantir o controlo da empresa. O programa **Contraponto** é suspenso e instaurado inquérito ao seu realizador, José Manuel Nunes, que posteriormente é despedido e o programa encerrado.

Ao mesmo tempo, a referida CA procede a nomeações, transferências e afastamento de trabalhadores, assegurando assim o controlo dos serviços noticiosos da RDP.

Também a ANOP não escapa. Corregedor da Funseca, um dos três membros do Conselho de Gerência daquela agência noticiosa, é substituído por um jornalista vindo de "O Dia".

No "Diário Popular" a exoneração do director, Jacinto Baptista, e do director-adjunto, Abel Pereira, para serem substituídos por homens de Proença de Carvalho, respectivamente Pacheco de Andrade e Botelho da Silva, causa o mais produndo repúdio entre os trabalhadores do jornal. A censura interna é instaurada pelos novos directores. Um extenso "dossier" com abundantes provas de censura interna é apresentado posteriormente ao Conselho de Informação para a Imprensa.

Mas, como o ambiente no "Diário Popular" não fosse propício à nova direcção, esta recruta para a redacção novos elementos, da sua inteira confiança e mais tarde suspende o redactor Rego Chaves por este num colóquio ter denunciado publicamente a situação que se vivia no jornal.

Contudo, não é só no "Diário Popular" que se verifica a censura interna. "O "Jornal de Notícias", do Porto, censura, em Março, a publicação de um anúncio que caracterizava o Governo Mota Pinto como "governo PPD". Também no "Diário de Notícias" se verificam alguns casos de censura interna e jornalistas progressistas são afastados para tarefas de menor importância e que nada tenham a ver com política.

Na RTP o panorama também não é substancialmente melhor. Em Março, é suspenso o realizador do programa "Os Anos do Século", bem como a exibição da última parte da série. Os noticiários dão grande cobertura a tudo o que se relacione com o Governo, com o PPD, o CDS e outras organizações políticas de direita ou extrema-direita. As forças democráticas e as suas actividades ou posições são relegadas para segundo plano e em muitos casos ocupam apenas os últimos noticiários, precisamente os que têm menos audiência.

Entretanto, em Junho, a CA da RDP instaura processos a dois jornalistas, Joaquim Furtado e Jorge Moreira.

Na Madeira, Jorge Jardim, convencido de que "a informação sou eu", persegue um jornalisa da ANOP que ousou publicar a verdade sobre a situação habitacional naquela região autónoma.

● A legislação

Logo numa das primeiras reuniões de Conselho de Ministros, o Governo Mota Pinto decide **reforçar a autoridade e eficiência da administração pública** declarando **ilegítima qualquer intromissão, ainda que com carácter consultivo, de grupos ou comissões de funcionários ou agentes do Estado — vulgarmente designadas por «Comissões de Trabalhadores».**

Isto aconteceu logo em fins de Dezembro de 1978. Depois, sucede-se a Portaria 3/79, mais conhecida pela «portaria da cortiça» e que impede as UCP's e cooperativas agrícolas de disporem livremente dos montados de sobro. E quando a Assembleia da República em Junho rejeita esta portaria, o MAP não desiste e, em nota oficiosa, pretende fazer crer que apesar da decisão da Assembleia ela continua a ser válida.

Em Fevereiro deste ano um comunicado do Conselho de Ministros ameaça tomar «medidas de segurança», mesmo que excepcionais, em relação à Reforma Agrária.

No final desse mês o MAP procura restringir a circulação de tractores na zona da Reforma Agrária.

Quando a CGTP demonstra em Janeiro deste ano que não existe qualquer limite legal para os aumentos salariais, fixados pelo Governo PS-CDS em 20%, logo o Governo Mota Pinto procura estabelecer um tecto salarial de 18%, inferior portanto ao que já existia e não tendo em conta a inflação galopante.

No intuito de fazer vingar este decreto sobre os 18%, o Governo Mota Pinto faz chantagem, ameaçando que no caso do tecto salarial proposto não ser aceite pela Assembleia, o Governo **deixa de ter responsabilidades em matéria de controlo de preços, de inflação, etc.** Como se alguma vez, estes assuntos constituíssem preocupação para Mota Pinto e os seus ministros.

A prová-lo o decreto ultimamente aprovado em Conselho de Ministros, já na qualidade de Governo demitido, permitindo aos senhorios a actualização de dois em dois anos das rendas das casas.

Entretanto, infringindo a Constituição — Mota Pinto nunca teve muito respeito pelo texto fundamental — o Conselho de Ministros atribuiu a gestão dos baldios aos órgãos autárquicos.

Mas cómico — se não fosse revoltante — é o despacho exarado por Vaz Portugal, em Junho último, concedendo quinhentos contos a cada reservatário no receio de que os mesmos estejam «descapitalizados» e não possam explorar as terras!

O Orçamento Geral do Estado foi um dos cavalos de batalha de Mota Pinto. Por isso mesmo é que a segunda versão — que, não esqueçamos, passou na Assembleia devido à abstenção do PS — pouco ou nada diferia da primeira, rejeitada.

Num favor muito especial à CIP e às multinacionais, sete dias após Mota Pinto ter sido exonerado, o **Boletim do Trabalho** publica em separata um conjunto de anteprojectos de Lei, na sequência de, como se afirma, uma **ambiciosa revisão da legislação do trabalho.**

Este pacote legislativo, é na sua quase totalidade contrário aos interesses dos trabalhadores. Vai ao ponto de pretender, no caso dos despedimentos individuais, acabar com a proibição constitucional de despedimento sem justa causa, admitindo que o patrão despeça os trabalhadores cuja permanência na empresa considere **contrária aos interesses desta.** Entre os motivos para despedir conta-se a **perda de confiança** no empregado e a **necessidade** de extinção do posto de trabalho.

Por outro lado é facilitado e indiscriminado o recurso ao trabalho a prazo. Mas estes são apenas aspectos mais gritantes das ilegalidades que Mota Pinto quis impor. Um extenso rol seria preciso para enumerar as restantes.

● A política externa

No campo da política externa o Governo que agora desaparece revelou igualmente nada ter a ver com os ideais do 25 de Abril e que as suas simpatias iam em grande parte para a véspera daquela data.

Nas vendas de armas e munições, a África do Sul e a Nicarágua de Somoza ocupavam o primeiro lugar. Derrubada a ditadura na Nicarágua, o reconhecimento do novo regime popular tarda.

A agressão chinesa ao Vietname passou desapercebida pelo Governo que, no entanto, pouco tempo antes, convidara um conferencista de nomeada pelo seu reaccionarismo, um tal Richard Pipes (o convite partiu do Ministério dos Negócios Estrangeiros!) o qual teve o desplante de sugerir que Portugal deveria intervir militarmente nos novos países africanos libertos do colonialismo português para assegurar os interesses do imperialismo.

Não são respeitadas as sanções à Rodésia e um organismo estatal compra cerca de 80 mil toneladas de açúcar àquele país racista.

Em Fevereiro, soldados norte-americanos que se preparavam para intervir no Irão utilizam a base das Lajes como escala e ponto de apoio. Sempre "atento, venerador e obrigado" aos desejos imperialistas o Governo Mota Pinto não só dá o consentimento como esconde o facto da opinião pública portuguesa.

● As empresas desintervencionadas

No campo da recuperação capitalista também foi fértil a acção do Governo Mota Pinto. Alguns exemplos do que se passou (desde o princípio do ano):

Janeiro: as caixas económicas dos Açores são devolvidas ao sector privado; o MIT insiste no regresso dos ex-patrões à empresa têxtil Jacinto; a Melo-Deutsch-Morgan prepara a compra da empresa Precix; na Jacinto, o MIT exonera pelo telefone a Comissão Administrativa e nomeia uma favorável ao regresso do patronato; os supermercados Pão de Açúcar são autorizados a abrir ao sábado à tarde; é extinta a Comissão Administrativa para as Empresas Turísticas do Algarve; um decreto de 17 de Janeiro tenta desnacionalizar a Continental de Resseguros SARL — a Comissão Constitucional e o Conselho da Revolução pronunciam-se pela inconstitucionalidade do diploma.

Fevereiro: desintervencionada a Sociedade Borges & Irmão; desintervencionada a empresa turística Prainha.

Março: o MAP intenta manobras para vender barcos de pesca das empresas nacionalizadas CPP e SNAPA.

Abril: desintervenção relâmpago na fábrica têxtil Jacinto; desintervencionada a J. Pimenta; a empresa desintervencionada Habitat suspende mais 75 trabalhadores; desintervencionada a empresa de conservas «Unitas».

Maio: desintervencionada a fábrica de fiacção de Tomar; ex-patrão da Tripla acompanhado de 30 gorilas ocupa as instalações da empresa; exonerada a Comissão Administrativa da Corame.

Junho: desintervenção na Sociedade Itelcar — Automóveis de Aluguer e na empresa de mármores do Condado; venda do barco «Ilha das Flores», da SNAPA a uma empresa privada; a Secretaria de Estado da População e Emprego autoriza a empresa Molaflex a despedir 79 trabalhadores; os arrastões «Álvaro Martins Homem» e «Pedro de Barcelos» estão na lista para serem vendidos a armadores particulares; a SNAPA pretende vender mais dois barcos de pesca, o «Ilha Graciosa» e «Ilha do Faial».

Julho: a família Mello adquire por «tuta e meia» as empresas CIFA e UNITECA, respectivamente do ramo têxtil e químico; é concedido um empréstimo reembolsável de 27 mil contos ao patrão da Jacinto; forte aparato policial acompanha o regresso dos Tomé Feteira à fábrica em Vieira de Leiria; desintervencionadas as empresas Corame e Saprel; forças da GNR e da PSP ocupam a Jacinto a fim de permitir o ingresso de mercenários contratados pelo patronato à «Fidelis»; a ITT pretende despedir 214 trabalhadores da empresa Standard.

Como se vê, só facilidades para o grande patronato.

● Ao serviço do capital

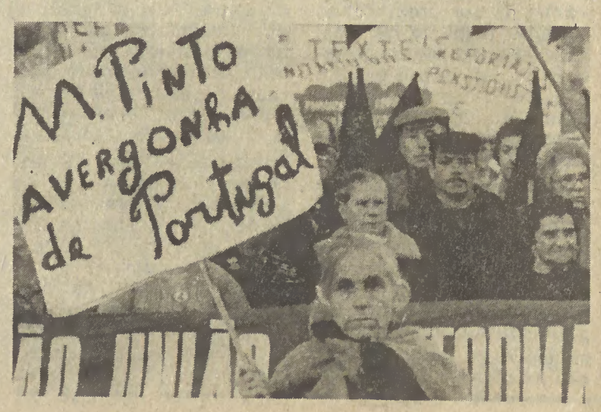
Em 7 de Junho, Mota Pinto é exonerado do cargo de primeiro-ministro e o Governo demitido. Durara 198 dias desde que empossado até esta data. Mas ficou em funções e não se limitou à gestão dos assuntos correntes do Estado. Continuou a destruir.

Do seu período legal de Governo se pode dizer que não governou. As medidas tomadas visaram única e simplesmente a recuperação capitalista e latifundista.

Não deu escoamento à produção de batata. Deixou aumentar impunemente a dívida aos pequenos produtores de leite. Descongelou as contas bancárias de Gonçalves Rapazote. Permitiu o "lock-out" no sector nacionalizado das pescas com prejuízos de dezenas de milhar de contos, apenas para favorecer os armadores privados. Permitiu a importação de vinho ao estrangeiro para beneficiar os grandes intermediários. Com a política vinícola seguida surgiram a granel os grandes "fabricantes de vinho a martelo" que ganharam à grande e ainda ganham (os que não foram descobertos). Permitiu o escândalo da batata de semente. Ignorou o Plano Siderúrgico Nacional. Permitiu a importação de carne de porco favorecendo assim os interesses dos grandes industriais do sector. Os casos de corrupção registados no MAP ficam "esquecidos". Tentou restaurar o retrógrado Estatuto Judiciário. Os gestores da Siderurgia Nacional fazem opíparas à custa da empresa — a situação é denunciada pelos trabalhadores mas nada se resolve. As fraudes detectadas no IARN que envolvem milhares de contos entram também no rol do esquecimento. O gasóleo vendido aos barcos de pesca é mais caro do que o gasóleo vendido aos carros particulares — donde se pode dizer que o Governo MP subsidiava os carros particulares. Os pontos de exame deste ano são vendidos em vários pontos do País antes das provas se realizarem.

Os governadores civis de Viana do Castelo, Leiria e Aveiro são substituídos por governadores civis conotados com o PPD e o CDS. Rosado Fernandes, dirigente da CAP, é nomeado reitor da Universidade Clássica de Lisboa. Durante a greve dos TLP os trabalhadores são requisitados civilmente e 18 dirigentes e delegados sindicais despedidos. Sérgio Ribeiro e Revez são saneados do Ministério do Trabalho. Contudo, o mesmo Ministério do Trabalho não se coíbe de prestar todo o apoio técnico ao Congresso da CIP-CAP-CCP. Mário Ruivo é saneado das actividades que exercia no domínio das pescas e direito marítimo, no MAP.

O cabaz das compras é reduzido quanto a produtos, mas aumenta substancialmente nos preços. Tentou impedir por todos os meios a aplicação da Lei das Finanças Locais. Pretendeu-se criar a zona de jogo de Tróia, o que foi considerado como uma benesse ao sogro de Proença de Carvalho, um dos proprietários da Torralta. Durante o Governo Mota Pinto o desemprego aumentou, os conflitos sociais aumentaram, a inflação aumentou, a repressão aumentou, os lucros dos capitalistas aumentaram. Apenas houve a preocupação de tentar diminuir os salários e os direitos dos trabalhadores.

No dia 28 de Maio para que não esqueça!

Um ofício de duas linhas, muito oficial, enviava aos jornais em 28 de Maio de 1979 (ah! esta coincidência de datas) um retrato «actualizado do senhor Primeiro-Ministro». Apesar da data promissora, depressa se «desactualizou» este Primeiro-Ministro que aqui publicamos pela primeira vez, na sua versão fotográfica oficial, presidindo, com uma pose de eficiência estudada e pacóvia, engravatada e provinciana, a um Governo que foi demasiado tempo defunto.